



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

THIAGO ALMEIDA BARROS

SENTIDOS DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA NA
MÍDIA: PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA DE FHC A
LULA (2001-2002 e 2008-2009).

Belém
2011

THIAGO ALMEIDA BARROS

SENTIDOS DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA NA
MÍDIA: PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA DE FHC A
LULA (2001-2002 e 2008-2009).

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Planejamento do
Desenvolvimento – PLADES, no NAEA/UFPA,
orientada pela Prof. Dr. Nírvia Ravena.

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Barros, Thiago Almeida

Sentidos da matriz energética brasileira na mídia: projetos hidrelétricos na Amazônia de FHC a Lula (2001-2002 e 2008 -2009) / Thiago Almeida Barros; orientadora, Nírvia Ravena. – 2011.

132 f.: il.; 30 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2011.

1. Energia elétrica – Distribuição – Amazônia. 2. Energia elétrica- Transmissão. 3. Mídia social – Amazônia. 4. Política pública. 5. Usinas hidrelétricas. I. Nírvia, Ravena, orientadora. II. Título.

CDD 21. ed. 621.312134098111

THIAGO ALMEIDA BARROS

SENTIDOS DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA NA
MÍDIA: PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA DE FHC A
LULA (2001-2002 e 2008-2009).

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Planejamento do
Desenvolvimento – PLADES, no NAEA/UFPA,
orientada pela Prof. Dr. Nírvia Ravena.

Defesa em: 31 de agosto de 2001

Banca examinadora:

Prof. Dra. Nírvia Ravena
Orientadora NAEA – UFPA

Prof. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Examinadora NAEA – UFPA

Prof. Dr. Manuel José Sena Dutra
Examinador FACOM – UFPA

A todos os atingidos de maneira perversa pela lógica que prioriza o capital e cerceia a liberdade.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, sobretudo, às mulheres que construíram a base espiritual e social pela qual caminho: Ana, Maria, Eunice, Isolda, Juliana e Paula. Agradeço a atenção preciosa da professora Edna Castro e do professor Manuel Dutra, que me acompanha desde a graduação. À professora Nírvia Ravena, que me deu apoio nos momentos mais críticos ao longo do curso e abriu as portas para o início de minha carreira como professor universitário. À Andréia, Sabrina e Simy, amigas nascidas no NAEA e hoje fundamentais para o meu bem-estar, mesmo papel desempenhado por Brenda, Rodrigo e Leonardo. Pelo abrigo durante dois meses em Brasília, agradeço a Valério e Rodrigo Ayres. Pela predisposição a ajudar e educação no trato, sou grato aos funcionários da Biblioteca do Senado, determinantes para o levantamento dos dados desta dissertação. À Gecilene Marinho, pelas orações, confiança e amor. A todos que contribuíram direta e indiretamente para que eu conseguisse chegar a este resultado. A Nosso Senhor, que me estendeu a mão e garantiu o conforto necessário para que eu seguisse em frente.

RESUMO

Este trabalho faz uma análise de conteúdo acerca do debate sobre a matriz energética brasileira na mídia em dois momentos de crise no setor: primeiro em 2001-2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando ocorreram o apagão e o racionamento e políticas públicas emergenciais foram incluídas no PPA; segundo, em 2008-2009, no governo Lula, quando criou-se a impressão de que o parque energético brasileiro não suportaria o crescimento da economia, sobretudo diante da ameaça de novos blecautes, o que motivou a criação de um componente energia elétrica no PAC. A partir do *corpus*, coletado de edições dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no período, identificamos os grupos de pressão e atores com maior ocorrência na esfera midiática e como eles legitimam o discurso de desenvolvimento limpo e vocação da Amazônia para abrigar grandes hidrelétricas como Belo Monte (no Pará), São Francisco e Jirau (em Rondônia). Os grupos, ligados aos setores industrial e de construção civil, utilizam a mídia como mais uma das ferramentas para influenciar o comportamento da opinião pública e provocar reações do governo, que acaba por reiterar os interesses das empresas.

Palavras-chave: Amazônia. Políticas públicas. Grupos de pressão. Matriz energética. E mídia.

ABSTRACT

This work is a content analysis on the debate about the Brazilian hydroelectric energy matrix in the media in two moments of sectorial crisis: first in 2001-2002, on the Fernando Henrique Cardoso's government, when occurred the blackout and the energy rationing and emergency public policies were included in the PPA; second, in 2008-2009, on the Lula's government, when it created the impression that the Brazilian energy system would not support the growth of the economy, especially given the threat of future blackouts, which led to the creation of an electrical component in PAC. From the corpus, collected editions of the newspaper O Globo, Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo in the period, we identified pressure groups and actors mostly occurring in the media sphere and how they legitimize the discourse of clean development and Amazon vocation for big dams like Belo Monte (Pará), São Francisco and Jirau (Rondônia). The groups, linked to industrial and construction sectors, using the media as one more tool to influence the behavior of public opinion and force the government, will eventually repeat business interests.

Keywords: Amazon. Public policies. Pressure groups. Energy matrix. And media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Estrutura do consumo de eletricidade (em %)	27
Gráfico 2 - Interligação dos sistemas isolados	28
Imagem 1 - Recorte de capa do jornal “O Estado de S. Paulo”, edição de 21 de maio de 2008	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Itens jornalísticos selecionados para o <i>corpus</i>	56
Tabela 2 - Ocorrências de itens jornalísticos no <i>corpus</i> em 2001	57
Tabela 3 - Ocorrências de itens jornalísticos no <i>corpus</i> em 2002	57
Tabela 4 - Ocorrências de itens jornalísticos no <i>corpus</i> em 2008	58
Tabela 5 - Ocorrências de itens jornalísticos no <i>corpus</i> em 2009	58
Tabela 6 - Perfil quantitativo da discussão da mídia	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAL - Associação Brasileira do Alumínio

ABCE - Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica

ABDAN - Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Atividades Nucleares

ABDIB - Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base

ABE - Associação Brasileira de Embalagem

ABIAPE - Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia

ABIFA - Associação Brasileira de Fundição

ABIVIDRO - Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro

ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais

ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

ABRATE - Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia

AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil

AGU - Advocacia-Geral da União

ALBRAS - Alumínio Brasileiro SA

ALCAN - Alcan Alumínio Brasil

ALCOA - Alcoa Alumínio SA

ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão

ANA - Agência Nacional de Águas

ANACE - Associação Nacional dos Consumidores de Energia

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ANCM - Associação Nacional de Comercializadores de Material de Construção

ANJ - Associação Nacional de Jornais

ANP - Agência Nacional de Petróleo

ASMAE - Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica

BASA - Banco da Amazônia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBIE - Centro Brasileiro de Infraestrutura

CEF - Caixa Econômica Federal

CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais AS

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CESP - Centrais Elétricas de São Paulo

CGE - Comitê Gestor de Energia

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNPE - Câmara Nacional de Pesquisa Energética

COPPE-UFRJ - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras SA

ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil AS

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA

ENERSUS - Consórcio Energia Sustentável do Brasil

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

EUA - Estados Unidos da América

FAOR - Fundo da Amazônia Oriental

FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIERO - Federação das Indústrias do Estado de Rondônia

FI-FGTS - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FORT XINGU - Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu

FUNCEF - Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FURNAS - Furnas Centrais Elétricas SA

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Instituto Ilumina – Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISA - Instituto Socioambiental

ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

MAE - Mercado Atacadista de Energia

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME - Ministério de Minas e Energia

MMX - MMX Mineração

MPE-RO - Ministério Público do Estado de Rondônia

MPE-PA - Ministério Público do Estado do Pará

MPF-PA - Ministério Público Federal no Pará

MPF-RO - Ministério Público Federal em Rondônia

MW - megawatt

MWh - megawatt-hora

MXVPS - Movimento Xingu Vivo Para Sempre

NEOENERGIA - Grupo Neoenergia

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

ONG - Organização Não-Governamental

ONS - Operador Nacional do Sistema

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAH - Plano de Aproveitamento Hidrelétrico

PETROS - Fundo de Previdência dos Funcionários da Petrobras.

PHC - Pequena Central Hidrelétrica

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PPA- Plano Plurianual

PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SIN - Sistema Integrado Nacional

SISNIMA - Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente

SPEVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STIEESP - Sindicato dos Eletricitários do Estado de São Paulo

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TCU - Tribunal de Contas da União

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UNICAMP - Universidade de Campinas

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E MATRIZ ENERGÉTICA.....	21
2.1 PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA.....	21
2.2 RETOMADA DOS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS.....	25
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÃO.....	31
3.1 INTERAÇÃO ENTRE CAMPOS.....	31
3.2 MÍDIA, ESFERA PÚBLICA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	33
3.2.1 Habermas e os ecos do sistema político e econômico.....	33
3.2.2 Mídia e poder: a história de uma relação.....	35
3.2.3 Arena midiática e espaço de debates.....	38
3.3 FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO.....	40
3.3.1 Quarto Jornalismo e a “queda do muro”.....	40
3.3.2 Anatomia da notícia.....	43
3.3.3 Valor-notícia e capacidade de agendamento.....	45
4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	50
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO UM SISTEMA.....	50
4.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	52
4.3 PESQUISA, SELEÇÃO E SUMARIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	55
5 SENTIDOS DA MATRIZ ENERGÉTICA NA MÍDIA.....	63
5.1 INTERFERÊNCIA DE GRUPOS DE PRESSÃO.....	63
5.2 IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO.....	67
5.3 DESENVOLVIMENTO E ENERGIA LIMPA: A LÓGICA DO CAPITAL.....	69
5.4 GÊNESE DA VOCAÇÃO AMAZÔNICA E NECESSIDADES NACIONAIS.....	78
5.5 ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO EXECUTIVO.....	83
5.5.1 Audiências públicas, deliberação e representatividade.....	83
5.5.2 Política hidrelétrica na arena de debates.....	85
5.5.3 Visibilidade como capital eleitoral.....	89
5.5.4 Representação das audiências públicas na mídia.....	91
6 CONCLUSÕES.....	96
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES.....	113

1 INTRODUÇÃO

O processo de implementação de políticas públicas na Amazônia relacionadas à matriz energética brasileira merece destaque diante da classificação da região como fundamental para o atual modelo de desenvolvimento do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo no comando de Lula. Depois do período de crise energética enfrentado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre 2000 e 2001, a exploração dos recursos hídricos amazônicos foi acelerada pela administração petista por meio de altas verbas, oriundas de um componente específico dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Dentro de 15 anos, pelo menos 10 hidrelétricas poderão ser instaladas nas bacias Amazônica e do Araguaia/Tocantins, formando os principais polos de geração de um novo sistema interligado para transmissão de energia para as regiões Sul e Sudeste do Brasil (BRASIL, 2007a; BRASIL, 2007b). As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, são a obsessão de Lula (SEVÁ FILHO, 2005), seguem como fundamental para o governo de Dilma Rousseff, e reforçam a manutenção do paradigma de grandes projetos na Amazônia (BUARQUE, 2006; GARCIA, 2006; FEARNSSIDE, 2009; BERMANN, 2002).

Um ciclo de debates sobre a construção de novas grandes hidrelétricas na Amazônia - após Tucuruí, no rio Tocantins, no Pará, na década de 1980 - começou a ser apresentado parcialmente pela mídia em 1988, quando lideranças indígenas e pesquisadores brasileiros participaram, na Flórida Estados Unidos da América (EUA), de simpósio sobre manejo de florestas tropicais e relataram que o Banco Mundial Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) iria financiar um projeto de hidrelétricas no rio Xingu. A inundação de sete milhões de hectares para a construção das usinas significaria o desalojamento de 13 grupos indígenas, mas nenhuma das comunidades havia sido consultada.

No entanto, mais de 20 anos depois, a discussão sobre as reais necessidades de infraestrutura do País pairam sobre as características generalizantes da mídia (DUTRA, 2005; MARCONDES FILHO, 2002; CHARAUDEAU, 2007; TRIGUEIRO, 2003) e das negociações entre grupos de pressão do capital e governos (BARROSO, 2000; SAMUELS, 2002). A persistência governamental em construir estas

hidrelétricas está baseada numa sólida estratégia de argumentos dentro da lógica e vantagens comparativas da matriz energética brasileira. Os rios da margem direita do Amazonas têm declividades propícias à geração de energia e se destacam pela posição em relação às frentes de expansão econômica da região central do País, afirma Zanchetta (2008, p. 1).

Ao longo de quase 30 anos, desde a conclusão dos primeiros estudos de inventário hidrelétrico das bacias hidrográficas da Amazônia pela Eletronorte, surgiu um crescente interesse em relação à questão. No entanto, existe a carência de circulação, sobretudo na mídia, de resultados de trabalhos mais abrangentes sobre a implementação de projetos governamentais voltados à matriz energética brasileira. A bibliografia em questão possui, em sua maioria, um direcionamento para o viés econômico e técnico do empreendimento, com chancela governamental. Mas os constantes debates a partir da década de 1990 promoveram a publicação de relatórios, livros, artigos e outros trabalhos com importantes considerações e alertas sobre o andamento das políticas públicas para o setor hidrelétrico na região (BERMANN, 2002; MAGALHÃES, et al, 1996; PINTO, 2002; SEVÁ FILHO, 1990).

Habermas (1962; 1999; 2003) atesta que a esfera pública onde ocorria a discussão qualificada sobre os temas comuns à sociedade foi corrompida no momento em que os conceitos de público e privado foram atrelados a simulacros e propaganda, sobretudo com a mercantilização da mídia. Contudo, reforça o autor, os meios de comunicação de massa se mantiveram como a importante rede de circulação de conteúdo, tomada de posições e opiniões sobre os problemas do sistema político. Hansen (1994) assevera que a investigação em comunicação contribui para uma melhor compreensão do vasto papel social representado pela mídia e para elucidar processos relacionados à comunicação na “fabricação” de um ambiente, como um problema das esferas pública e política e suas mudanças estruturais.

Diante disto, neste trabalho, como objetivo geral, analisamos o conteúdo jornalístico sobre a implementação de projetos hidrelétricos na região Amazônica, com destaque para as usinas de Santo Antônio e Jirau, já em construção, e de Belo Monte, a qual o canteiro de obras já está em funcionamento. O *corpus* engloba os jornais impressos O Globo (Rio de Janeiro), Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo (ambos da capital paulista), os mais tradicionais e influentes do Brasil e que figuram entre as publicações com maior circulação em âmbito nacional. Optamos

pelo recorte de análise restrito aos empreendimentos em andamento – e não outros grandes projetos hidrelétricos da Amazônia, como Tucuruí – por conta da importância estratégica destinada aos planos direcionados aos rios Madeira e Xingu desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, no Plano Avança Brasil, e na gestão de Lula, com o PAC Energia Elétrica.

O *corpus* documental é restrito, na primeira etapa de pesquisa, às edições dos jornais nos anos de 2001 e 2002, período da crise do apagão e racionamento. Na segunda, pesquisamos as edições de 2008 e 2009, momento em que Lula intensifica a implementação de projetos hidrelétricos. Assim, inferimos conteúdos latentes relacionados ao contexto estrutural e histórico deste trabalho e suas características como fenômeno social e midiático por meio de um conjunto de técnicas de análise, de acordo com Bardin (1977) e Bauer e Gaskell (2003).

Escolhemos analisar produtos midiáticos de três dispositivos emissores pela possibilidade de aprofundamento das características apresentadas por eles como exemplo do tratamento dos temas voltados à matriz energética brasileira nos jornais impressos. Selecionar um *corpus* nestas circunstâncias, como assinala Dutra (2005, p. 9), “nos permite aprofundar, discutir e compreender não apenas o que estes dispositivos têm a dizer, mas, sobretudo, a partir de suas vinculações, chegar a um entendimento sobre como determinados conteúdos são produzidos e postos em circulação” e quais as relações de poder e de pauta de determinados assuntos na agenda pública pela agenda da mídia.

A legitimidade do campo da mídia é delegada pelos restantes campos sociais, o que promove a construção de instituições de caráter fluido, disseminadas pelo conjunto do tecido social moderno, com funcionamento estruturado “segundo os princípios das estratégias de composição dos objetivos e dos interesses dos diferentes campos” (RODRIGUES, 1997, p. 152-153).

Neste contexto, consideramos como problema um dos desdobramentos da definição de política pública como um sistema. Easton (1964) reforça que políticas públicas “recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (SOUZA, 2006, p. 24). As asserções anteriores levam à consideração de que a mídia, na atualidade, é usada como ferramenta de poder, capaz de produzir sentidos, agendá-los, projetá-los e legitimá-los em busca de determinados fins. A mídia pode ser pensada como uma arena de disputa pela publicidade dos discursos e de relações entre saber e poder. Conclusão

similar à de Miller e Williams (1993, p. 139): “Não discordamos de que fontes poderosas desempenham um papel crucial na determinação do *output* dos mídia noticiosos”.

Este paradigma interfere de forma crucial no exercício da democracia, instrumento preponderante para a implementação de políticas públicas sustentáveis e que respondam aos problemas sociais. Kepplinger (1973, p. 61) comenta que os *media*, originalmente “enraizados” fora do sistema político, acabaram ocupando lugar dentro deles mesmos. “Tornaram-se um poder político que já não apenas reage, mas atua substancialmente e, ao definir o escopo do que é politicamente possível como poder independente, participam indiretamente do governo”.

O jornalismo é uma forma de comunicação em sociedade e sua principal função nos países democráticos é de manter um sistema de vigilância e controle dos poderes – os agentes do poder, os governos, parlamentares, partidos políticos, empresários, etc. – por meio da difusão pública de informação. Neste sentido, informar quer dizer manter claras as práticas e consequências dos atos de agentes de poder e demais assuntos relevantes que estejam ou não relacionadas à esta vigilância (SOUSA, 2001, p. 13). No sentido contrário, “se os *media* agirem, realmente, como agentes de sustentação do *status quo* e de amplificação dos poderes, a sua imagem dominante, ao nível do ser humano comum, poderá, por consequência, facilitar perigosamente a manipulação e a desinformação do público” (SOUSA, 1999, p. 4).

A atribuição de vigilante da democracia atribuída às mídias se confunde com a apresentação de um espetáculo simplificado, amplificado ou estereotipado da democracia. “Isto ocorre dentro das três esferas que constituem as sociedades democráticas: a do político, a do civil e a das mídias”. Estas esferas se interferem mutuamente, sem que se possa dizer qual é a dominante. Os atores que compõem as esferas criam uma visão particular do espaço público como representação da realidade – e que tem o objetivo de tomar o lugar da própria realidade (CHARAUDEAU, 2007, p. 18-20).

As assertivas citadas anteriormente, sobretudo em relação à publicização de políticas públicas voltadas à matriz energética brasileira no campo da mídia, indicam o *corpus* usado com base nos jornais uma sólida base empírica para investigar o mapeamento da produção de conteúdo jornalístico acerca da

construção de hidrelétricas na Amazônia. De acordo com Steinberger (2005, p. 191-192), esta análise de conteúdo é

capaz de mostrar os efeitos potenciais que a manipulação política de lugares (atores) e valores geográficos pode gerar [...]. Esta geopolítica simbólica é produzida no meio social e pelo meio social; institui uma visão do mundo através das mídias em geral.

Quando esta correlação de forças convém aos governantes e aos grupos sociais que os apóiam com interesses específicos, destaca Steinberger, é refletido um desequilíbrio social – tomando-se como referência a situação ideal do chamado “jornalismo democrático” – capaz de produzir visões e ângulos distorcidos sobre as partes interessadas em determinados processos – como a construção de hidrelétricas na Amazônia. Esta situação reforça a representação, no campo da mídia, da referida geopolítica simbólica, que divide lugares, atores e diferentes tipos de discurso com fins específicos (TUATHAIL, 1996; 1998).

Diante destas colocações, neste trabalho, respondemos a seguinte pergunta: como as políticas públicas relacionadas à matriz energética brasileira e o comportamento de grupos políticos, econômicos e sociais são representados nos três principais jornais do País em períodos de acirramento da crise energética?

A partir desta questão, como objetivos específicos, investigamos:

1. Se o conteúdo apresentado pelo *corpus* mostra a Amazônia como província energética.
2. Se as políticas públicas para o setor energético retomam características dos grandes projetos na Amazônia.
3. Se os grupos citados anteriormente reiteram o discurso de que a energia hidrelétrica é limpa e silenciam alternativas à matriz energética brasileira.
4. Se a mídia se posiciona na tentativa de influenciar decisões do sistema político.
5. Como grupos de pressão relacionados à questão energética transitam e se manifestam na mídia para fins específicos.
6. Quais são os sujeitos que têm poder de fala sobre a matriz energética e como falam dela.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E MATRIZ ENERGÉTICA

2.1 PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Furtado (2000, p. 21) destaca que o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado contemporaneamente em dois sentidos: o primeiro relativo à evolução de um sistema produtivo. O segundo, de acordo com o grau de satisfação das necessidades humanas. Porém, da consolidação da classe burguesa à ascensão dos capitalistas industriais, o desenvolvimento tem sido usado como plataforma para a produção de riqueza, utilizada por grupos de poder específicos. “Na expansão e desenvolvimento do capitalismo mercantil, as várias regiões do Novo Mundo participaram no sistema com modos diferentes de produção e contribuíram diferentemente para o processo de acumulação de capital” (FRANK, 1980, p. 61).

Foram necessários mais três séculos de pressão e debates até que o conceito de desenvolvimento englobasse novas dimensões. Depois da questão política e econômica, a dimensão social só começou a ser tratada no período pós-Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, como bem-estar social¹. A dimensão ambiental entrou em debate com a recorrência dos desastres ecológicos nos anos 1980 e 1990, na eclosão da chamada “crise ambiental” e início das formulações sobre o que seria a teoria do desenvolvimento sustentável – noção de que o desenvolvimento implica em crescimento econômico, mas deve conter condições de sustentabilidade social, econômica, humana e ambiental (CARVALHO, 1995).

Antes das discussões mais embasadas em relação às dimensões do conceito de desenvolvimento, a adaptação do modo de produção capitalista em escala global evidenciou disparidades entre regiões por conta dos diferentes níveis de industrialização e acumulação de excedente. Desenvolvimento ganha uma repartição, o subdesenvolvimento, fruto do processo histórico, mas não necessariamente etapa para a chegada em um estágio ideal de sociedade. Esta nova realidade deu início à formulação de diversas teorias, que tentavam explicar os motivos e o *modus operandi* das disparidades entre determinados países. No caso da América Latina, a Escola Cepalina (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - Cepal) e a Teoria da Dependência.

¹ De acordo com as teorias do economista britânico John Maynard Keynes.

No período pós-Segunda Guerra (1939-1945), países considerados desenvolvidos, apoiados na teoria da modernização capitalista, sobretudo os Estados Unidos, vislumbraram a necessidade do estabelecimento de políticas de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos para a manutenção da estabilidade do mercado internacional e evitar a expansão do comunismo. Com base em Keynes, governos latino-americanos, entre eles o brasileiro, fizeram a implementação de “cópias” do desenvolvimento norte-americano, como se modelos pudessem ser transplantados. No entanto, ainda nos anos 1950, teóricos começaram a formular críticas e soluções para os problemas nacionais internamente.

Teóricos como Furtado e Prebisch encabeçaram o movimento de criação de políticas de longo prazo para o desenvolvimento com o objetivo de romper com a dependência em relação aos países mais ricos e de ganhar maior autonomia para a determinação dos rumos do crescimento econômico no subcontinente, em destaque para o Brasil. Era a formação da escola estruturalista da Cepal. Furtado bebeu na fonte das formulações de Keynes e reforçou a força da “mão condutora” do Estado no processo de internalização da industrialização, mas não deu espaço à dimensão social. Cano (1988, p. 67) reforça que:

Na verdade, a maior debilidade do desenvolvimento das demais regiões brasileiras tem suas raízes em processos históricos distintos antes da ruptura 1929-1933, antes, portanto, da integração do mercado nacional e da instauração do próprio processo de industrialização que se dá a partir daquele momento.

Cardoso, Falletto (1979) e Frank (1982), entre outros estudiosos, tentaram dar um passo adiante com as formulações da Teoria da Dependência, com a argumentação histórica de que a relação de trocas entre centro e periferia sempre representou perdas para os países subdesenvolvidos. A dominação política, asseguravam, era fator limitante da possibilidade de desenvolvimento (CARDOSO ; FALLETO, 1979). A teoria, no entanto, não foi institucionalizada - diferentemente dos estudos da Cepal, que foram aplicados pelo governo brasileiro -, pois se construía como crítica aos militares após o Golpe de 1964, sobremaneira pela entrada das multinacionais no País.

No século 20, desenvolvimento no Brasil foi tratado como sinônimo de crescimento industrial e econômico. Esta visão provocou mudanças drásticas no

modo de reprodução e configuração socioespacial do País (COSTA, 2005; FEARNSTIDE, 1993; MCGRATH, 1997). A partir da década de 1950, após a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), a região amazônica passou a ser prioridade para o governo brasileiro por conta das necessidades econômicas da nação e questões geopolíticas (BECKER, 1995). As primeiras intervenções na Amazônia pós-1950, no governo Juscelino Kubitschek, adotavam um modelo de planejamento do desenvolvimento tecnocrático e autoritário, sob influência da Cepal. A região, encarada como fonte de matéria-prima para o progresso nacional, oferecia o combustível para o arranco: o potencial hidrelétrico dos grandes rios, com a possibilidade de geração de energia a partir de uma fonte colocada como “limpa, renovável e barata” (BERMANN, 2007, p. 1).

Foi neste contexto, com o Plano Salte do governo Gaspar Dutra (1946-1950) e do Plano de Metas da gestão de Juscelino (1956-1960), que nasceram as primeiras políticas públicas voltadas para o reaparelhamento da matriz energética brasileira, com destaque para a produção hidrelétrica, que atualmente é responsável por 82,2% da eletricidade consumida no Brasil (BERMANN, 2007, p. 1). No segundo governo de Dutra, no entanto, foram criadas duas instituições determinantes para a construção do cenário energético atual: a Petrobras, em 1943, e a SPEVEA, em 1944, a primeira experiência de planejamento regional voltada para a Amazônia, marcada pelo início da construção da rodovia Belém-Brasília, a BR-010 (ALMEIDA, 2004; MAHAR, 1978). Com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1972-1974), o presidente Geisel buscava alcançar autonomia em insumos básicos. No entanto, para fortalecer a indústria, já em um contexto de crise energética, passou a investir no setor de energia, com o planejamento para a construção da hidrelétrica binacional Itaipu, no rio Paraná.

Depois da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à SPEVEA, e diante dos primeiros relatórios do Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia (vinculado ao Ministério de Minas e Energia), o governo Figueiredo (1979-1985) manteve a implantação dos projetos de energia do Pólo Amazônia iniciados por Geisel, com a construção das hidrelétricas de Tucuruí (rio Tocantins, no Pará), Balbina (rio Uatumã, no Amazonas) e Samuel (rio Jamari, em Rondônia), projetos nascidos em um período que não contava com as observações de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) (GARCIA, 2006, p. 6). Segundo Carvalho (2001, p. 18), o modelo de desenvolvimento que

dava base aos grandes projetos dos presidentes militares na região gerou sérias consequências ambientais para a Amazônia. Mesmo assim, os governos não tiveram a preocupação de lidar com esses problemas. Em nome do desenvolvimento econômico, reforça Garcia (2006, p. 1), houve um processo de eletrificação da Amazônia – desde a formação da SPEVEA e intensificado com a SUDAM – que causou graves danos ambientais.

Há 40 anos, a exploração do potencial energético da Amazônia não passava das pretensões e projetos de construção de algumas usinas, como a de Curuá-Una, no rio de mesmo nome, em Santarém, e a usina de Tapanã, no rio Guamá, que acabou transformada em termelétrica ainda no papel. Pairava sobre o governo o fantasma do desconhecimento e o petróleo ainda era a principal fonte de energia (IBGE, 1991). A partir de 1973, os estudos sobre o potencial dos rios da região foram acelerados. Eles apontavam para a criação de alternativas de desenvolvimento regional, que esbarrava na carência de infraestrutura. Além disso, a crise do petróleo havia afetado profundamente o programa de energia elétrica desenvolvido no País: o potencial amazônico não seria destinado somente ao pequeno mercado da região, mas também envolveria exportações de energia para o Centro-Sul brasileiro.

A aceleração destes estudos culminou na criação das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), autorizada a funcionar pelo decreto nº 72.548, de 30 de julho de 1973, com o objetivo de dar continuidade ao processo de conhecimento do potencial hídrico amazônico. A Eletronorte, com base nas pesquisas feitas pelo “Bureau of Reclamation”, por meio da Agência de Desenvolvimento Internacional – órgão do Departamento de Estado norte-americano para a extinta Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins, em 1964 –, desenvolveu trabalhos comparativos sobre a viabilidade da usina de Tucuruí. Estes estudos foram reforçados pela popularidade da construção de usinas hidrelétricas nos governos de países subdesenvolvidos com áreas de floresta tropical úmida (MYERS, 1985).

A construção da hidrelétrica de Tucuruí, um dos maiores projetos implementados na Amazônia, custou cerca de US\$ 4,6 bilhões. A obra esvaziou os cofres públicos e sua barragem inundou uma área de 2.430 quilômetros quadrados. Ainda hoje, aproximadamente dois terços dos 7.751 MW gerados pelo empreendimento abastecem, a preços subsidiados, as fábricas de alumínio da

Albrás - Alunorte, em Barcarena, e Alumar, próximo a São Luís (BARROW, 1987; FEARNSTIDE, 2009; HALL, 1989). A usina também gera energia para o complexo de minério de ferro de Carajás, para a cidade de Belém e ligações para o nordeste brasileiro, contribuindo para o Sistema Integrado Nacional (SIN).

O perfil desenvolvimentista que marcou a implementação de Tucuruí na década de 1980 se manteve na Amazônia nos governos pós-período militar, nos mandatos de Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, mesmo diante das modificações do planejamento do desenvolvimento, com a globalização e nova configuração do capital (BUARQUE, 2006). Apesar de os governos mais recentes terem incorporado questões ambientais ao modelo de desenvolvimento, nos oito anos em que Fernando Henrique esteve no poder (de 1995 a 2002), nos oito anos do governo Lula (iniciado em 2002) e na atual gestão de Dilma Rousseff, ainda persistem raízes do paradigma dos grandes projetos para a Amazônia (GARCIA, 2006), que se chocam com o redimensionamento do papel do Estado, formulação de políticas públicas e planejamento estratégico, situacional e participativo (MATUS, 1989).

2.2 RETOMADA DOS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS

Antes de o presidente Fernando Henrique Cardoso dar início aos planos Brasil em Ação (no âmbito do Plano Plurianual-PPA 1996-1999) e Avança Brasil (dentro do PPA 2000-2003), o País vivia o lapso de uma década sem que o governo brasileiro investisse maciçamente em geração e distribuição de energia e novas alternativas para a matriz energética brasileira (SOLNIK, 2001). Mesmo após a construção das hidrelétricas de Itaipu (binacional) e Tucuruí (nacional), o País passou a conviver com a ameaça de blecautes (popularmente chamados de apagões) e racionamentos de energia, problemas que tiveram seu auge entre 2000 e 2001 – reflexo de chuvas escassas no Brasil, reservatórios de usinas sem a capacidade mínima necessária de água e poucos investimentos no setor. Para Fernando Henrique, a melhor alternativa eram os projetos de construção de 13 hidrelétricas (quatro previstas no PPA 1996-1999 e nove no PPA seguinte), a instalação de duas linhas de transmissão (PPA 1996-1999) e a implementação de dois novos sistemas de transmissão, além da duplicação do sistema Norte-Sul (PPA 2000-2003).

De acordo com a Eletrobrás (2009), o sistema elétrico brasileiro tem eficiência de 95%. No entanto, os 5% restantes representam uma janela para um problema que se estende regularmente desde a década de 1980. O sistema tem apresentado uma grande falha a cada 20 anos e blecautes em escala ainda maior: 1985, 1999, 2002 e 2009 – o último deles com número recorde de estados afetados: 18, além de uma região do Paraguai, alimentada pela energia de Itaipu. A solução colocada pelo governo Fernando Henrique, de ampliar as linhas de transmissão, não foi suficiente. Os estados do Amazonas, Amapá e Roraima ainda estão “desligados” do restante do País, com sistemas próprios, baseados em usinas termelétricas. O sistema elétrico brasileiro apresenta perdas de 15% na transmissão de energia - cerca de 54 milhões de MWh (BERMANN, 2002, p. 10).

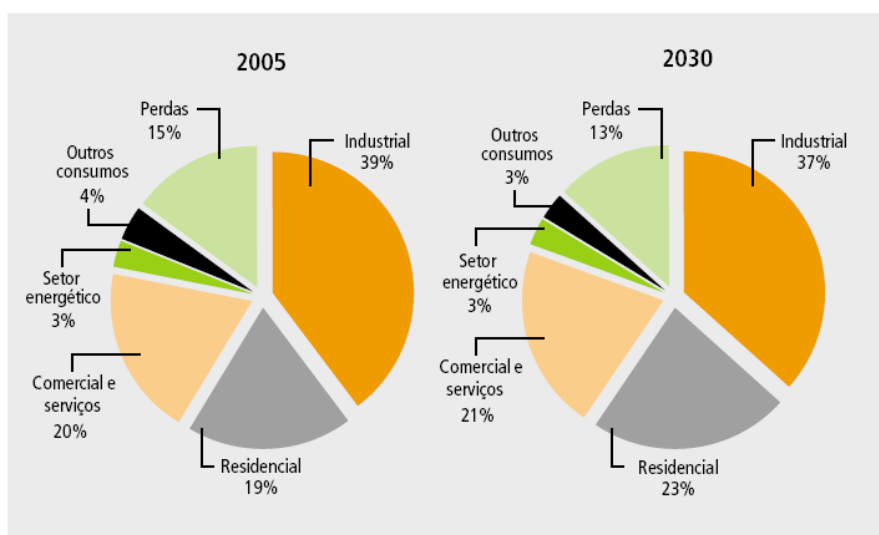
As atuais previsões de crescimento econômico do País (cerca de 5% ao ano) são superiores à média mundial. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que o número de unidades residenciais aumente para 63,2 milhões até 2017. Esta taxa de crescimento é considerada no mais recente estudo sobre a questão energética, a publicação Matriz Energética Nacional 2030, sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). As projeções feitas pelo IBGE apontam que a população brasileira superaria 238 milhões de pessoas em 2030, com taxa de crescimento médio de 1,1% ao ano desde 2000. A expectativa aponta o aumento de domicílios permanentes ocupados no País de 57.551,4, em 2010, para 81.837,4, em 2030 (BRASIL, 2007a, p. 82-96).

Em 2030, o consumo de energia elétrica poderá se situar entre 950 e 1.250 TWh/ano, o que exigirá a instalação de uma potência hidrelétrica adicional expressiva. Mesmo que se dê prioridade absoluta à expansão da oferta por meio de hidrelétricas, ainda assim a instalação de 120 mil MW, elevando para 80% o uso do potencial, poderia não ser suficiente para atender à demanda por energia nesse horizonte. Esse quadro sinaliza, de certa forma, uma perspectiva de esgotamento a longo prazo do potencial hidrelétrico nacional (BRASIL, 2007a, p. 74).

Para suprir a demanda e evitar o risco de novos apagões e racionamentos que assombraram o governo de Fernando Henrique Cardoso, a gestão de Lula intensificou a exploração da potência instalada dos rios da Amazônia brasileira por meio do componente fornecimento de energia elétrica do PAC. A prioridade ao setor

determinada por Lula é justificada pelo governo do PT no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015. De acordo com o documento, a fonte hidrelétrica apresenta grande vantagem competitiva no País, já que se trata de um recurso renovável e “com possibilidade de ser implementado pelo parque industrial brasileiro com mais de 90% de bens e serviços nacionais” (BRASIL, 2007a, p. 140). No entanto, o consumo desta energia deverá se concentrar, em maioria, no setor industrial, de acordo com as previsões do Ministério de Minas e Energia para 2030 (gráfico 1).

Gráfico 1: Estrutura do consumo de eletricidade (em %).

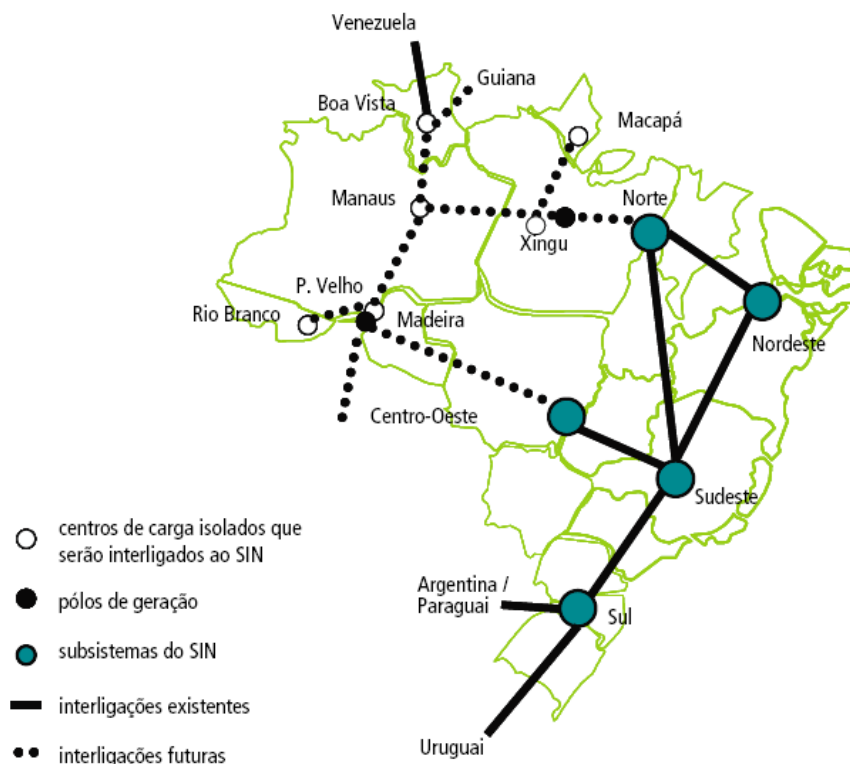


Fonte: MME (2007a, p. 181).

Em um prazo inicial de 10 anos, o governo Lula previa finalizar a primeira etapa do componente energia elétrica do PAC, com a implementação de novas hidrelétricas na região Norte e a ligação delas ao SIN, o que ampliaria a eficiência do sistema para quase 100%. De acordo com o Governo Federal, o investimento consolidado para o componente energia elétrica do PAC foi de R\$ 65,9 bilhões, entre 2007 e 2010, somente para geração – R\$ 12,5 foram destinados à transmissão. Depois de 2010, mais R\$ 20,7 bilhões para geração e R\$ 3,4 bilhões para transmissão. Neste período, serão investidos R\$ 32,7 bilhões somente na região Norte. A meta governamental é garantir a segurança do abastecimento e da modicidade tarifária da energia elétrica. A perspectiva, a nível nacional, era de geração de 12.386 MW até 2010 e mais 27.420 MW após este ano. Além disso, transmitir 13.826 MW até 2010 e mais 5.257 MW em seguida (SCHUCK, 2007).

A intenção do governo Lula era de integrar os grandes centros consumidores de energia elétrica às regiões Norte e Centro-Oeste, onde se concentra o potencial a desenvolver. O Norte tem somente 9% do seu potencial em operação, construção ou concessão. Outros 44% não são aproveitados ou estão em processo de inventário e 47% são estimados (BRASIL, 2007a, p. 23-25). Das 24 centrais hidrelétricas brasileiras com potência superior a 1.000 MW, apenas uma está na Amazônia: Tucuruí, no rio Tocantins, no Pará (com 7.751 MW, a segunda maior do País. A maior é a binacional Itaipu, no Paraná, no rio homônimo, com 14 mil MW de potência). Este era o principal argumento do governo Lula para reforçar as políticas públicas para a exploração do potencial energético estimado das bacias dos rios amazônicos, sobretudo Tocantins/Araguaia, em maior parte no Pará, e Madeira, em Rondônia. As bacias citadas são estratégicas para o planejamento governamental e vão figurar como dois troncos de geração e transmissão de energia dentro do SIN, de acordo com o gráfico 2 (BRASIL, 2007a, p. 25-26).

Gráfico 2: Interligação dos sistemas isolados



Fonte: BRASIL (2007b, p. 208).

De acordo com a Eletrobrás (2009) e a Eletronorte (2000), a região que envolve a bacia amazônica brasileira, a bacia dos rios Tocantins e Araguaia e o complexo litorâneo do Amapá tem 46 usinas em funcionamento e 252 projetos de inventário em andamento. O potencial hidrelétrico da região Norte é de 111.396 MW - quase a metade do potencial brasileiro -, mas somente 9% são explorados. Para segmentos do governo federal e setores industrial e produtivo, é o Eldorado da energia limpa que poderá salvar o Brasil de um novo apagão e garantir o crescimento do País com uma economia de petróleo sem precedentes - assim, com redução drástica da emissão de gases do efeito estufa. No entanto, diante das projeções governamentais que apontam para a exploração nunca antes atingida dos rios amazônicos, pesquisadores alertam para problemas ligados aos projetos de aproveitamento hidrelétrico, sobretudo aos de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, e criticam a ligação destes projetos aos interesses de empreiteiras como Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht.

Segundo dados da Eletrobrás (2009), somente os rios já inventariados em território paraense oferecem 38,2 mil MW – o suficiente abastecer todos os domicílios brasileiros por quase um ano e meio de forma ininterrupta. Aproveitamentos hidrelétricos em etapa de viabilidade e à espera de leilão têm potencial estimado em 12.090 MW. Em operação, as usinas de Tucuruí e Curuá-Una fornecem 7.781 MW. Além da construção de Belo Monte, o PAC prevê o funcionamento de pelo menos mais seis usinas hidrelétricas de porte médio e grande somente no Pará até 2018. Atualmente, 28 projetos hidrelétricos estão na etapa de estudos de viabilidade e inventário, com maior concentração nos rios Itacaiúnas, Tapajós, Jamanxim, Trombetas e Paru do Oeste.

Rondônia, de acordo com a Eletrobrás (2009), tem um número menor de empreendimentos em relação ao Pará, mas apresenta potencial gigantesco em comparação a estados de outras regiões brasileiras. Aproveitamentos hidrelétricos em fase de construção – como o empreendimento Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira –, viabilidade e inventário nas bacias do rio Madeira, Ji-Paraná e Comemoração podem oferecer 7.429,9 MW. Já em operação, a hidrelétrica de Samuel, no rio Jamari, trabalha com 216 MW de potência.

Em aproximadamente 15 anos, os estados do Pará e Rondônia poderão abrigar 10 grandes empreendimentos em funcionamento ou em construção. Contudo, no planejamento, a energia gerada não é prioridade para a região

Amazônica. Vai, sim, ser distribuída para os maiores mercados do Brasil por meio do SIN, a grande rede de linhas de transmissão que está em processo de ampliação - o que implica em maior impacto às áreas florestais amazônicas. Além disso, o governo anterior do Pará, sob o comando de Ana Júlia Carepa, conseguiu que 20% da energia produzida por Belo Monte seja destinada a autoprodutores (grandes consumidores de energia, como mineradoras). Outra crítica dos pesquisadores é referente à previsão de elevados impactos ambientais e a assimilação de externalidades negativas.

A recente crise energética e a política energética que o governo brasileiro está procurando implementar para assegurar o aumento da oferta, está fundamentada em princípios que comprometem de forma irreversível padrões adequados de sustentabilidade energética (BERMANN, 2002, p. 1).

O linhaõ que vai interligar Tucuruí e Belo Monte a Macapá e Manaus, por exemplo, deverá cruzar de norte a sul a Reserva Extrativista Verde Para Sempre, no oeste paraense. Só em 2009 foi investido US\$ 1,7 milhão (cerca de R\$ 5 milhões), de acordo com a EPE (ELETROBRÁS, 2009; ELETRONORTE, 2000).

O (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de Belo Monte, produzidos pela empresa Leme e divulgados no segundo semestre de 2009, têm sido extremamente criticados por grupos de pesquisadores e movimentos sociais contrários à construção da usina. A avaliação de impacto tem mais de 20 mil páginas, divididas em 36 volumes, que começaram a ser disponibilizados no site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) somente algumas semanas antes das audiências públicas nos municípios que serão afetados diretamente pelo empreendimento. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresenta considerações simplistas sobre o projeto e não esclarece as principais dúvidas dos moradores da região.

A empresa Leme estima que Belo Monte deverá gerar 18.700 empregos diretos e 23 mil indiretos, além da atração de 54.300 famílias em busca de emprego. Esta demanda poderá superlotar a região do Xingu, historicamente desprovida de infraestrutura para transporte, educação e saúde. Representantes de ONGs e associações contrárias à barragem temem o aumento geométrico dos índices de violência, habitação e saúde precárias (BRASIL, 2009).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÃO

3.1 INTERAÇÃO ENTRE CAMPOS

De acordo com Souza (2006, p. 24-28), não existe uma definição única sobre o que seja política pública: é apresentada por Mead (1995) como campo de estudo da política que analisa os governos por meio das grandes questões públicas; para Lynn (1980) e Peters (1986), conjunto de ações governamentais que irão produzir efeitos específicos; Dye (1984) sintetiza a definição às decisões e escolhas tomadas pelos governos; a definição mais conhecida, a de Laswell (1958), explicita que decisões e análises sobre políticas públicas devem responder às questões “quem ganha o que, por quê e que diferença faz”. Lowi (1964 - 1972) desenvolveu a mais consagrada tipologia sobre política pública. Para ele, política pública faz a política. Desta forma, afirma que cada tipo de ação governamental é suscetível a diferentes formas de apoio e rejeição, além de que as disputas por estas decisões passam por arenas diferenciadas.

Lindblom (1959; 1979 apud SOUZA, 2006, p. 24) reforça a incorporação de novas variáveis à formulação e à análise de políticas públicas: “as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio”.

A definição de política pública como um sistema partiu de Easton (1964). O autor coloca que políticas públicas “recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (SOUZA, 2006, p. 24). O ciclo da política pública (*policy cycle*), de acordo com Souza (2006, p. 29-30), é constituído por: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação de opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Esta tipologia reforça a definição de agenda (*agenda setting*) e

[...] pergunta por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas. Algumas vertentes do ciclo da política pública focalizam mais os participantes do processo decisório, e outras, o processo de formulação da política pública.

Silva e Silva (2001, p. 42) também destaca a inclusão da mídia neste processo:

Como sujeito relevante do processo das políticas públicas, destaca-se ainda a mídia, assumindo papel no que se refere à visibilidade dos problemas sociais e permitindo um acompanhamento dos momentos, sobretudo da formação das políticas. A lógica que a mídia assume se altera conforme a lógica do sujeito que está apoiando.

Em um modelo de arenas sociais, uma política pública pode distinguir o que o governo pretende fazer e o que, realmente, faz. Essas ações envolvem vários níveis de decisões, com respectivos atores (SOUZA, 2006, p.32). Os decisores se organizam e agem de acordo com “regras e práticas socialmente construídas, conhecidas antecipadamente e aceitas (MARCH; OLSEN, 1995, p. 28-29). Souza (2006, p. 39) reforça a contribuição do neo-institucionalismo nesta questão: “a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas”. Arretche (2003, p. 149) destaca a necessidade de identificação de quais instituições, de fato, afetam comportamentos e decisões e quais mecanismos são utilizados. Este processo implica na abertura da caixa-preta do sistema político, do processo decisório. Para John (1999, p. 157 apud FARIA, 2003, p. 23),

[...] as políticas são uma disputa entre formas de discurso que são baseadas na luta pelo poder e na busca de significado. Os sistemas de idéias constroem os interesses dos tomadores de decisões [...]. A ação política refere-se à linguagem, que é um sistema de significação através do qual as pessoas constroem o mundo.

Três questões respondem à pergunta de como os governos definem suas agendas: 1) os problemas entram na agenda quando da necessidade de fazer algo sobre eles. A definição de um problema altera os resultados da agenda; 2) voltada especificamente à política: como construir a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um problema?; 3) em relação aos participantes, classificados como visíveis (políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, entre outros) e invisíveis (academia e burocracia) – os visíveis definem a agenda; os invisíveis, as alternativas. Sobre a segunda questão, Souza (2006, p. 30) assegura que

[...] a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante na definição da agenda. Quando o ponto de partida da política pública é dado pela política, o consenso é construído mais por barganha do que por persuasão [...] quando o ponto de partida da política pública encontra-se no problema a ser enfrentado, dá-se o processo contrário, ou seja, a persuasão é a forma para a construção do consenso.

3.2 MÍDIA, ESFERA PÚBLICA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

3.2.1 Habermas e os ecos dos sistemas político e econômico

Habermas (1962) faz uma exaustiva genealogia sobre a esfera pública, questões sobre público e privado e mudanças da categoria social burguesa diante das transformações políticas do capitalismo nos estados absolutistas. Ele destaca o surgimento de uma racionalização pública e crítica sobre temas de interesse comum na Europa do século 15, por meio de jornais e outros periódicos. Nesta concepção, esfera pública é apresentada como “uma rede para a comunicação de conteúdos, tomadas de posições e opiniões, onde os problemas elaborados pelo sistema político encontram eco” (HABERMAS, 2003b, p. 188).

A esfera pública burguesa pode ser concebida, antes de mais, como a esfera em que pessoas privadas se juntam enquanto um público; bem cedo, reclamaram que essa esfera pública fosse regulada como se estivesse acima das próprias autoridades públicas; de forma a incluí-las num debate sobre as regras gerais que governam as relações da esfera de troca de bens e de trabalho social basicamente privatizada, mas publicamente relevante (HABERMAS, 1962, p. 27).

A esfera pública surge do confronto entre dois tipos de publicidade: a representativa, própria das cortes feudais, e crítica-democrática, nascida com o iluminismo setecentista (SILVA, 2001, p. 120). Esta esfera de debates, no entanto, foi corrompida no momento em que a divisão entre Estado e sociedade civil deixou de ser clara, além da mercantilização da imprensa de acordo com interesses do capital. “A correlação entre esfera pública e esfera privada está perturbada [...] não lhe é mais possível [ao homem] ter uma visão global da vida cada vez mais complicada de toda a cidade de um modo tal que ela lhe seja pública” (HABERMAS, 2003b, p. 188).

Apesar destas circunstâncias, Habermas coloca que a esfera pública “sobrevive” na modernidade como simulacro, com funções específicas de propaganda e caráter plebiscitário, em busca de consensos “quase-públicos” – e não de uma opinião pública, já que este consenso não seria formado de modo racional, através de discussões –, formados por pessoas públicas institucionalmente autorizadas, com caráter manipulativo. Esse pensamento de Habermas é

influenciado pela Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, notadamente pelas colocações de Adorno (2002): os meios de comunicação de massa reduzem a complexidade do mundo a uma imanência do real, que prejudica a publicidade das discussões sociais originadas nos parlamentos.

A publicidade, que tinha como função mediar a discussão legislativa e a transparência do Estado sobre os assuntos coletivos dentro da esfera pública, tornou-se, no século 20, propaganda. Com o desprestígio da esfera pública, a discussão legislativa passou a regular domínios restritos no espaço social, como o consequente enfraquecimento do uso público da razão pela sociedade. Nascimento (2010, p. 8) assinala que a fase mais crítica da esfera pública está relacionada à transformação do jornalismo em mercado. Após a fase de consolidação da liberdade de expressão e a evolução dos direitos humanos nas legislações ocidentais, houve o deslocamento dos problemas políticos para a imprensa profissional e empresarial, como ressalta Habermas (2003a, p. 170): “agora ela [a imprensa] pode abandonar a sua posição polêmica e assumir as chances de lucros de uma empresa comercial”.

O período citado por Habermas, no século 19, em que o jornalismo vive o acirramento do círculo de reprodução do sistema capitalista em busca do lucro sucessivo, tem como pano de fundo o fim da modernidade e o desencanto com os anteriores modelos de explicação da realidade (MARCONDES FILHO, 2002, p. 14-15).

Habermas (1965) destaca, neste momento, o advento da indústria da promoção da comunicação, um novo patamar da “indústria da consciência”, termo apresentado originalmente por Enzensberger (1973), um estágio avançado e mais sofisticado da indústria cultural definida por Adorno (2002). O ponto focal do conceito de Habermas consiste na penetração da comunicação na informação, os procedimentos de promoção indireta de produtos no corpo da mensagem jornalística, as estratégias de fazer passar inconscientemente uma propaganda como se fosse notícia de interesse público, que os teóricos norte-americanos classificam como de *merchandising* e os franceses chamam de comunicação.

Weber², que no primeiro congresso da Sociedade Alemã de Sociologia, em 1910, reivindicou uma “sociologia do setor dos jornais”, a fim de estudar os efeitos destes sobre a sociedade à época, já destacava a posição das empresas

² WEBER, M. (1910, p.1.). Zu einer Soziologie des Zeitungwesens apud MARCONDES FILHO, 2002.

jornalísticas como um “comércio capitalista de propriedade privada”, com duas classes de clientes: leitores e anunciantes (KUNCZIK, 2002, p. 20). Para Karl Bücher, fundador do Institut für Zeitungskunde, em Leipzig, Alemanha, em 1916, o jornal consiste em uma parte pública e outra privada. Bücher defende que a parte editorial é subordinada a conseguir lucros. Por isto, “assinalou a natureza ilusória da idéia de que o jornalismo é uma profissão livre, que ainda hoje continua amplamente difundida [...]” (KUNCZIK, p. 20-21).

Assim, o pensamento habermasiano permanece atual. Mais do que uma categoria da sociedade burguesa, o conceito de esfera pública tornou-se um dos pilares do pensamento político e sustentação das democracias de massa. No entanto, Habermas não se absteve de fazer uma releitura de sua teoria. Ele assegura que, hoje, não se pode falar de espaço público no singular, dada a pluralidade de esferas públicas concorrentes (HABERMAS, 1999, p. 10). Assume que a formação da opinião se dá em várias instâncias autônomas de debates. Os significados oriundos dessas esferas podem alcançar a “esfera pública geral”, que correspondem a estruturas de comunicação generalizadas, como a mídia – “vassalizadas”, reforça o autor, pelo poder econômico.

3.2.2 Mídia e poder: a história de uma relação

As mídias, apesar de estarem ligadas a diferentes jogos de poder, não são instâncias de poder, diferentemente de governos, por exemplo. “O campo [...] é estratégico não porque representa um ‘quarto poder’, mas porque ele permite agir por ricochete sobre diferentes universos sociais” (MARCHETTI, 2000, p. 32). As mídias manipulam tanto quanto são manipuladas. Para a manipulação é necessário um agente de manipulação – geralmente o poder político, parte interessada na construção da agenda midiática, e a lógica comercial, quando a mídia incorpora “parceiros” financeiros, como grandes empresas – que tenha um “projeto e uma tática”.

Desta forma, “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”: uma imagem fragmentada dele. São espelhos deformantes, cada um com seu recorte.

Costa (2006) pondera a significativa presença de empresas que não tinham tradição ou vínculos com a comunicação no campo da mídia. Grupos proprietários

de bancos, indústrias metalúrgica, elétrica e eletrônica, entre outras, empreiteiras, construtoras, etc., passaram a adquirir, por todo o mundo, diferentes veículos de comunicação, de televisões a rádios, a jornais e satélites. No Brasil, especificamente, os grandes conglomerados midiáticos ainda se encontram, em maioria, sob a direção de famílias. Para nosso trabalho interessam os grupos familiares Marinho (detentor da TV Globo e do jornal O Globo, do Rio de Janeiro), Frias (Folha de S. Paulo) e Mesquita (O Estado de S. Paulo) – todos com participação de capital estrangeiro.

Com as grandes empresas de comunicação do País figurando como tentáculos de conglomerados, os interesses dos proprietários e suas teias de relacionamentos, geralmente políticos e outros empresários influentes, interferem na cobertura ambiental, como critica Boff (1998): “A imprensa, ela faz o jogo dos poderes dominantes, que são [os próprios] donos da imprensa. Então, muitas denúncias que poderiam ser feitas, cujos jornalistas conhecem e gostariam de divulgá-las, não são feitas porque ofenderiam interesses econômicos e políticos dos detentores de poder desse meio”. Para Milanez (1998), a falta de independência da mídia, por conta de seus donos serem “donos de tudo quanto é atividade”, não permite a contestação de algo que represente perigo ao meio ambiente. São usados, de forma direta ou indireta, para fazer propaganda e marketing “verdes” dos seus anunciantes, que geralmente têm o poder de censura: “A pressão é muito mais organizada das empresas para os jornais”.

Kehl e Bucci (2005), baseados em adaptações da teoria crítica da comunicação levantada por Adorno (2002), avaliam a mídia como um mecanismo de tomada de decisões que permite a reprodução do modo de produção capitalista. Desta forma, os sujeitos do poder que usam a mídia como ferramenta para fins específicos não são os proprietários dos meios de comunicação, nem os Estados, nem grupos políticos, mas, sim, o capital.

A inserção de agendas relativas à matriz energética brasileira na arena midiática ocorre concomitantemente à movimentação de arenas relativas na política e opinião pública. Não é fruto de um processo linear, que obedece a escalas entre campos distintos. No entanto, a representação das disputas de poder e a emergência de agendas nesses campos são interpretadas pela mídia de forma específica. Uma análise empírica permite considerar que a agenda da política em

relação à matriz energética brasileira se mostra como conflito pelo uso dos recursos naturais e envolve diversos atores e instituições.

Para Bourdieu (1994, p. 4), os poderes dos diferentes campos sociais agem sobre o campo da mídia – especificamente o jornalismo. É o campo político, por meio de suas instâncias governamentais, que mais constrange os meios de comunicação. Esta dominação é exercida de duas formas: material, expressada pela pressão econômica que um governo pode submeter a um veículo de comunicação, como verbas publicitárias, incentivos fiscais, créditos, etc.; e simbólica, na qual os agentes dominantes do campo se valem da autoridade neles investida como fonte de informação legítima, de “fontes oficiais”. Charaudeau (2007, p. 17) diz que, apesar das críticas pela constituição de um “quarto poder”, as mídias “são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública”.

Sobre o poder “desproporcional” que os integrantes de instituições de um determinado Estado exercem sobre o campo da mídia, Bourdieu pondera que ele

[...] deve ser compreendido, principalmente, através do poder simbólico dele emanado e das autoridades que os compõem. Este espaço estatal possui a capacidade de definir a pauta jornalística e a hierarquia dos acontecimentos mediante a definição de sua agenda diária, não só de ações e decisões, mas de interações com a própria imprensa (MIRANDA, 2005, p. 114).

Brandão (2004, p. 22-23) recorre a Althusser (1970) para explicar que a dominação política e a manutenção dessas condições são reforçadas pelos aparelhos repressores e aparelhos ideológicos de Estado. A mídia, nesta situação, por ser o veículo de informação, está dentro do campo de ação dos aparelhos ideológicos necessários para a reprodução das relações de produção. A manipulação sobre a mídia, manobra camufladora, “vai fazer com que o discurso, e de modo especial o marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de ‘lacunas’, ‘silêncios’, ‘brancos’ que preservem a coerência de seu sistema”.

Abordar a relação entre mídia e matriz hidrelétrica brasileira transcende a análise de conteúdo de um *corpus* formado por itens jornalísticos extraídos de um jornal impresso. Implica avaliar a posição social do campo da mídia em um País como o Brasil, no qual a principal fonte de informação são os produtos das empresas midiáticas, e a dinâmica do sistema dominante que intervém no processo seletivo dos acontecimentos e determina as condições de fabrico deles em notícias,

quase sempre com foco e fins determinados, sejam eles econômicos, políticos, entre outros.

No Quarto Jornalismo, as notícias são reconhecidas como mercadoria, produtos à venda em última instância, processo acirrado pela queda do muro entre os departamentos de jornalismo e publicidade/marketing das empresas jornalísticas, que produz uma série de consequências à interação entre o produto final e o sujeito receptor – apesar de o sujeito não ser refém sem possibilidades de reação de todo este contexto. A mídia não tem o poder ditatorial de determinar as ações sociais, mas possui uma capacidade espantosa tanto de explicitar determinados assuntos quanto de silenciá-los na busca incessante pelo lucro e pela reprodução das redes dominantes de poder. Neste emaranhado de produtos midiáticos se encontram “sentidos que não são simples reflexos ou cópias da realidade, mas são, isso sim, realidades produzidas e embaladas de tal modo que o receptor as consome sob o rótulo de verdades prontas, embora não sob o determinismo de nelas crer” (DUTRA, 2005, p. 252).

3.2.3 Arena midiática e espaço de debates

As mídias, assim como as instituições políticas e organizações cidadãs, têm o papel de organizar o espaço público de debates, lugar de construção da opinião, resultado da busca por uma verdade mediana. Segundo Moscovici (1978 apud REIGOTA, 2002, p. 69), o caráter social das representações transparece na função que elas desempenham: “contribuir para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais”. Mais especificamente as mídias organizam esse espaço por meio de representações da verdade, do real, que também podem apresentar “infiltrações”, como coloca Charadeau (2007, p. 17-18):

[...] manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores [...]. É próprio de uma comunidade social produzir discursos para justificar seus atos, mas não está dito que tais discursos revelam o verdadeiro teor simbólico desses atos: muitas vezes os mascaram [...], por vezes pervertem, ou mesmo o revelam em parte.

A arena midiática pode mostrar recortes e registros de movimentações da agenda política em relação à matriz energética brasileira, como é construída a

representação dessa matriz em um ambiente de embate político, dos interesses que configuram cada modificação ou característica da formação dos diversos discursos institucionais ao longo dos governos brasileiros. Os discursos que são incorporados ao longo do tempo à agenda política reverberam na arena midiática, onde podem ser encontrados diversos grupos de poder e os atores por trás do pano de fundo deste palco.

O modelo de arenas públicas (HILGARTNER; BOSK, 1988) focaliza as diferentes arenas onde os problemas que vão ganhar status de notícia ou não se desenvolvem, além das interrelações entre seus atores. A arena da mídia, defendem Deacon e Golding (1994), deve ser vista como um local especial por sua centralidade na conjuntura político-econômica atual e pela capacidade de apresentar as relações entre atores políticos e econômicos e dar visibilidade ao que acontece nas demais arenas.

Charaudeau (2007, p. 48-49, 52-53 e 61) enfatiza como uma das estratégias de uso da mídia os efeitos de verdade. É um processo que não tem como objetivo a verdade, mas, sim, a busca da “credibilidade”, o que concede aos atores de determinados campos sociais o “direito à palavra”. Neste caso, o “informador” é uma pessoa pública, tem notoriedade, desempenha o papel de “portador da verdade”. Quem tem direito à palavra carrega um discurso que varia entre o informativo (em seu sentido original, para transmitir saber e ancorado na ordem do que “já foi”, da prova) e o propagandista (da ordem do “há de ser”, da promessa. Portanto, sem nada a provar). Para que algo na mídia pareça real, escreve Lash (1983 apud CHAUI, 2006, p. 8), basta que apareça como crível, plausível ou oferecido por alguém confiável.

No caso do Estado, a sutileza consiste em aumentar propositadamente a obscuridade do discurso para que o cidadão se sinta tanto mais informado quanto menos puder raciocinar, convencido de que as decisões políticas estão com especialistas [...] que lidam com problemas incompreensíveis para os leigos (CHAUI, 2006, p. 9).

Outra estratégia, ressalta Charaudeau (2007, p. 138), é ligada à configuração de acontecimentos. Naturalmente, um acontecimento surge de forma factual ou é programado pelo “calendário” da organização e desenvolvimento da vida social. No entanto, um acontecimento pode ser suscitado. Assim,

[...] é preparado e provocado por tal ou qual setor institucional – particularmente o setor do poder político – que faz pressão às mídias com fins estratégicos (desviar a atenção da opinião pública com relação a um problema, provocar descontentamento sobre uma medida social para fazer passar outras, revelar um escândalo para a imprensa para encobrir outro caso etc.). Coloca-se aqui um problema de manipulação na origem do acontecimento.

3.3 FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

3.3.1 Quarto jornalismo e a “queda do muro”

Marcondes Filho (2002, p. 30) destaca que no jornalismo tecnológico, o quarto e atual jornalismo, a indústria da promoção se expande no sentido das estratégias de comunicação e persuasão dentro do noticiário e da informação das empresas jornalísticas com fins definidos. A informação passa a ser contaminada por materiais de imprensa fornecidos por agentes empresariais que fazem parte de uma extensa rede de relacionamentos ou solidariedade e assim se mistura e confunde, depreciada por esta overdose. Departamentos de publicidade e relações públicas passam a lutar pelo privilégio de imprensa, sobretudo diante dos segmentos que se fortalecerem na mídia contemporânea como fatores imprescindíveis para a sobrevivência das empresas jornalísticas em crises cíclicas de consumo do capitalismo monopolista. Com isto, comenta Enzensberger (1962, p.8-9),

já não se cria somente um produto, mas, acima de tudo, sua mediação, com derivações secundárias, terciárias, efeitos de infiltração; aqui interessa o lado sensível do que ela reproduz e leva às pessoas [...] O jornalismo sofreu dois grandes impactos de natureza tecnológica que provocaram, ambos, cada um a seu tempo, mudanças radicais na atividade [...] o aumento fantástico da produção significou uma total reorientação da indústria jornalística no sentido de render lucros e se tornar economicamente autossustentável. Conseqüentemente, o jornalismo deixou de ser tão livre, descomprometido, espaço aberto a toda e qualquer manifestação dos agentes sociais, tornando-se produto “trabalhado”, voltado ao mercado [...] A audácia e a criatividade jornalística perdem terreno em relação ao conformismo e à repetitividade mercadológica.

Na visão de Ramonet (1999, p.193), a mistura entre informação e comunicação determina uma realidade em que “todos informam”, o que culminaria no fim do trabalho do jornalista:

Muitos jornalistas continuam a acreditar que a sua profissão é a única a produzir informação, quando todas as instituições e organizações da sociedade se colocam freneticamente a fazer a mesma coisa. Não há mais praticamente um organismo (administrativo, militar, econômico, social, etc.) que não seja dotado de um serviço de comunicação e que não emita, por si mesmo ou por suas atividades, um discurso pletórico e elogioso. Neste sentido, todo o sistema, nas democracias católicas, tornou-se hábil e inteligente, totalmente capaz de manipular astuciosamente os *media*, os jornalistas e de resistir sabiamente à sua curiosidade.

Para Charon (1993, p. 237), a comunicação mudou completamente as condições de exercício da profissão de jornalista e, conseqüentemente, o produto das empresas jornalísticas. A informação, que antes era preciso ser apurada, agora chega espontaneamente às redações, sobretudo oriundas de departamentos de relações públicas e assessorias de comunicação. “As empresas transformaram-se aos poucos em emissores regulares de estatísticas, resultados, fatos ou iniciativas tomadas pelos dirigentes ou responsáveis de setores”.

Marcondes Filho (2002, p. 113) diz que a “máquina informativa” da mídia e seu processo de produção de notícias e sentidos tornam-se incontroláveis e não possibilitam, em grande parte, a verificação da “comunicação” inoculada à informação. Associados aos clichês (ou vícios) característicos do jornalismo, criam um ciclo de desinformação – uso de termos indevidos que tendenciosamente minimizam problemas ou os exageram, por exemplo. O autor busca o termo grego *phármakon*, que para aquela sociedade tem o sentido tanto para preparar remédios quanto para produzir venenos (em pequenas doses salva; em grandes, mata). “O bombardeio informativo narcotiza o receptor, para torná-lo indiferente à própria notícia”. O que não quer dizer que uma abordagem de temas reduzidos ao mínimo possível garanta um alto nível de informação.

Diferente da manipulação do *phármakon*, a produção dos sentidos da mídia envolve vários campos, além do da comunicação. Sobre esta questão, Rodrigues (1996, p.1) discorre sobre a relação entre o silêncio e o “bombardeio informativo”:

Nos media, os silêncios são insuportáveis e intoleráveis, uma vez que assinalam a perda da relação com o público e são, por conseguinte, encarados como um risco letal para o próprio funcionamento do dispositivo mediático. Falar, falar sempre, mesmo que seja para não dizer nada; falar apenas para manter a antena aberta, para não perder o contacto com o público, para preencher a programação, para encher a folha do jornal.

Sousa (1999, p.2), no entanto, afirma que, apesar de as informações que formam as notícias mostrarem aspectos da realidade e contribuírem para a construção de novas realidades e novos referentes, a última atribuição de sentido depende do consumidor dos produtos jornalísticos,

que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos factores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. Registre-se ainda que embora as notícias representem determinados aspectos da realidade quotidiana, pela sua mera existência contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes.

Um dos processos inseridos no contexto mais amplo da produção da mídia é a queda do muro (The Wall) que separava o setor de redações e de publicidade e marketing dos jornais, o que influenciou diretamente a autonomia no fazer das notícias. Até o início do século 20, período dos grandes conglomerados jornalísticos, as redações funcionavam independentemente do setor de publicidade. A partir da década de 1930, marcada pela Grande Depressão Norte-Americana, o setor de publicidade já figurava como espinha dorsal das empresas jornalísticas, porém a autonomia redacional ainda era o maior produto. Mas o processo de aproximação e de influência unilateral não demorou muito para se acirrar.

A questão principal é que as empresas jornalísticas vendem dois produtos quando produzem em jornal. O primeiro é o conteúdo editorial, para leitores compradores de bancas e assinantes. O segundo é o próprio público leitor, verificado por auditorias e pesquisas. Se tiver um grande número, garante farta venda de espaços publicitários a outros clientes, os anunciantes. As duas fontes de renda estão ligadas. Se a qualidade do material editorial do jornal perde qualidade,

o público leitor decresce e, em consequência, a venda de espaços para anúncios também. Atualmente, a venda de anúncios tem maior parcela na obtenção de recursos para que a empresa cubra os custos de produção.

Com a expansão da televisão na década de 1960 e da internet, mais recentemente, uma parcela do público antes cativo dos jornais impressos migrou para outras mídias, com consequências drásticas para as empresas jornalísticas de impresso, que promoveram fusões e intensificaram a inserção da “comunicação” na informação para manterem-se de pé. “Uma das estratégias de aumento de rendas foi a paulatina aceitação do ‘jornalismo de comunicados’ operando junto do jornalismo de informação [...] Isso, naturalmente, debilitou o prestígio e a hegemonia dos grandes jornalistas [...]” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 116).

A queda do muro criou uma dependência entre o produto jornalístico e quem financia a empresa. As notícias, antes sem compromisso com as redes de poder e a economia, ficam submetidas ao capital:

O muro tornou-se uma linha, a economia interna da empresa e seus anunciantes quebraram a hegemonia do jornalista e, como consequência, a produção de notícias perde o que a caracterizou e deu força em todo o seu “período áureo”, aquilo que Albert Londres [*Porter la plume dans la plaie*] chamava de “pôr a pena na ferida” (MARCONDES FILHO, p.116-117).

Shaw (1999, p. 69) reitera a implementação da “linha” em lugar do “muro”:

Como dizia Kurt Andersen, cronista do *New Yorker*, “o mercado conduz nossas vidas hoje com autoridade e rigor” numa sociedade em que todas as linhas de separação tornam-se imprecisas, seja entre informação e publicidade, informação e diversão, diversão e publicidade, ficção e não-ficção.

E complementa: “É por isso que os editores, ao invés de falarem de um muro, preferem evocar hoje uma ‘linha’ separando, nas relações entre informação e publicidade, os comportamentos aceitáveis e os que não o são” (SHAW, p.71).

3.3.2 Anatomia da notícia

A mídia jornalística transforma os acontecimentos de diversos campos sociais em notícias. Para McQuail (1991, p.263, SOUSA, 1999, p. 6), as notícias

são um dos poucos aportes originais do jornalismo em relação às formas de expressão humanas. Segundo Rodrigues (1997), são um “meta-acontecimento” suscetível a desencadear novos acontecimentos. Traquina (1988, p. 169) complementa que elas são o resultado de um processo de produção de um universo imenso de matéria-prima (os acontecimentos) em um produto.

Segundo Sousa (1999, p.7), com base em estudos anglo-saxões do jornalismo, as notícias se subdividem em a) *hard news*, ligadas a acontecimentos importantes; b) *soft news*, referentes às ocorrências sem grande importância; c) *hot news*, notícias “quentes”, que se reportam a acontecimentos muito recentes; d) *spot news*, notícias que reportam acontecimentos imprevistos; e) *running stories*, as notícias em desenvolvimento, abordadas por “suítes”; f) notícias programadas, resultantes das agendas do jornalismo; g) notícias não-programadas, de acontecimentos desconectados de possíveis agendamentos; e g) notícia fora do programa, geralmente *soft news*, que não exigem difusão imediata.

Sousa (1999, p.7) complementa que a notícia não se esgota na sua produção e seu resultado final também é influenciado pela sua circulação e consumo. Apoiado nas considerações de Montero (1993, p. 67-68), o autor considera três momentos de estruturação dos acontecimentos como notícias, a produção, a circulação e a “objectivização” descritos a seguir:

1. **Produção**, “[...] processo pelo qual se seleccionam e elaboram os acontecimentos susceptíveis de transformar-se em notícias [...]. O processo de produção de notícias releva a inter-relação entre os interesses dos diferentes grupos [...]: as empresas de comunicação e os profissionais do jornalismo e [...] as fontes e o público [...]. As empresas de comunicação [...] estabelecem os seus fins económicos ou políticos [...] e definem mecanismos de controle que criam [...] uma perspectiva para a interpretação dos acontecimentos. Os profissionais do jornalismo estabelecem [...] os princípios do seu trabalho e os fundamentos das normas que os legitimam ante a sociedade [...]. As fontes de informação e o público influenciam os conteúdos da informação de forma mais ou menos directa. Os meios de comunicação convertem-se num espaço de mediação [...] e a informação deve rentabilizar-se de acordo com as necessidades e os gostos do público.”
2. **Circulação**, “[...] processo através do qual os temas do dia [...] se convertem em elemento de debate público [...]. É a etapa em que se produzem os efeitos da informação a curto prazo [...] os públicos [...] estruturam o conteúdo da informação em função das propostas explícitas ou implícitas da tematização da informação, mas também segundo a sua própria valorização dos temas.”
3. **Objectivização**, “[...] processo pelo qual alguns elementos da informação [...] se

convertem em elementos consolidados e persistentes no pensamento colectivo e, por consequência, em elementos que tomam parte da realidade social. [...] É um processo a longo prazo não determinado em exclusivo pelos meios de comunicação, mas dependente de outras situações que dão sentido ao mundo real”.

Traquina (1988, p. 170-171) divide o processo de produção das notícias em ordens de espaço e tempo. Em relação à primeira ordem, as empresas jornalísticas tentam impor ordenação ao espaço ao implementar uma rede de notícias para “capturar” os acontecimentos. A rede abrange três estratégias: dividir o mundo em áreas de responsabilidade, determinação de “sentinelas” ou repórteres setORIZADOS em certas organizações e especialização em temas divididos nas rubricas dos jornais. Na segunda ordem, impor uma estrutura de tempo é imprescindível para manter o trabalho diário. Para isto, as empresas lançam mão da listagem de acontecimentos previstos com certa antecedência, a elaboração de uma agenda, além da criação da “rotina do inesperado” e a concentração dos recursos em um número pequeno de agentes de informação.

Sousa (1999, p. 3) organiza os níveis de influência na produção e consumo das notícias – que devem ser observados, de acordo com o autor, como “interdependentes, integrados, interactuantes e sem fronteiras rígidas” – da seguinte maneira: a) ação pessoal – as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções; b) ação social – as notícias são fruto das dinâmicas do sistema social e do sistema produtor em que foram fabricadas; c) ação ideológica – a origem das notícias parte de interesses de redes de poder e dão coesão a esses grupos, seja o interesse assumido ou não; d) ação cultural – a produção das notícias também é influenciada pelo sistema cultural vigente e as respectivas visões de mundo (mundividência); e) ação do meio físico e tecnológico – as notícias variam de acordo com as singularidades dos meios tecnológicos do processo de fabrico e do meio físico no qual eles estão inseridos; f) ação histórica – as notícias são produto da interação histórica entre as cinco ações anteriores.

3.3.3 Valor-notícia e capacidade de agendamento

Segundo Sousa (2001, p. 39-40), os critérios de valor-notícia ou noticiabilidade não são rígidos e universais. Na verdade, geralmente, são de natureza esquiva, opaca e contraditória por funcionarem juntamente ao processo

de produção das notícias, que, por conseguinte, depende da estrutura das empresas jornalísticas. Sem contar que os valores que transformam um acontecimento em notícia mudam ao longo do tempo. O autor destaca que existem muitas listas do que torna uma mensagem noticiável, o que ele chama de *newsworthy attributes*. Galtung e Ruge (1965, SOUSA, 2001, p. 39-40), foram os primeiros autores a tratar a questão dos critérios de noticiabilidade, além da ação pessoal do jornalista, sem descartar a passagem dos acontecimentos pelos *gatekeepers*³.

Entre os critérios, Galtung e Ruge (1965) apontaram a 1) proximidade – quanto mais próximo (seja geográfica, cultural ou afetivamente, etc.) ocorrer um acontecimento, mais chances ele tem de ser transformado em notícia; 2) momento – quanto mais recente for o acontecimento, maior a probabilidade de se tornar notícia; 3) significância – o acontecimento é classificado por relevância, pessoas envolvidas, consequências e dimensão; 4) proeminência social dos sujeitos envolvidos – acontecimentos protagonizados por atores de destaque se transformam em notícia; 5) proeminência das nações envolvidas nas notícias – nações mais importantes geralmente têm mais espaço entre as notícias; 6) consonância – quanto mais for agendável e mais corresponder às expectativas da mídia produtora; 7) imprevisibilidade – quanto mais surpreendente for um acontecimento; 8) continuidade – as “suítes” diante da expectativa criada pelas notícias anteriores; 9) composição – quanto mais um acontecimento se enquadrar em um noticiário com espaço para diversos temas; e 10) negatividade – o nível de negatividade de um acontecimento é diretamente proporcional à possibilidade de ele se tornar notícia.

Wolf (1987, p. 173-192, SOUSA, 2001, p. 41-42) classifica os critérios de valor-notícia em relação ao conteúdo, produto, ao sistema produtor, público consumidor e concorrência. Para Van Dijk (1990, p. 174-175, SOUSA, 2001, p.42), o valor-notícia também depende da função econômica da mídia e da rotinização da

³ De acordo com Traquina (2002, p. 69-70), a teoria do *gatekeeper* surgiu na década de 1950, originalmente por David Mannin White, que foi o primeiro a aplicar o conceito. “O termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões [...] Nessa teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas [...] que passa por diversos *gates*, isto é, ‘portões’ que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. [...] A conclusão de White é que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário.

produção das notícias inerentes a cada empresa jornalística. Por exemplo, a aspiração que os jornalistas denotam de obter a notícia mais rápida e fidedignamente que os seus companheiros enquadra-se nesta categoria. Segundo Van Dijk (1990, p.174), “a organização da produção jornalística privilegiaria acontecimentos produzidos/definidos por figuras públicas e sectores preponderantes da vida social e política, reproduzindo uma estrutura social favorável a essas elites”.

Sousa (2001, p. 43-44), bebe em mais fontes: Golding (1981, p. 74-75) sugere que a transformação de acontecimentos em notícias é fortemente influenciada pela acessibilidade, à “facilidade de captura” deles. Segundo Altheide (1976, p. 112-113), a forma abordar os acontecimentos, de acordo com as condições de tempo e recursos de produção das empresas jornalísticas, tende a descontextualizar o acontecimento do real para recontextualizá-lo no produto final. Wolf (1987, p. 171-174), em relação a este detalhe, sustenta que existe uma distorção involuntária (*unwitting bias*) ligada às rotinas de produção e valores jornalísticos que se reproduzem em cadeia, em todas as fases do trabalho. A notícia resultaria, desta maneira,

de um processo organizado e constringido de fabrico que nela deixaria as suas marcas, até porque só seria notícia o que fosse perspectivado como notícia no seio da cultura profissional dos jornalistas e da cultura própria do meio social envolvente. Excepto em casos excepcionais, só seria notícia o que pudesse ser processado pela organização noticiosa sem grandes sobressaltos ou complicações no ciclo produtivo. (ALTHEIDE, 1976, p. 112-113 - 179).

Traquina (2002, p. 13 - 54) defende – além da capacidade de determinar valores-notícias no seio do processo produtivo –, uma redescoberta do poder do jornalismo e do agendamento de notícias ao fazer uma releitura da teoria do agendamento (*agenda-setting*), após mais de 20 anos da primeira abordagem de Maxwell McCombs, na década de 1970. O autor sublinha o reconhecimento “cada vez mais claro de um poder midiático (leia-se jornalístico) muito superior ao poder inicialmente postulado [por McCombs]”. O próprio McCombs, em artigo que avança em sua teoria inicial, diz Traquina, redescobre o poder do jornalismo e da agenda jornalística: “A seleção dos tópicos para a agenda jornalística e a seleção de enquadramentos para as ‘estórias’ acerca desses tópicos são poderosos papéis de

agendamento e responsabilidades éticas terríveis” (McCOMBS, 1992, p.820-821, TRAQUINA, 2002, p. 54).

A ideia básica do conceito agenda-setting segundo McCombs e Shaw (1972, p. 7, TRAQUINA, 2002, p.14) é a seguinte: “A capacidade dos *media* em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos *mass media*”. Desta maneira, a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, tem a capacidade de influenciar os temas sobre os quais o público consumidor falará e discutirá.

Shaw destacou, em estudo publicado em 1979, que o agendamento da mídia realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir de suas próprias agendas o que a agenda midiática inclui ou exclui no dia-a-dia (WOLF, 2001, p. 144). A hipótese da existência de uma relação entre a agenda midiática e a agenda pública foi sugerida na década de 1920 por Lippmann (1922, apud TRAQUINA, 2002, p.18). Ele defendeu que a mídia é a principal ligação entre os acontecimentos – consequentemente transformados em notícias – no mundo e as “imagens” deles na mente dos receptores dos produtos das empresas jornalísticas, o processo de agenda-setting da agenda pública, que não foi denominado desta maneira pelo autor. Quarenta anos depois, Cohen (1963, p. 72) avançou o conceito. Ele comentou que a imprensa

pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas *como pensar*, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores *sobre o que pensar*. [grifos acrescentados por Traquina]. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores do jornal que lêem.

Ainda no contexto dos estudos anteriores a McCombs e Shaw, Lang e Lang (1966, MORAGAS, 1985, p. 89-90) também abordaram a hierarquização temática da mídia:

Os *mass media* centram a atenção em certas questões. Constroem imagens públicas de figuras políticas. Apresentam constantemente objetos que sugerem em que deveríamos pensar, o que deveríamos saber e o que deveríamos sentir [...] Os materiais que os meios de comunicação selecionam podem nos dar uma semelhança de um “conhecimento” do mundo político.

Estas abordagens, no entanto, tratavam do conceito de *agenda-setting* com um poder limitado. Porém, destaca Traquina (2002, p.33-34), McCombs e Shaw (1993, p.62-65), no balanço que fizeram da teoria, escreveram que

o agendamento é consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objectos são poderosos papéis do agendamento [...] O clássico somatório de Bernard Cohen (1963) do agendamento – os *media* podem não nos dizer o que pensar, mas são incrivelmente bem sucedidos ao dizer-nos em que pensar – foi virado do avesso. Novas investigações, explorando as consequências do agendamento do enquadramento dos mídia, sugerem que os mídia não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso, e conseqüentemente o que pensar.

Diante das asserções de McCombs e Shaw, depois de mais de 20 anos dos primeiros estudos sobre o agendamento em campanha eleitoral norte-americana à época, Traquina (2002, p.43-44) destaca que o conceito de *agenda-setting* se estende em direções cada vez mais distantes da premissa original e chega a uma conclusão óbvia, segundo ele, nas palavras de Kosicki (1993, p. 111): “Os estudos do trabalho jornalístico são cruciais para o estudo das questões públicas porque oferecem a chave para a compreensão de como questões específicas são enquadradas e oferecidas ao público”.

4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO UM SISTEMA

Neste trabalho, analisamos de que maneira as políticas públicas sobre a matriz energética brasileira são apresentadas na arena midiática e de que forma os meios de comunicação escolhidos como amostra nesta pesquisa demonstram a assimilação da questão como uma agenda governamental e, posteriormente, na implementação de uma política pública para o setor – e investigamos se de alguma forma a apresentação do problema publicizado pela mídia pode interferir na tomada de decisões governamentais. O processo de construção da agenda para o desenho de políticas públicas voltadas à produção de energia elétrica, por meio de construção de hidrelétricas na Amazônia, e a influência do conteúdo das mídias impressas na arena regulatória dessa política setorial será realizado a partir dos processos descritos nas etapas a seguir, mas não é obrigatoriamente linear (EASTON, 1964):

- 1) Primeiramente, o aparecimento do problema, a previsão de apagões e racionamentos e a antecipação de uma crise da matriz energética;
- 2) Dado: situação que, se não tratada de forma eficiente, poderia deixar cerca de dois terços do País sem energia elétrica por conta de apagões súbitos ou racionamentos;
- 3) Momento em que a questão começa a motivar o questionamento da sociedade civil organizada, com a criação de movimentos sociais, a organização de empresas, fábricas, consumidores residenciais, entre outros, que passam a cobrar um posicionamento do governo;
- 4) Etapa em que o problema passa pautar a agenda governamental e começa a ser avaliado em busca de um diagnóstico inicial;
- 5) Problema pautado pelo governo diante da exigência de uma solução. Organização do Executivo para dar uma resposta à sociedade e à mídia, em relação aos resultados do diagnóstico do problema, suas demandas e representações até a possível definição para a criação de uma política pública;
- 6) Repercussão da aplicação da política pública: escolha do tipo de política; como ela será desagregada em programas, projetos e planos; definição de

prioridades; sujeitos responsáveis pela estruturação e avaliação da política pública (administradores, técnicos, planejadores e avaliadores); identificação de grupos de pressão.

A partir deste roteiro de análise, que nos permitiu evidenciar sentidos da matriz energética brasileira, mostramos como o problema, a partir do momento em que se tornou demanda, foi processado pelo sistema político até se tornar uma decisão política (EASTON, 1964) e como este processo foi apresentado à opinião pública. Com a análise do conteúdo, encontramos características desse sistema e recursos que nos auxiliaram na compreensão das redes de relações de poder entre atores que configuram esta caixa-preta - quem tem influência para argumentar e decidir.

A terceira etapa deste processo consiste na investigação de possíveis redes de interesses no momento em que o sistema político precisa cuidar de sua legitimidade, sobretudo das decisões tomadas por ele (*support*) e dos impactos delas (*outcomes*). Quais são as estratégias adotadas? Elas incluem a arena midiática, que publiciza as agendas e problemas de diversos campos?

O principal produto da mídia é a novidade, real ou inventada. Nesta situação, mais palpável metodologicamente do que responder se atores que compõem a arena midiática interferem na tomada de decisões públicas – forçando a entrada de problemas na agenda pública – é avaliar de que forma eles apresentam ou oferecem espaço para *feedbacks* que reforcem decisões governamentais e arranjos com grupos de poder. Esta análise não deve ser baseada somente a partir da lógica de funcionamento da mídia, mas também pela lógica de funcionamento da política: a manutenção do poder. Sendo assim, o trabalho aponta elementos que denunciam o uso da mídia para a manutenção do poder ou controle para que as decisões e *feedbacks* sejam colocados como positivos perante a opinião pública.

Quem mantém o político no poder é a sociedade, que confere à mídia a função de mediadora da opinião pública. Na política, no entanto, os cargos não mudam. O que muda é o tipo de política e a forma de uso do cargo – o que pode gerar novidades para a mídia – e, conseqüentemente, a profusão de diferentes representações da arena política pela arena midiática: no caso do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (entre 2001 e 2002), o embate para a manutenção do poder diante da ameaça dos apagões e do desgaste político dos racionamentos e

dos recorrentes erros na construção de um planejamento técnico-estrutural para o setor; em relação ao segundo governo Lula (entre 2008 e 2009), a tentativa de solucionar a crise da matriz energética com a construção de megausinas, planejamento político-conjuntural incluso no PAC, diante das projeções de crescimento econômico do Brasil.

4.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Neste estudo, optamos pela análise de conteúdo como instrumento metodológico de observação e interpretação de aspectos sociais e conteúdos ideológicos de textos e imagens (RITSERT, 1972; ALTHEIDE, 1976; BARDIN, 1977; BAUER; GASKEL, 2003). Ferramenta pela qual é possível a identificação da semântica do discurso político e que pode mostrar marcas de uma estrutura de poder (BOURDIEU, 1989).

A análise de conteúdo é uma técnica das ciências da comunicação desenvolvida no início do século 20 para analisar os meios de comunicação de massa. A princípio, aplicava técnicas quantitativas para mensurar o impacto da mídia sobre a sociedade norte-americana. No entanto, a partir dos anos 1980, as pesquisas começaram a abarcar fundamentos qualitativos ao se debruçarem sobre pontos antes deixados em segundo plano: o contexto dos elementos de texto e imagem; estruturas de sentido latentes; casos individuais marcantes; e o que não consta no texto.

A análise de conteúdo que fazemos nesta pesquisa é baseada em um *corpus* extraído de edições dos três maiores jornais impressos do Brasil e que possuem agências de notícias responsáveis por alimentar o noticiário de veículos de comunicação instalados em todas as regiões do País (ANJ, 2009): O Estado de São Paulo (tiragem atual de 215 mil exemplares por dia), Folha de S. Paulo (296 mil exemplares por dia) e O Globo (260 mil exemplares por dia), divididos em dois recortes temporais: 1) edições publicadas entre janeiro de 2001 e dezembro de 2002, período marcado pelas ameaças de apagões e primeiros racionamentos, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso; 2) edições publicadas entre janeiro de 2008 e dezembro de 2009, período que compreende a inclusão e implementação dos projetos do componente energia hidrelétrica no PAC, do segundo governo de Lula.

Neste estudo, trabalhamos com o sentido de Barthes (BAUER; GASKELL, 2003, p. 44 apud BERTOL, 2003, p. 2): “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar”. Avaliamos o comportamento dos jornais – que representam um recorte da arena midiática - em relação à cobertura de assuntos ligados à matriz energética brasileira. De acordo com Berquó (1981), optamos por uma amostragem do tipo não probabilística intencional. Assim, escolhemos a composição do campo amostral de acordo com os objetivos de nosso trabalho.

Com a amostragem, delimitamos o nosso *corpus* aos textos referentes à matriz energética brasileira, o que garante a representatividade de um todo para a análise, como asseguram Bauer e Gaskell (2003, p. 40, grifo do autor):

A amostragem garante eficiência na pesquisa ao fornecer uma base lógica para o estudo de apenas partes de uma população sem que se percam as informações – seja esta população uma população de objetos, animais, seres humanos, acontecimentos, ações, situações, grupos ou organizações. Como pode o estudo de uma parte fornecer um referencial seguro do todo? A chave para este enigma é representatividade .

A análise envolve as metodologias quantitativa e a interpretação qualitativa, de acordo com Bardin (1977, p. 20-21), nas quais a análise quantitativa se considera pela frequência de determinados conteúdos no *corpus* e a qualitativa sobre a presença ou ausência de certos conteúdos. O autor resumiu as novas concepções da análise de conteúdo em abordagem “instrumental e “representacional”, que passam a ser não meramente descritivas, e sim ter uma noção de “inferência”. Segundo Bardin (1977, p. 38): “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

De maneira grosseira, arrogamo-nos o direito de dizer que “representacional” significa que o ponto importante no que diz respeito à comunicação é o revelado pelo conteúdo dos itens léxicos nela presentes, isto é, que algo nas palavras da mensagem permite ter indicadores válidos sem que se considerem as circunstâncias, sendo a mensagem o que o analista observa. *Grosso modo* [grifo do autor], “instrumental” significa que o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista,

mas o que ela veicula dados os seus contextos e as suas circunstâncias (BARDIN, 1977, p. 20-21).

Autores como Bauer e Gaskell (2003) e Epstein (2002) destacam a hibridez da técnica da análise de conteúdo entre quantidade, apesar de que muitas análises clássicas recaiam sobre descrições numéricas. Epstein (2002, p.15 apud BERTOL, 2003, p. 10) divide a análise em significados explícitos ou imediatos e latentes:

[...] este termo [análise de conteúdo] recobre muitos métodos e técnicas diferentes, qualitativos e quantitativos. Os métodos qualitativos [categorização, análise contextual, estrutural, psicanalítica, etc.] pretendem extrair a significação do(s) documento(s) analisado(s), sejam significados explícitos ou significados latentes. Os métodos mistos podem combinar técnicas qualitativas e quantitativas como a análise de conteúdo [...]. Os métodos quantitativos de análise de conteúdo são baseados em técnicas de amostragem, de decomposição, de codificação, e outras análises matemáticas e estatísticas destinadas a fazer aparecer as propriedades não imediatas dos documentos.

A “inferência”, desde que permitida por indicadores jornalísticos quantitativos ou não acerca das condições de produção e recepção deles, é fundamental para a constituição das etapas analíticas citadas por Epstein. Para Bardin (1977, p. 3), o analista pode inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos, a partir da “descrição” (enumeração das características do *corpus*) e “interpretação” (a significação proferida às características após tratamento). Segundo Bauer e Gaskell (2003, p. 191), existe a possibilidade de inferências de um texto focal (no caso o universo amostral) para seu contexto social de maneira objetivada. Nesta fase de análise, nos apoiamos no conteúdo manifesto ou imediato para tentar inferir conteúdos latentes relacionados ao contexto estrutural e histórico deste trabalho. A análise restrita aos conteúdos quantitativos mostraria somente uma visão estática dos resultados. Com a avaliação do conteúdo latente, em forma de um estudo de recepção crítica baseada na revisão de literatura sobre mídia e matriz energética brasileira, abrimos perspectivas e identificamos no *corpus* e comentamos as características do fenômeno social e midiático abordado e suas peculiaridades.

A análise de conteúdo qualitativa implica em analisar textos de maneira sistemática, etapa precedida pela elaboração de um sistema de categorias. Neste estudo, empregamos duas das três formas básicas destacadas por Mayring (2000): 1) a sumarização, com o objetivo de reduzir o *corpus* de pesquisa em conteúdos

essenciais ou categorias, que continuam sendo um retrato do material básico; e 2) a explicação, com auxílio de material adicional para a interpretação de determinados segmentos da pesquisa. A etapa de explicação é extremamente importante porque permite a triangulação do resultado apresentado pelo *corpus* com outras pesquisas, eventos ou publicações, além de reforçar a validade e confiabilidade da pesquisa (ABELA, 2000).

4.3 PESQUISA, SELEÇÃO E SUMARIZAÇÃO DO *CORPUS*

Os itens jornalísticos selecionados para o *corpus* foram coletados em pesquisa no acervo de jornais diários da Biblioteca do Senado, em Brasília (DF), onde se encontram exemplares de O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo organizados por cada ano. A primeira etapa da pesquisa ocorreu ao longo de dezembro de 2009 e envolveu as edições de 2001 e 2002. A segunda etapa ocorreu em julho de 2010, com as edições de 2008 e 2009. A metodologia de coleta consistiu na leitura completa de todos os jornais e a identificação de itens jornalísticos (reportagens, notas, artigos, editoriais, colunas e entrevistas) que tratassem da matriz energética brasileira a partir do seguinte tema, utilizado como termo-chave: energia elétrica. Nesta primeira etapa da coleta, os itens foram arquivados por meio de fotografia digital, com câmera de alta resolução, para a posterior leitura. Nesta etapa, foram selecionados 3.033 itens jornalísticos dos três jornais, nos quatro anos em questão. A tabela 1 detalha a divisão dos itens. Na segunda etapa de seleção de itens jornalísticos, reduzimos o *corpus* de acordo com o objeto do trabalho, com foco para a discussão das políticas públicas energéticas voltadas à região amazônica. Não adotamos especificamente um conceito ou definição como Amazônia Legal, o bioma Amazônia ou bacia hidrográfica. A sumarização abarcou os três contextos e agregou a eles palavras-chaves relacionadas a estados, cidades, grandes projetos, hidrelétricas de São Francisco, Jirau e Belo Monte e linhas de transmissão. Após este procedimento, o *corpus* foi reduzido para 541 itens jornalísticos - 17,83% do número original. É importante destacar que o material não incorporado ao *corpus*, mas devidamente analisado, teve papel fundamental para a visualização do contexto geral de onde foi feito o recorte “Amazônia”.

Tabela 1: Itens jornalísticos selecionados para o *corpus*.

ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS PARA O CORPUS				
PRIMEIRA ETAPA				
MATRIZ ENERGÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESCALA NACIONAL				
JORNAL	NÚMERO DE ITENS JORNALÍSTICOS/ANO			
	2001	2002	2008	2009
O GLOBO	511	62	102	80
FOLHA DE S. PAULO	652	126	128	132
O ESTADO DE S. PAULO	783	169	147	151
TOTAL	1.946	357	367	363
TOTAL GERAL	3.033			
SEGUNDA ETAPA				
MATRIZ ENERGÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA				
JORNAL	NÚMERO DE ITENS JORNALÍSTICOS/ANO			
	2001	2002	2008	2009
O GLOBO	29	14	43	37
FOLHA DE S. PAULO	26	18	60	45
O ESTADO DE S. PAULO	79	37	69	84
TOTAL	134	69	172	166
TOTAL GERAL	541 (REDUÇÃO PARA 17,83%)			

Fonte: autoria do autor (2011) com base em dados coletados na pesquisa.

Para dar início à análise de conteúdo do *corpus*, optamos por fazer uma divisão quantitativa da ocorrência de instituições citadas e de atores com lugar de fala – com direito a declarações diretas e indiretas – nos 541 itens jornalísticos: no primeiro momento, uma leitura individual de cada item por jornal, divididos por ano. Produzimos 12 tabelas – 4 para cada jornal – que apresentam a participação de cada instituição e ator por porcentagem no total de cada ano (ver apêndice).

Após a discriminação de instituições e atores e suas respectivas porcentagens nos itens jornalísticos do *corpus*, fizemos uma nova divisão quantitativa, ordenando as ocorrências por ano e jornais, de acordo com áreas de afinidade: 1) iniciativa privada - composta por instituições dos setores econômicos primário, secundário e terciário e suas associações representativas; 2) poderes Executivo e Legislativo - formada por instituições a nível federal, estadual e municipal e outras ligadas diretamente ao poder público; 3) instituições de pesquisa – que reúne o meio acadêmico, organizações ligadas a universidades, pesquisadores autônomos e instituições de pesquisa que não sejam ONG; e 4) Sociedade civil organizada – composta por ONGS e outras organizações representativas de variados campos; e 5) Poder Legislativo – formado por instituições responsáveis por vigiar a atuação das demais esferas do poder público.

Tabela 2: Ocorrências de itens jornalísticos no *corpus* em 2001.

OCORRÊNCIAS DE ITENS JORNALÍSTICOS DIVIDIDOS POR ÁREA (2001)						
INSTITUIÇÕES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	8 (17,02%)	35 (74,46%)	3 (6,40%)	1 (2,12%)	0 (0%)	47 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	12 (25%)	29 (60,41%)	7 (14,59%)	0 (0%)	0 (0%)	48 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	39 (35,45%)	50 (45,45%)	18 (16,39%)	1 (0,90%)	2 (1,81%)	110 (100%)
ATORES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	2 (5,71%)	29 (82,85%)	3 (8,57%)	2 (2,87%)	0 (0%)	36 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	2 (11,11%)	11 (61,11%)	5 (27,78%)	0 (0%)	0 (0%)	18 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	25 (35,22%)	35 (49,15%)	9 (13%)	1 (0,90%)	2 (1,81%)	72 (100%)

Fonte: autoria do autor (2011) com base em dados coletados na pesquisa.

Tabela 3: ocorrências de itens jornalísticos no *corpus* em 2002.

OCORRÊNCIAS DE ITENS JORNALÍSTICOS DIVIDIDOS POR ÁREA (2002)						
INSTITUIÇÕES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	4 (30,76%)	7 (53,84%)	1 (7,70%)	1 (7,70%)	0 (0%)	13 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	14 (50,01%)	10 (35,71%)	2 (7,14%)	2 (7,14%)	0 (0%)	28 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	9 (27,27%)	23 (69,69%)	1 (3,04%)	0 (0%)	0 (0%)	33 (100%)
ATORES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	4 (36,36%)	6 (54,54%)	1 (4,55%)	1 (4,55%)	0 (0%)	11 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	5 (38,46%)	4 (30,76%)	2 (15,39%)	2 (15,39%)	0 (0%)	13 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	4 (21,05%)	13 (68,42%)	10 (10,53%)	0 (0%)	0 (0%)	19 (100%)

Fonte: autoria do autor (2011) com base em dados coletados na pesquisa.

Tabela 4: ocorrências de itens jornalísticos no *corpus* em 2008.

OCORRÊNCIAS DE ITENS JORNALÍSTICOS DIVIDIDOS POR ÁREA (2008)						
INSTITUIÇÕES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	30 (33,33%)	53 (58,88%)	5 (5,57%)	0 (0%)	2 (2,22%)	90 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	103 (41,52%)	127 (51,24%)	5 (2,01%)	4 (1,61%)	9 (3,62%)	248 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	115 (43,39%)	133 (50,18%)	7 (2,65%)	7 (2,65%)	3 (1,13%)	265 (100%)
ATORES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	6 (11,76%)	42 (82,35%)	3 (5,89%)	0 (0%)	0 (0%)	51 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	23 (25,55%)	55 (61,10%)	4 (4,45%)	4 (4,45%)	4 (4,45%)	90 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	30 (24,59%)	75 (61,47%)	7 (7,37%)	5 (4,84%)	2 (1,63%)	122 (100%)

Fonte: autoria do autor (2011) com base em dados coletados na pesquisa.

Tabela 5: ocorrências de itens jornalísticos no *corpus* em 2009.

OCORRÊNCIAS DE ITENS JORNALÍSTICOS DIVIDIDOS POR ÁREA (2009)						
INSTITUIÇÕES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	18 (22,5%)	49 (61,25%)	8 (10%)	3 (3,75%)	2 (2,5%)	80 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	36 (33,64%)	58 (54,20%)	6 (5,60%)	4 (3,76%)	3 (2,80%)	107 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	84 (38,4%)	104 (47,05%)	12 (5,42%)	16 (7,23%)	5 (2,26%)	221 (100%)
ATORES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	0 (0%)	35 (92,2%)	1 (2,63%)	2 (5,26%)	0 (0%)	38 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	2 (5,89%)	25 (73,52%)	4 (11,76%)	1 (2,94%)	2 (5,89%)	34 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	12 (12,93%)	51 (54,83%)	13 (13,97%)	15 (16,12%)	2 (2,15%)	93 (100%)

Fonte: autoria do autor (2011) com base em dados coletados na pesquisa.

A parte do *corpus* referente a 2001 é toda entremeada por uma série de críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso e à crise gerada pelo apagão no ano anterior, o que resultou no pacote do racionamento. Os jornais internalizaram e reproduziram em suas páginas o que chamaram de “caos” da energia e “País” às escuras. No meio do bombardeio de opositores, FHC e sua equipe especial para administrar a crise no setor – o Comitê Gestor de Energia, comandado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente – tentavam acalmar a opinião pública com promessas de soluções que minimizassem os efeitos da política neoliberal no setor energético. Sobre as políticas públicas relacionadas à matriz energética brasileira, o governo federal aderiu à pressão da iniciativa privada – liderada pelo setor industrial – e defendeu a expansão de linhas de transmissão do Sistema Integrado Nacional para o “escoamento” do excedente produzido pela usina hidrelétrica Tucuruí para o restante do País, no entanto, sem prejudicar o parque industrial instalado na Amazônia.

Enquanto a iniciativa privada anunciava “estratégias de guerra” para não diminuir a produção e criticava o atraso dos projetos hidrelétricos que ainda estavam no papel ou em andamento, o governo federal defendia a “solidariedade” dos estados do Norte durante o racionamento, para que economizassem energia em prol do restante do Brasil, e colocava a ampliação já prevista para Tucuruí como medida imprescindível para salvar a nação do déficit na oferta de energia elétrica. Fortes grupos econômicos, sobretudo do setor industrial, cobraram projetos que explorassem o potencial hidrelétrico das caudalosas bacias da região amazônica.

Naquele ano, a maior parte das ocorrências nos itens jornalísticos listados foi voltada aos poderes Executivo e Legislativo, com destaque o governo federal e instituições públicas ligadas diretamente às determinações de Fernando Henrique Cardoso. ONS, ANEEL, Ministério de Minas e Energia e Eletronorte, além do Comitê Gestor de Energia, se apresentavam com o discurso amenizador da crise e com detalhes regulatórios antes e durante o racionamento. O ministro-chefe Pedro Parente e o presidente FHC foram os ícones do governo neste período. Segundo grupo com maior número de ocorrências, a iniciativa privada, representada pelos presidentes e líderes de associações e das maiores empresas consumidoras de energia do País criavam o clima de pânico econômico e social, cobrando uma posição a curto prazo para o problema, colocando o potencial hídrico da região Amazônia como solução praticamente ignorada por FHC nos anos anteriores.

Em 2002, após o susto causado pela necessidade do pacote de racionamento, o governo de Fernando Henrique Cardoso começou a etapa de anúncio de uma série de licitações, concessões, licenças e investimentos bilonários para o setor energético: linhas de transmissão e construção de novas usinas hidrelétricas e termoeletricas, inclusive na Amazônia, com apoio do BNDES. Apesar de os reservatórios do País terem ultrapassado o índice de segurança para o fornecimento de energia elétrica por conta das chuvas, nesta etapa do *corpus*, pesquisadores reiteraram o discurso de que um novo “apagão” estaria próximo e o governo federal deveria tomar medidas urgentes para evitá-lo. Entre os defensores da expansão da fronteira energética para a Amazônia estavam os então pesquisadores do COPPE/UFRJ Maurício Tolmasquim e Luiz Pinguelli Rosa. Naquele ano, as instituições de pesquisa ampliaram espaço no número de itens jornalísticos, mas seguiram atrás da iniciativa privada e dos poderes Executivo e Legislativo.

À frente do discurso de superação da crise energética, Fernando Henrique Cardoso falou sobre uma nova era da matriz energética brasileira, com a ampliação do uso de fontes hidrelétricas, a vocação do País e da região amazônica. O presidente solicita a intensificação dos estudos para a implementação da usina de Belo Monte, no rio Xingu: “Antes de deixar a presidência da República, faremos a licitação de Belo Monte. Não serei o presidente a acionar as máquinas, mas terei, se Deus permitir, o prazer de estar presente e de assistir”.

Mesmo com o anúncio das medidas para a contenção da crise energética, lideranças das maiores empresas brasileiras mantiveram a intensidade de críticas a Fernando Henrique Cardoso, cobrando maior velocidade para a implementação de projetos, ameaçando a construção de usinas próprias para boicotar concessionárias ligadas ao governo. O foco do discurso dos empresários, em grande parte das ocorrências representados pelos presidentes da FIESP (Horácio Lafer Piva) e FIRJAN (Eduardo Gouveia Vieira), era de que o País precisava explorar o potencial hídrico da Amazônia sob a possibilidade de colapso energético a curto prazo.

Nesta etapa do *corpus* relativa a 2008, teve destaque o processo que culminou no licenciamento das obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. Perseguido pela sobra das acusações de atraso no setor elétrico brasileiro na administração de Fernando Henrique Cardoso, o então presidente Lula determinou a construção das usinas na Amazônia como prioridade.

O discurso do governo federal era de que, além de Santo Antônio e Jirau, o País precisava da energia que poderia ser gerada por Belo Monte para sustentar o crescimento econômico de aproximadamente 5% ao ano. O governo Lula usou como bandeira uma matriz energética “limpa”, o que evitaria a autorização para o funcionamento de mais usinas termelétricas e outras centrais que emitissem uma quantidade extremamente elevada de gases que intensificam o efeito estufa.

Com as determinações do governo, as grandes empresas do setor de construção e consórcios ganharam espaço entre os itens jornalísticos e assumiram o lugar que era ocupado pelas indústrias e associações representantes do setor produtivo. A etapa de editais, concessões e licenças do governo Lula evidenciou o embate entre os principais grupos empreiteiros nacionais e internacionais pela construção das três hidrelétricas na Amazônia. Neste contexto, ganhou destaque a participação dos ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e de Minas e Energia, Edison Lobão, na tentativa de acelerar o processo de licenciamento restrito ao IBAMA.

O Poder Judiciário, com poucas ocorrências nos dois anos anteriores, apareceu como defensor dos direitos do bem comum ao questionar Estudos de Impacto Ambiental Planos de Aproveitamento Hidrelétrico e emissão de licenças para obras dos empreendimentos. Apesar da intensa manifestação da sociedade civil organizada e de instituições de pesquisa, no período, estes grupos não conseguiram espaço nos jornais diante da avalanche de ocorrências ligadas à iniciativa privada e ao governo federal.

No mesmo ritmo dos discursos de empreiteiras, que reiteram a vocação hidrelétrica para o sustento do crescimento brasileiro e conseqüente geração de emprego e renda, na etapa do *corpus* relacionada a 2009, ministros e presidentes de instituições do setor energético fizeram uma força-tarefa para inventários de potencial hídrico, Estudos de Impacto Ambiental e liberação de licenças para usinas hidrelétricas. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, já em início de campanha para as eleições do ano seguinte, intensificou a pressão pela aceleração dos projetos hidrelétricos inclusos no PAC, sobretudo da usina de Belo Monte. Dilma e Lula são obrigados a mediar conflitos entre ministros e lideranças de empreiteiras. Marina Silva deixou o Ministério do Meio Ambiente, mas Carlos Minc assumiu o cargo negando veementemente qualquer tipo de pressão para a liberação de licenças para qualquer empreendimento. O presidente do IBAMA, Roberto Messias

Franco, se destacou no número de ocorrências em itens jornalísticos por conta de sua importância neste processo.

Por conta do ambiente de dúvidas criado pelo blecaute que deixou quase todo o País sem fornecimento de energia, a iniciativa privada retomou a pressão pela aceleração dos projetos hidrelétricos na Amazônia. O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, orquestraram uma campanha de “salvação hidrelétrica” diante de um cenário que cobrava a instalação de usinas térmicas a curto prazo. Ambos criticaram movimentos ambientalistas e opositores das usinas planejadas para a Amazônia. Atores representantes de empreiteiras ligadas à construção das usinas de Santo Antônio e Jirau ganharam destaque no número de ocorrências.

Ocorreram, também no período, as audiências públicas no Pará e em Brasília para avaliação dos Estudos de Impacto Ambiental do projeto de Belo Monte. Movimentos sociais, com destaque para os indígenas, foram relegados a segundo plano. Manifestações acabaram reduzidas à tentativa de boicote aos eventos. Pesquisadores de todo o País contestaram o EIA e o RIMA de Belo Monte, mas não ganharam espaço nos jornais.

5 SENTIDOS DA MATRIZ ENERGETICA NA MÍDIA

5.1 INTERFERÊNCIA DE GRUPOS DE PRESSÃO

Desde o período dos primeiros racionamentos de energia elétrica no governo Fernando Henrique, a maioria das políticas públicas relacionadas à matriz energética tem sido originada no poder Executivo e não no Legislativo. A arena política mostra uma lógica federalista que se impõe a cada governo subsequente. No entanto, existe uma guerra de prerrogativas entre Estado e União, no caso de legendas diferentes. Diante da inserção do componente energia hidrelétrica no PAC do governo Lula, estados da Amazônia brasileira se comportaram de forma diferente em relação à aceitação das determinações de uma política pública com viés estadista: a construção em massa de novas usinas na região. Nestes embates também está incluído o tradicional poder de agenda das bancadas. Ao lado dos ruralistas, crescem em influência os empreiteiros, maiores interessados na construção de hidrelétricas em território brasileiro. Mas grupos de pressão também se localizam fora do âmbito específico do parlamento.

Individualmente, é complexo demonstrar como detentores de poder econômico influenciam nas decisões políticas. No entanto, é notório que o capital faz parte do grupo de pressão que molda a política brasileira. Para Pasquino (1994, p. 570), “os grupos de pressão aparecem como elemento provavelmente já ineliminável do processo político dentro dos sistemas democráticos”. Barroso (2000, p. 116-117) questiona se a existência desses grupos de pressão é benéfica ou maléfica para a democracia. Para o autor, a questão é respondida pelo alto índice de corrupção ligado às relações entre os grupos e os governos: onde eles atuam, desempenham um papel dominante e apontam uma grave crise do sistema governamental. “Esta configuração de poder assemelha-se a uma sociedade estamental, em que somente as ‘castas’ mais elevadas têm o privilégio das decisões sobre o destino da comunidade”.

Barroso (2000, p. 119) reforça que as ligações entre grupos de pressão e partidos políticos no Brasil são extremamente visíveis. Grandes conglomerados econômicos financiam partidos e têm seus “próprios” parlamentares, por exemplo, a Confederação Nacional da Indústria, a Federação das Indústrias de São Paulo e grandes empreiteiras, como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, entre

outras. Bonavides (1996, p. 434) complementa que essas organizações dispõem de “tentáculos” em empresas jornalísticas ou influenciam os meios de comunicação com altas verbas publicitárias.

A maioria dos países não permite doação direta ou financiamento de campanhas para políticos específicos. No caso do Brasil, políticos podem receber dinheiro de terceiros – exceto sindicatos e associações patronais - para o financiamento de campanha eleitoral. A legislação eleitoral brasileira chama a atenção para casos de “abuso do poder econômico” em relação a doações, prática nociva ao processo democrático de eleição, mas não oferece ferramentas para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e seus tribunais regionais inibam estas ações (FLEISCHER, 2000, p. 79).

Rubio (2005, p. 10-11) comenta que o aporte de recursos aos partidos por meio de cidadãos e empresas não deixa de ser uma forma de participação política, mas, se não regulamentado de forma ideal, conduz a uma “colonização das estruturas estatais por parte de grupos privados economicamente poderosos”. Quando isso acontece, dirigentes e políticos podem deixar de atuar em prol do bem comum, transformando-se em agentes de grupos de interesse.

Os políticos brasileiros são obrigados, desde 1993, a divulgar informações completas sobre a origem dos fundos levantados, mas, como aponta Samuels (2006, p. 134), como confiar em dados do TSE diante da prática cristalizada do “caixa dois” no País? Segundo o autor, suas pesquisas confirmaram que as quantias declaradas não refletem de fato o valor utilizado pelos políticos. No entanto, os dados do TSE são muito úteis: mostram um perfil das articulações de poder e revelam o interesse das elites socioeconômicas no financiamento de campanhas.

Empresas contribuem muito mais que indivíduos [...] a maior parte dos contribuintes empresariais vem (não é à toa) dos setores grandemente influenciados por regulamentação governamental ou muito dependentes de contratos públicos: bancos, setor financeiro, indústria pesada, construção civil (SAMUELS, 2006, p. 134).

Com dados do TSE, Samuels (2006, p. 135) traçou um perfil do financiamento empresarial às campanhas presidenciais de 1994 a 2002. Nos anos em que Fernando Henrique Cardoso (PSDB) tinha vantagem na corrida pelo cargo, a sua candidatura recebeu a maioria da verba declarada pelos partidos ao Tribunal: 54,3% em 1994 e 53,1% em 1998. Mas em relação às eleições de 2002, quando o cenário

apontava a vitória de Lula, a maior parte das doações empresariais migrou para o candidato do PT: 46,4%. A legislação permite que uma empresa doe, no máximo, 2% de sua renda bruta, mas, reforça Samuels, a determinação não impede, na prática, que os financiamentos não tenham limite. Daí a influência deste setor nos caminhos tomados pelos governos.

Dos três maiores grupos de pressão empresarial, se destaca o de construção, formado por empreiteiras e outras empresas de construção civil (MARTIN, 2003; BAILEY, 1999). Dados do TSE sobre a eleição presidencial de 2006 mostram atores deste grupo entre as empresas que mais contribuíram para a campanha de Lula: Vale (mineração), com R\$ 4,3 milhões; Camargo Corrêa (construção civil e outros), R\$ 3,5 milhões; Gerdau (siderurgia), R\$ 3,1 milhões; Grupo Votorantim (cimento, mineração e celulose), R\$ 2 milhões; Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (siderurgia), R\$ 1,95 milhão; Construtora OAS (construção civil), R\$ 1,68 milhão; e Andrade Gutierrez (construção civil), R\$ 1,52 milhão (O GLOBO, 2006a). No mesmo ano, empresas do setor conseguiram “emplacar” na Câmara um número expressivo de candidatos financiados por elas: Vale, 46; Gerdau, 27; Camargo Corrêa, 25; e Construtora OAS, 23 (O GLOBO, 2006b).

O grupo de pressão formado por empreiteiras e outras empresas da construção civil, além das doações para campanhas presidenciais, também circula de forma relevante na disputa estadual. São os governadores que vão influenciar diretamente na escolha de qual empresa vai executar projetos de grandes instituições públicas. Empreiteiras, por exemplo, concentram seus recursos em doações para garantir o acesso recorrente a contratos para a construção de obras de grande porte, como a construção de hidrelétricas, barragens, pavimentação de estradas, instalação de pontes, entre outros (SAMUELS, 2006, p. 143). Sobre o que doadores “conseguem” com o dinheiro, o autor relembra um dos escândalos do governo Fernando Henrique Cardoso:

[...] em 1994 FHC recebeu apoio substancial de firmas de telecomunicações, que queriam que ele prosseguisse com a promessa de privatizar o setor. Também veio à tona em 1998 que as companhias que acabaram comprando as concessões em telecomunicações eram aquelas que contribuíram para a vitória do presidente (SAMUELS, 2006, p. 147).

Marques (1999) ressalta que a forte presença de empreiteiras no cenário político brasileiro não é um fenômeno atual. Foi iniciado, sobretudo, a partir da década de 1940, quando o Estado passou a se retirar da atividade construtora direta. Assim, as atividades foram divididas: o governo seria o responsável pela captação de recursos e planejamento da infraestrutura. Às empreiteiras, caberia a execução de projetos e obras, ampliando a demanda para o setor privado nacional de obras pesadas. O auge dessa expansão ocorreu nos governos militares, sobretudo com os grandes projetos para a Amazônia, notadamente a construção de hidrelétricas, após a criação da Eletrobrás em 1962. “A importância das empreiteiras para a compreensão das políticas públicas no Brasil é enorme. Por seu lado, o Estado está presente na própria constituição do setor de obras públicas no País” (CAMARGOS, 1993 apud MARQUES, 1999, p. 1).

De acordo com Sevá (1990, p. 13) esta questão tem interferido gravemente nas políticas públicas voltadas para a matriz energética brasileira, sobretudo no silenciamento de alternativas à construção de megasusinas hidrelétricas. “O projeto em fase de implantação simboliza uma decisão de peso, já tomada” pelo governo e grupos de pressão. Monticeli (1990, p. 22-23) complementa que as disputas entre grupos de poder tornam raras a independência técnica e a elaboração de projetos confiáveis: o objetivo deles é “defender uma alternativa previamente determinada”. Gonçalves (1990, p. 32) afirma que o Plano Nacional de Energia 2010 configura-se na grande cartada de empreiteiras, por conta da construção de dezenas de hidrelétricas:

[As empreiteiras são] aliadas estruturais do grande capital internacional, extremamente influentes junto à burocracia estatal. Os escândalos de que se revestem as concorrências públicas para as grandes obras promovidas pelo Estado e a sua impunidade demonstram o quanto as grandes empreiteiras estão estruturalmente associadas ao regime autoritário. O “lobby” dessas empresas, como todo “lobby”, é a manifestação de pressões particulares para defender interesses privados, ao contrário da prática democrática [...].

Bermann (2007, p. 144) e Carvalho (2002, p. 112) classificam o atual paradigma da política energética brasileira como essencialmente voltado para o lucro, a curto prazo, dos agentes privados. Assim, a lógica do mercado torna invisível o investimento necessário nas questões que envolvem sociedade e meio ambiente. Possibilidades de exploração dos recursos hídricos para a geração de

energia que estão na contramão dos interesses de grupos de poder são silenciados: entre elas a repotenciação das usinas hidrelétricas com mais de 20 anos de operação, o que poderia aumentar a capacidade de geração do País em 12%; investimento na diminuição do índice de perdas técnicas em geração, transmissão e distribuição de 15% para 6%, acarretando a disponibilidade de aproximadamente 33 milhões de MW – mais da metade da produção anual da usina de Itaipu; a complementação da motorização de usinas, já que muitas delas têm menos turbinas em funcionamento do que o previsto no projeto original; e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PHC) (BERMANN, 2007).

5.2 IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO

Patrício (1998, p. 22-31) reforça a diferenciação entre grupos de pressão e de interesse. O primeiro sempre age com interesses específicos, mas dependem de instrumentos governamentais e/ou de poder para alcançar seus objetivos. Estudiosos costumam dividir grupos de pressão em duas dicotomias: 1) público e privado – apesar de concentrarem instrumentos para tomada de decisões, os componentes do poder público também se organizam em grupos, como na disputa de governabilidade entre Executivo e Legislativo - e 2) econômicos e não-econômicos. Neste trabalho, nos concentramos na ação isolada e interação de grupos políticos e grupos econômicos, com destaque para a utilização da mídia como instrumento de poder.

Entre as formas de pressão, ação e seus meios, os grupos agem de forma direta, a exemplo dos lobbies nos parlamentos; de forma indireta, com sabotagem, boicote e manejo de coisas; e interferindo na opinião pública, um importante instrumento de poder. Neste trabalho, analisamos de que forma os grupos de pressão identificados se apresentam no *corpus*, de acordo com as ações indireta e a de interferência na opinião pública, relacionadas aos meios de comunicação. “Instrumento de pressão não somente do poder político-administrativo, os meios de comunicação servem também aos grupos privados, como os grupos econômicos, e os grupos de atividades mais variadas” (PATRÍCIO, 1998, p. 11).

A ação indireta de grupos de pressão utiliza a propaganda e os noticiários. Neste caso, ocorre a manipulação de conteúdos, censura ou simplesmente silenciamento de assuntos estratégicos. A pressão se dá ao longo de todo o

processo de produção de conteúdo jornalístico, mas os jornais, por exemplo, também podem deixar suas marcas, desde que seja conveniente. A ação de interferência na opinião pública é complementar e uma consequência da ação indireta. Estes mecanismos possibilitam a criação de uma “opinião matriz”:

A pressão pode ser feita através da informação e formação (manipulação ou persuasão) com uma intensidade qualitativa e quantitativa tal que provoca a reação do público, formando uma opinião pública que, por sua vez, faz uma pressão sobre uma determinada questão (PATRÍCIO, 1998, p.30).

A análise dos itens jornalísticos ao longo de quatro anos evidencia a constituição dos grupos de pressão formados por instituições e empresas da iniciativa privada que conseguem visibilidade. Entre 2001 e 2002, o grupo formado por FIESP, FIRJAN, ABDAN, ALCOA, Vale, Camargo Corrêa, Votorantim ataca o governo federal e cobra soluções a curto e longo prazo para a crise energética, construindo a opinião matriz de que a exploração do potencial hídrico da Amazônia foi negligenciada por FHC. Antônio Ermírio de Moraes (presidente da Votorantim), Roger Agnelli (presidente da Vale), Horácio Lafer Piva (presidente da FIESP) e Eduardo Gouveia Vieira (presidente da FIRJAN) são os atores com maior porcentagem de ocorrências de fala na área iniciativa privada.

Instituições do setor energético e membros do Executivo de Fernando Henrique Cardoso se ocuparam, de acordo com as ocorrências de itens jornalísticos entre 2001 e 2002, na área poderes executivo e legislativo, em responder à crescente pressão do grupo formado por instituições privadas com medidas de prevenção a bleautes a curto prazo e da reestruturação do setor energético, a longo prazo. Executivo, ONS, ANEEL, Eletrobras, Eletronorte e MME fizeram parte de uma força-tarefa que anunciou a retomada da construção de hidrelétricas na Amazônia, com a chancela financeira do BNDES. FHC, em grande parte das ocorrências nos itens jornalísticos, se pronuncia para anunciar novos leilões, processos de licitação e emissão de licenças para empreendimentos. O ministro de Minas e Energia, José Jorge, e o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, colocaram a ampliação da usina de Tucuruí e a construção de novas linhas de transmissão como a solução mais rápida para a contenção da crise.

Entre 2008 e 2009, as instituições e atores que compõem o grupo de pressão da iniciativa privada mudam. As associações e indústrias de maior peso entre 2001 e

2002 perderam força e deram lugar às empreiteiras Odebrecht, Suez, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, além dos consórcios responsáveis pela construção das hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. O grupo manteve a opinião matriz anterior, dos benefícios da exploração de fontes de energia limpa na Amazônia, mas acrescentou a crítica ao governo Lula sobre a demora para a liberação de licenças por parte do governo federal, sobretudo causada pela intervenção de ambientalistas. Marcelo Odebrecht (presidente da Odebrecht) e Maurício Bähr (presidente da Suez no Brasil), por meio de seus diretores, assessores e demais subordinados polarizaram os discursos.

Além da ação constante do Executivo, ANNEL, ONS, MME, Eletrobrás e Eletronorte – a exemplo do período entre 2001 e 2002 –, a ação do governo Lula no biênio 2008-2009 para responder à pressão da iniciativa privada ganhou mais três frentes, representadas pelo IBAMA, MMA e EPE. As instituições foram alvo de constante pressão para a aceleração da burocracia na liberação de licenças para construção de empreendimentos. Ao lado de Lula e da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, tiveram alta porcentagem de itens jornalísticos o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o presidente do IBAMA, Roberto Messis Franco. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, foi o responsável por disseminar a ameaça da instalação de novas usinas térmicas caso a construção das hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte tivessem os seus cronogramas atrasados.

5.3 DESENVOLVIMENTO E ENERGIA LIMPA: A LÓGICA DO CAPITAL

A análise do conteúdo do *corpus* reforça o que coloca Magalhães, et al, (1996, p. XVI) sobre o modelo energético que prevalece para a região: a transferência de energia elétrica em grande escala para o eixo Sul-Sudeste e autoprodutoras instaladas na Amazônia por meio do sistema interligado – mesma situação ocorrida com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, ícone dos grandes projetos militares e da “vocação” das bacias hidrográficas da Amazônia como fonte de recursos para os Estados mais desenvolvidos industrialmente do País. O silenciamento de fontes alternativas e de soluções de aproveitamento diferentes à energia hidrelétrica para a região demonstra o descompromisso com o desenvolvimento regional e a colocação de políticas públicas para o setor ligadas

aos fantasmas do “déficit energético” e “síndrome do *blackout*”, de acordo com Bermann (2002), uma justificativa que aponta

[...] o risco de o País tornar-se, cada vez mais, “refém dos eletrointensivos”, alternativa única para o gigantesco parque gerador instalado, inteiramente alheio à enorme demanda social e econômica local e à necessidade de subordinar o insumo energético ao desenvolvimento regional (MAGALHÃES, et al., 1996, p. 16).

O *corpus* oferece elementos que ressaltam a construção de uma “ilusão política” do desenvolvimento regional (MAGALHÃES, et al., 1996, p. 16). O processo de transferência industrial que culminou na instalação de Tucuruí, notadamente construída para atender às demandas de grandes empresas nacionais e do capital internacional, se observa no desenvolvimento do plano de geração de energia que tem os rios Madeira e Xingu como baluarte do desenvolvimento nos governos de Fernando Henrique Cardoso e, sobretudo, Lula. No contexto desta crítica, Moret (1996, p. 7) destaca que as políticas públicas energéticas devem ser avaliadas de acordo com quem será beneficiado:

O suprimento de eletricidade para a Amazônia através de introdução de grandes barragens é inviável por aspectos técnicos, sociais e ambientais. Entretanto, procurando-se entender quem será beneficiado por estas construções e a que objetivos estão obedecendo, talvez isso se justifique. Hoje se tem a certeza de que a energia para a região pode ser conseguida por soluções alternativas que afetem menos o meio ambiente e a comunidade, principalmente aquela parcela da população menos “privilegiada” composta por minorias: índios, seringueiros, ribeirinhos, colonos e comunidades que normalmente são colocadas de lado num processo de planejamento.

Moret utiliza uma apud Rosa (1989), um dos atores com maior ocorrência no *corpus* de pesquisa, para mostrar os reais objetivos das políticas públicas energéticas para a Amazônia: impor à região Amazônia uma versão moderna e revisitada dos ciclos de exploração de recursos - desta vez, o potencial hidrelétrico dos seus caudalosos rios. Pinguelli, no trecho em questão, ressalta que o problema de “energia elétrica na Amazônia não é o da energia para a região, que pode ser obtida por várias alternativas, mas sim o da geração hidrelétrica para transferir às regiões sudeste e sul”.

A relevância da iniciativa privada no *corpus* e o visível esforço do governo federal para a implementação de políticas públicas que aplacassem a busca de grandes empresas pelo lucro, reforçam os condicionantes macroeconômicos que influenciam a utilização dos maiores rios da região Amazônica como fonte de exportação de energia elétrica para o setor, não somente fatores técnicos e políticos, mas econômicos. O alto número de indústrias e associações privadas com ocorrência entre os itens jornalísticos podem ser explicados pela evolução da economia nacional, ainda excessivamente subordinada aos interesses externos, mesmo quando interiorizados pela presença de transnacionais ou pressão a estatais, como coloca Becker, et al. (1996, p. 788):

A intensidade energética da economia brasileira pode ser interpretada pelo fato de o Brasil situar-se em uma posição periférica no sistema capitalista internacional. No contexto energético, isto significa que coube ao Brasil, assim como a alguns outros países periféricos, encarregar-se da fabricação de produtos energético-intensivos para exportação. Para os países centrais é mais vantajoso importar energia embutida nos produtos energético-intensivos dos países onde o potencial é abundante, caracterizando uma nova faceta na Divisão Internacional do Trabalho.

O grande mercado interno para produtos energético-intensivos, disponibilidade de recursos naturais e baixo custo de mão-de-obra fazem as empresas focarem a atenção nas possibilidades oferecidas pelas novas fronteiras de expansão na região Amazônica. Este processo de mercado é refletido nos principais meios de comunicação e no *corpus* deste trabalho: a análise dos itens jornalísticos evidencia o caminho traçado pela iniciativa privada para a Amazônia, condição que reforça projetos que não priorizam as necessidades regionais e geram extremos impactos socioambientais e econômicos. O papel governamental neste processo se mostra como minimizador do “enclave” que grandes hidrelétricas na Amazônia acarretariam, apesar de as características do processo de desenvolvimento socioeconômico indicarem o contrário. Vainer (1990) adapta o termo enclave – utilizado, sobretudo, para a análise do processo de exploração mineral na região – para analisar a construção de hidrelétricas neste contexto: elas não “nascem” do processo de desenvolvimento no território amazônico e não expressam ações sociais, políticas ou econômicas endógenas; são, sim, “implantadas” e contradizem o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, reforçam um novo impulso ao

padrão de desenvolvimento de economia de fronteira. A Amazônia não se integra a um plano de crescimento nacional, mas o alimenta, de forma separada, ligada a ele por linhas de transmissão de energia elétrica.

Zylbersztajn (1996, p. 28) acredita em uma “injustiça” em relação à construção de grandes hidrelétricas na Amazônia e a prioridade do uso da energia que será produzida. Ao afirmar que Tucuruí se “divorciou” do desenvolvimento regional e ressaltar a imposição de produção de energia elétrica para o eixo Sul-Sudeste, apresenta alternativas que poderiam ser contempladas nas políticas públicas para a região, mas entram em conflito com os grupos que comandam a construção de barragens e linhas de transmissão e comandam a comercialização de energia no País: o uso de biomassa, a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PHC) e aproveitamento de energia elétrica de origem solar fotovoltaica.

A discussão sobre fontes alternativas de energia elétrica para a Amazônia é silenciada no *corpus*. O panorama da região apresentado a partir da análise dos itens jornalísticos coloca a região como plenamente abastecida e com a “obrigação” de repassar o excedente produzido Tucuruí ao sistema interligado. Das capitais da região, somente Belém, na parte oriental, é atendida pela hidrelétrica do rio Tocantins. Na Amazônia Ocidental, onde está em construção o complexo de usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, nas proximidades de Porto Velho, em Rondônia, o déficit energético é alarmante: Rio Branco, no Acre, ainda depende sobretudo de termelétricas; Manaus, no Amazonas, apesar da construção de Balbina, tem a dependência de 40% a derivados do petróleo; Boa Vista, em Roraima, vive à beira de um colapso energético. O conteúdo dos itens jornalísticos, contudo, não indica ações, seja do poder público federal ou da iniciativa privada, para a resolução destes problemas.

No entanto, em 2008, o articulista Alberto Tamer reiterou o discurso dos grupos de pressão, com a síntese de declarações que se estendem ao longo do *corpus*:

Se tivéssemos construído em tempo grandes usinas hidrelétricas na Amazônia e instaladas linhas de transmissão, os sistemas do Norte estariam ligados com os do Centro-Oeste, do Sudeste e também do Nordeste. Isso foi feito com o linhão de Itaipu, que, juntamente com Tucuruí, na região Norte, está salvando o Brasil há mais de uma década [...] Ela é a salvação do Brasil! Temos ainda na Amazônia para aproveitar nada menos que 160 mil MW, quase duas vezes tudo o que está instalado no País. Ai, sim, o presidente Lula está com

razão: este País tem energia não até 2012, mas 2030 ou mais, pois estudos mais sérios na Amazônia estão apenas começando. (O ESTADO DE S. PAULO, 2008).

Os atores ligados à iniciativa privada e aos poderes Executivo e Legislativo travam uma empreitada para legitimar que as bruscas alterações provocadas pela construção de grandes hidrelétricas nos rios Xingu e Madeira serão compensadas pelas características da matriz, que seria uma alternativa limpa e ecologicamente correta. A informação que alimenta os discursos apresentados nos itens jornalísticos, no entanto, há muito foi desmistificada com veemência por vários pesquisadores, com destaque para Acevedo (1996) e Fearnside (2009), que usam como exemplos as catástrofes ambientais ocorridas após a construção das usinas hidrelétricas de Balbina (no rio Uatumã, no Amazonas) e Samuel (no rio Jamari, em Rondônia). Acevedo reitera que nestes exemplos o desinteresse dos empreendedores e do poder público em fazer ou verificar – no caso, oferecido por instituições de pesquisa - estudos de previsão de impactos poderia ter minimizado uma série de problemas.

Apesar dos graves problemas ambientais e sociais advindos com a construção de grandes barragens essa alternativa continuou a beneficiar-se de uma imagem favorável ante a opinião pública. A energia hidrelétrica é apresentada como uma energia “limpa”, digna de confiança e de bom preço. Entretanto, um exame cuidadoso dos riscos inerentes a essa opção energética mostra quão discutíveis podem ser tais pressupostos. Sabe-se que, de modo geral, as interrogações éticas permanecem à margem das discussões econômicas. Em consequência, as questões éticas não transparecem nem no discurso, nem nas praxis de planejadores e políticos, mesmo que experimentem pressões diversas para modificar sua visão econômica de curto prazo. (ACEVEDO, 1996, p. 945).

Apesar dos questionamentos dos pesquisadores, os interesses do grupo de pressão econômica identificado no *corpus* são referendados por representantes do poder público, que reiteram o discurso de energia hidrelétrica limpa ante a possibilidade de instalação de mais termelétricas, que ampliam a emissão de gases que alteram o efeito estufa. Em 2009, o então diretor-geral da ANEEL, Nelson Hubner, reclamou da “transformação” do debate sobre a construção de hidrelétricas na Amazônia em “neura”:

Ambientalistas não querem hidrelétricas, mas não falam da implantação de térmicas a óleo, diesel ou carvão – que não são energia limpa. Para mim, 2008 foi um dos maiores absurdos que a gente já fez nesse País. Fomos obrigados a contratar um número imenso de usinas a óleo por falta de hidrelétricas nos leilões. (O ESTADO DE S. PAULO, 2009b).

A opinião matriz dos grupos de pressão é reforçada também por perquisadores, muitos deles ligados ao governo, como Jerson Kelman:

Numa democracia é assim mesmo. Uns se arrepiam ao pensar na realização de obras que modifiquem o ambiente, principalmente se houver a mínima possibilidade de alterar o estilo de vida e os valores das comunidades locais. Nem que seja para dar aos membros dessas comunidades locais a oportunidade de fazer as suas próprias escolhas. Outros pensam que para transformar o Brasil em País desenvolvido e, simultaneamente, produzir eletricidade com pouca emissão de gases que contribuem para o efeito estufa é preciso utilizar parte – digamos 60% - do potencial hidráulico dos rios da Amazonia. E que nesse processo, alguns impactos – positivos e negativos – são causados localmente, tanto ao meio ambiente quanto às comunidades atingidas. Para fazer omeletes é preciso quebrar os ovos! (O ESTADO DE S. PAULO, 2009b).

Em 2002, Lula foi eleito como um “esquerdista”, com a responsabilidade de substituir um presidente neoliberal. Surpreendentemente, ele deu prosseguimento à política econômica do antecessor Fernando Henrique Cardoso. Esta continuidade pode ser visualizada quando se comparam os desdobramentos das políticas públicas para o setor energético no Brasil nos dois governos. Esta continuidade teve, em algumas áreas, pontos positivos, mas estreitou ainda mais relação já considerada complexa entre o Poder Executivo e os grupos econômicos. Em vez de polarizar a situação como Hugo Chávez fez na Venezuela, Lula manteve as regras de FHC, garantiu uma rara continuidade a exemplo dos governos da América Latina e de Países em desenvolvimento, atraiu empresas estrangeiras e a confiança de grandes empresas (BUSCH, 2010, p. 163). O efeito mais nocivo causado pelo “continuísmo” do presidente petista foi manter intactas as facções políticas e suas teias de relacionamentos com grupos de pressão. No setor energético, na administração de FHC, as instituições mais importantes estavam nas mãos do PMDB, com destaque para Rodolpho Tourinho no Ministério de Minas e Energia. Após um breve hiato, o poder voltou ao partido, desta vez com Edison Lobão

capitaneando o MME e figurando como um dos principais articuladores de interesses intra e extra-governo federal.

A análise mostra como instituições privadas e poder público abordam a Amazônia a partir de um conceito de “posse de interesse nacional” que atropela as necessidades de desenvolvimento regional. A dinâmica mostrada pela ocorrência e manifestação de atores cria um recorte das regiões do Xingu e Madeira como se fossem de “utilização restrita” para determinados grupos, meios e fins, sem questionamentos, como verdades estabelecidas historicamente, com uma aura de fato e de direito. As decisões tomadas em relação às políticas públicas energéticas para a região atestam uma associação de interesses do poder público e iniciativa privada, onde um pequeno número de indivíduos ou de organizações equaciona sobre os problemas e consequências que afetam um grande número de indivíduos.

Acevedo (1996, p. 945) pondera que as decisões relacionadas a políticas públicas energéticas e econômicas para a Amazônia mostram aspectos conflitivos do modelo de desenvolvimento utilizado no Brasil. Nas últimas quatro décadas, reforça, o planejamento é guiado pela obstinação pelo crescimento econômico acelerado e a qualquer custo, sem que sejam contempladas todas as dimensões do desenvolvimento. No entanto, faz um contraponto, mostrando que o grau de conscientização da sociedade sobre os impactos de grandes projetos na Amazônia gera novas implicações: “Assim, surge uma ética de responsabilidade e de solidariedade com os movimentos sociais, sinalizando a procura de outras práticas sociais”. Neste contexto, é necessário que os debates sobre tomadas de decisões sejam conduzidos de forma democrática. Contudo, o *corpus* deste trabalho mostra que a sociedade civil organizada não teve acesso ou não foi “convidada” a debater os projetos hidrelétricos para a região na arena midiática formada pelos jornais selecionados para a pesquisa.

Magalhães, et al, (1996, p.15) coloca que a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia sempre suscitou a convocação de cientistas para a participação de um debate mais amplo sobre os impactos dos empreendimentos. No entanto, são tanto solicitados por empresas responsáveis pelas usinas e governos quanto pela sociedade civil organizada, a maioria instituições que mediam a relação com grupos diretamente afetados por barragens. Desde os anos 70, prossegue, “a competência acadêmico-científica foi reclamada para analisar as consequências dos empreendimentos”. Este processo natural visto no campo social não se repete no

recorte colocado pelo *corpus*, que indica negligência no processo de apuração jornalística em relação a instituições científicas em geral e universidades. Em comparação com outras áreas, sobretudo a da iniciativa privada e poder público, a comunidade científica não tem representação social relevante, dado o seu baixo índice de ocorrências.

A preocupação com impactos socioambientais de grandes empreendimentos relacionados à matriz energética em todo o País faz parte da legislação desde 1934, com a criação do Código de Águas. Contudo, as determinações da legislação brasileira não são levadas em consideração na maioria do conteúdo em questão. Informações relevantes sobre proteção ao meio ambiente e construção de hidrelétricas listadas na Constituição de 1988 são tratadas de forma superficial e reducionista nos itens jornalísticos analisados. Preservação da biodiversidade, garantias fundamentais à pessoa humana e responsabilidades aos empreendedores pelas alterações causadas pela construção de reservatórios e de linhas de transmissão apresentam-se de acordo com a lógica da iniciativa privada.

Bueno (2000)⁴ aponta uma tendência cada vez mais “incestuosa” entre informação e marketing na busca dos conglomerados de comunicação por parceiros para o sustento do ritmo de crescimento empresarial, o que abre espaço para influências na produção das notícias ambientais. O processo pode ser identificado pela divulgação de pseudo-reportagens, chamadas de “info-comerciais”, nas quais a empresa de comunicação propaga os seus interesses e de sua teia de relacionamentos. O autor destaca o comentário de Renata Lo Prete, ombudsman da Folha de S. Paulo em 1996, sobre a “derrubada do muro entre a redação e a área comercial” e o uso “racionado” do espaço editorial – destinado a notícias e reportagens e não a anúncios e o material textual produzido pelos departamentos de marketing:

Coube ao Los Angeles Times tomar, há dois anos [1994], a primeira decisão a transcender meras reuniões de metas entre jornalistas e marketeiros. Com o objetivo de estancar a fuga dos assinantes, o jornal resolveu que seus investimentos editoriais passariam a ser concebidos e monitorados por comissões de especialistas em publicidade, marketing, circulação e... jornalistas. Alguns diários imitaram o californiano, caso de Houston Chronicle e Arizona Republic. Outros foram além na redistribuição do trabalho. No

⁴ Comunicação apresentada no VII Congresso Iberoamericano de Jornalismo Científico da Associação Iberoamericana de Periodismo Científico, Buenos Aires, novembro de 2000.

Oregonian, por exemplo, a redação abdicou da responsabilidade sobre os cadernos de veículos e imóveis, hoje totalmente pautados, redigidos e editados por profissionais do departamento de publicidade. O Denver Post, do Colorado, tirou dos jornalistas a cobertura de cassinos, pistas de esqui e seções faça-você-mesmo (BUENO, 2000).

Com isso, a informação, seja ela sobre meio ambiente ou sobre qualquer outro campo é comprometida pela simplificação mercadológica desta indústria midiática, que, na visão de Bueno (ibdem), em alguns casos não possibilita a identificação dos limites entre informação e marketing, nos produtos formados por press-releases emitidos por empresas e entidades, travestidos de matérias e notícias, e mercadorias culturais. Bucci (BUENO, 2000) reflete a este respeito:

O jornalismo vai gradativamente se convertendo em um departamento, entre outros tantos, dentro dos gigantes transnacionais da mídia. Estes, além de notícias, vendem ao público uma infinidade de bens culturais que vão dos vídeos com fitas de ficção aos CDs de música pop, de games a filmes de Hollywood. De tal sorte que já não é possível retomar a velha equação que igualava a independência da empresa jornalística à independência editorial. Cada vez mais os veículos informativos convivem nos mesmos grupos com outros negócios, muitos outros negócios. A pergunta de fundo não é, portanto, se os conglomerados são bons ou ruins para a imprensa. A pergunta é outra: como é que fica a independência jornalística num mundo em que o jornalismo já não constitui um negócio independente de outros?

Kunsch (1996) afirma que muitas organizações e empresas tentam, por meio de um plano de comunicação ambiental, demonstrar suas ações junto às comunidades locais e à sociedade geral, sem se integrar a redes de relacionamentos que busquem objetivos econômicos, por exemplo. A autora defende que a comunicação empresarial também pode desenvolver papel importante para uma sociedade sustentável, mas os atuais mecanismos predominantes são contraditórios, paradoxais. “A ecologia deixou de ser uma bandeira emocional e política, para transformar-se num importante – talvez o principal megatrend do mundo dos negócios” (NOGUEIRA, 1992, p. 30).

A questão central é que as empresas de mídia colocam em primeiro plano a lógica do meio ambiente como *megatrend*, em detrimento ao direito constitucional e do valor ético da informação à sociedade. Mattelart (1994, p. 246-297) explica o papel preponderante deste modelo para as empresas, não só as de mídia, e para a

manutenção da sociedade globalizada, fomentada pelos conglomerados de telecomunicações:

[...] não somente a empresa se converteu em um ator social de pleno direito, exprimindo-se cada vez mais em público e agindo politicamente sobre o conjunto dos problemas da sociedade. Mas, também, suas regras de funcionamento, suas escalas de valores, suas maneiras de comunicar foram, progressivamente, impregnando todo o corpo social. A lógica “gerencial” instituiu-se como norma de gestão das relações sociais. Estado, coletividades territoriais, associações foram penetrados pelos esquemas de comunicação já experimentados por esse protagonista do mercado. A carteira das ofertas de serviços da comunicação profissional enriqueceu-se com novos clientes e novas competências. E a própria definição de comunicação ganhou um novo segmento de problemáticas.

5.4 GÊNESE DA VOCAÇÃO AMAZÔNICA E NECESSIDADES NACIONAIS

O número de itens jornalísticos relacionados à matriz energética brasileira reforça uma das características marcantes da mídia na cobertura de grandes temas: um *boom* de notícias que traz consigo uma série de consequências e tem o poder de influenciar a opinião pública. Na primeira parte da pesquisa nos jornais, foram selecionados, em 2001, ano do racionamento, 1.946 itens, quase o dobro do material coletado nos outros três anos em análise – nos quais o número de itens se estabilizou 357 (em 2002), 367 (em 2008) e 363 (em 2009). O número elevado é equivalente à ocorrência de cinco notícias sobre a matriz energética a cada dia do ano ou a 1,7 notícia a cada dia do ano em cada um dos três jornais analisados – em 2001, foram identificados 511 itens jornalísticos em O Globo, 652 na Folha de S. Paulo e 783 em O Estado de S. Paulo. Os números revelam a lógica do medo dos blecautes, da crise econômica eminente por conta de um colapso energético e da correria governamental em busca de soluções. Este contexto é a gênese do discurso da Amazônia como fonte de recursos para manter o crescimento do País – no entanto, o combustível é a potencial hídrico da região.

Antes da crise energética de 2001, um *boom* semelhante na mídia brasileira só havia ocorrido no período da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, Rio-92 ou Eco-92, reuniu, de 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro (RJ), 108 chefes de Estado e 10 mil delegados de 180 países para a discussão de soluções para a

diminuição do abismo social entre os países do Norte e Sul e conservar os recursos naturais da Terra. Cerca de nove mil jornalistas dos maiores jornais impressos, revistas, rádios e redes de televisão do mundo foram credenciados para fazer a cobertura do evento. Para destacar o gigantismo da abordagem midiática, Ramos (1995, p. 39-40; FERNANDES, 2001, p.4) comenta que na conferência de Estocolmo apenas mil jornalistas trabalharam na cobertura do primeiro evento sobre meio ambiente da ONU.

A mídia brasileira respondeu rápido à demanda por notícias do que acontecia no Rio de Janeiro. Diante do número insuficiente de jornalistas especializados, foram técnicos de diversas áreas que passaram a atuar como colunistas e articulistas de cadernos ou sessões especiais sobre a Eco-92 ou meio ambiente. Segundo Trigueiro (2003, p. 81-82), o evento modificou o funcionamento das redações. Nunca, em nenhum outro período da história, se falou tanto de meio ambiente, especialmente no Brasil. Uma verdadeira operação de guerra mudou a rotina das redações de todos os principais jornais.

Em 2001, a exemplo da Eco-92, os três principais jornais do Brasil – que fazem parte deste trabalho – ampliaram a cobertura da crise energética, setorizaram repórteres em diferentes instituições governamentais e setores do sistema produtivo. Reforçaram o conteúdo de cadernos especiais e séries de reportagens com a opinião de especialistas em energia. No entanto, este aparato não garantiu a discussão crítica do problema enfrentado pelo País, como veremos adiante. Um grande tema relacionado ao desenvolvimento do Brasil foi relegado ao filtro da economia – restrito aos cadernos e páginas e economia e finanças, o *locus* dos grupos de pressão –, de forma superficial e caracterizado pelo jornalismo de serviço, como se a questão energética se reduzisse ao público como um manual de sobrevivência nas grandes cidades em blecautes e em tempos de racionamento. Apesar da redução dos itens jornalísticos para políticas públicas energéticas voltadas à Amazônia, o direcionamento do conteúdo foi o mesmo da avalanche de notícias.

Para Souza (2004), mídia e meio ambiente se encontram quando se evidencia a crise do modelo de desenvolvimento baseado na exploração sem limites dos recursos naturais; na consolidação do processo de industrialização de países emergentes, como o Brasil, marcados pelo crescimento urbano desordenado; e do fortalecimento de conglomerados de comunicação, voltados

para a “materialização do círculo vicioso do lucro” e dos grupos de pressão políticos e econômicos. O autor exemplifica a análise com uma leitura da cobertura da mídia brasileira sobre a crise energética e a ameaça do “apagão”, em 2001 e 2002, com três argumentos: a) o discurso da crise foi “comprado” pela mídia para mostrar, sem questionamentos, por meio de personagens que o racionamento e a exploração dos recursos hídricos da Amazônia eram a saída para o problema; b) não houve comentário, direto ou indireto, na grande mídia sobre as razões estruturais da crise, sobretudo da equivocada distribuição de energia elétrica no País após a privatização; c) limitou-se a crise como consequência de fatores climáticos, sobretudo a falta de chuva nas cabeceiras dos grandes rios.

Souza (idem) conclui que a mídia, com as grandes redes nacionais, traz para a ordem do dia uma “manobra positivista” ligada e influenciada por grupos de pressão políticos e econômicos: a mídia reproduz

[...] o real mostrado por sua utilidade, precisão e segurança na afirmação dos modelos vigentes. Em outras palavras, ao revelar a extensão de tragédias ambientais, desmatamentos, poluição do ar e da água, não vão além da indignação e do apelo sensacional: a mudança de atitude reclamada não passa pela supressão da ordem nem pela transformação do modelo de progresso.

Essa manobra é evidenciada por Verón (1991, p. 168) acerca do contrato de leitura, relação constituída pelos meios de comunicação para manter ligação com os receptores ao longo do tempo, como uma regularidade, que também pode ser ditada por discursos cristalizados. “A percepção de um contrato enfatiza as relações de constituição do elo que une temporalmente o suporte midiático e seus receptores [...] O objetivo do contrato é preservar este hábito de consumo (tradução nossa)”.

Grandes “eventos” ou problemas sociais que envolvem a questão ambiental ou desenvolvimento revelam a natureza paradoxal da cobertura midiática no Brasil. Em 2001, os três jornais analisados mostram conteúdo reducionista ao tratar da questão energética. A superexposição de assuntos superficiais, no entanto, perdeu força quando o debate nacional exigia um nível mais qualificado, sobretudo após a amenização do pânico dos blecautes, em 2002, quando, em tese, se deveriam discutir quais as soluções mais eficazes e sustentáveis para os problemas relacionados à matriz energética e à exploração dos recursos hídricos da Amazônia e seus impactos.

A análise do *corpus* deste trabalho mostra características semelhantes às considerações de Trigueiro (2003) sobre a cobertura midiática brasileira desde a realização da Eco-92. O autor discorre sobre as “armadilhas” embutidas nos produtos de jornais, revistas, rádios e grandes redes de televisão: a) um jargão que impede a clareza da informação; b) a natureza efêmera da notícia, com um *timing* geralmente inversamente proporcional ao das questões ambientais; c) e o reducionismo, superficialidade e banalização das informações, que reduzem o conceito de desenvolvimento à questão econômica. Recorremos a Sodré (1981, p. 74) para mostrar as consequências sociais de uma “avalanche” promovida pela indústria da informação, que reflete a lógica do medo identificada na fala de diversos atores, em suas ocorrências em itens jornalísticos: “A multiplicidade dos fatos informativos não resulta no aperfeiçoamento do cidadão nem em seu conhecimento sobre o mundo. Quanto mais você é informado do inessencial, menos você sabe sobre si mesmo e mais você é controlado pela lógica do medo”.

Para Rygaard (2002), existe um processo “viciado” no qual o meio ambiente e desenvolvimento não têm o tratamento adequado, com desvio de informações respaldadas e desprovido de inter-relações com os campos político e econômico, além de ser descontínuo e não-linear. Um dos motivos é o fato de grande parte da mídia fazer parte de empresas comerciais, voltadas para o lucro e “subjugando o conteúdo à publicidade”.

Barros (2007) discorre com detalhes sobre a estratégia de comunicação para que a mídia se colocasse “ao lado” do governo de Fernando Henrique Cardoso no momento crucial da implementação de políticas públicas para enfrentamento da crise energética de 2001-2002 - sobretudo por conta da ação de grupos de pressão econômicos. Em maio de 2001, após a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia, presidida pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, era necessária uma resposta rápida à população sobre as ações do governo. Trinta publicitários comandados por uma agência de comunicação foram responsáveis pela criação da mensagem econômica antiapagão “Faça a sua parte. O governo está fazendo a dele”, em relação aos racionamentos de energia; escolha de um líder. No caso, Parente; construção de um discurso único: culpar São Pedro e a falta de chuva pela crise e reforçar que o governo FHC havia retomado as obras de hidrelétricas e fontes de energia renovável, como o gasoduto Brasil-Bolívia. “Trazer a mídia para o nosso campo implica em uma atitude de colaboração de mão-dupla: o processo de

comunicação passa a ser governado de forma compartilhada e não autocrática”, destaca Barros (2007, p. 166).

Segundo Barros (2007, p. 172-176), no planejamento de mídia para reverter consequências negativas dos apagões para o governo, os principais apresentadores de televisão do Brasil viraram “canhões eletrônicos” das ações institucionais. A Rede Globo foi “engajada” na conquista de apoio da população. Os maiores jornais impressos e revistas do País receberam grade verba publicitária por conta de uma série de anúncios. O governo passava a interferir e tomar as rédeas de parte da mídia brasileira:

A privatização do setor [energético] era outra coisa que não poderia aflorar naquele momento e não aflorou [...]. É claro que a boa vontade da imprensa, que, em geral, não criou uma crise ainda maior foi fundamental. De qualquer modo, o governo tomou a dianteira e calou as vozes dissonantes [...]. Quem desdenhava da crise ou tentou transformá-la em fato político transformou-se em antinacionalista aos olhos da população [...]. Sem a comunicação, a crise de energia seria bem maior e poderia ter virado um problema institucional. Por isso é que se chegou a falar que o presidente Fernando Henrique poderia sofrer um impeachment [...]. Ganhou-se o jogo da mídia”.

Cohn (1996 apud BARROS, 2007, p. 180), destaca que a opinião pública é formada pela percepção de uma situação, e não pela realidade. No caso do enfrentamento da crise do apagão pelo aparato de comunicação do governo, o resultado foi a percepção de que Fernando Henrique enfrentou adequadamente o problema, mas não se produziu nenhuma quantidade considerável de energia elétrica naquele período. “O objetivo de uma comunicação, no sentido de criar uma imagem, não é informar. É, antes de tudo, convencer” (BARROS, 2007, p. 182).

Contudo, é necessário destacar que a opinião pública não é passiva. O comportamento da formação de públicos depende de uma série de variáveis - que envolvem características políticas, econômicas, sociais, culturais, psicológicas, etc. - e dos diversos canais de informação à disposição. Como aponta Champagne (1996), a pluralidade de opiniões torna a opinião pública apresentada pela mídia uma “ilusão bem fundamentada”. Gomes (2000), porém, destaca que a opinião pública, apesar de ter seu conceito reconfigurado no século 21, continua decisiva na prática política contemporânea, sobretudo nas situações de opinião política como opinião publicada – opinião disposta e disponível à sociedade.

Daí a necessidade de investigar se esta situação é refletida na arena midiática e de que forma ela é repassada para a opinião pública: se ela traça um perfil dos sujeitos que pensam ou repensam – para que e quem – a matriz energética brasileira ou são cooptados pelo poder estabelecido, além do *modus operandi* deles: recursos coercitivos, interesses, relações de poder, regras, agentes, desigualdades, negociação, cooperação e processo decisório; se os sujeitos vão agir de acordo com as opções encontradas dentro das instituições ou vão se tornar voz dissonante, um potencial de mudança institucional.

5.5 ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO EXECUTIVO

5.5.1 Audiências públicas, deliberação e representatividade

Nas duas últimas décadas, houve um aumento da visibilidade, discussão e participação da sociedade civil nos processos de licenciamento ambiental, como a produção e divulgação de EIA e RIMA e de audiências públicas. Esta comunicação trata da circulação de informações e discussão nos processos de licenciamento ambiental, da formação da opinião pública, a partir da participação dos agentes envolvidos em grandes. Incentivam o papel deliberativo e da troca de opiniões (FIGUEIREDO, 2002; BARROS, 2004; GUICHENEY, 2008).

Locatelli (2010) destaca que, anteriormente, grandes projetos estatais para a Amazônia, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí, não contemplavam esse campo de discussão. Sobretudo no período militar, o acesso público a informações era restrito. Esta situação começou a mudar a partir da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que criou o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima), que reforçava a participação nos processos decisórios. A questão também foi englobada pela resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente: a obrigatoriedade do componente de divulgação de EIA e RIMA.

Neste contexto, eventos como audiências públicas se enquadrariam em um processo deliberativo, onde atores podem construir conhecimento e debater pontos de vistas diversos acerca de determinada questão. No entanto, a arena para negociação e construção de sentidos, no caso das audiências públicas de Belo Monte, foi usada de forma estratégica por políticos das esferas municipal e estadual do Pará e representada de forma diferenciada na mídia.

Cal (2006) faz uma revisão sobre o conceito de deliberação. A autora aponta que Habermas (1997), Gutmann e Thompson (2004) e Dryzek (2004) defendem a capacidade de construção de sentidos e de entendimento coletivo a partir do processo deliberativo, mas outros autores identificam problemas nesta abordagem, afirmando que a deliberação não possibilita, necessariamente, a mudança de preferências. Assim, os indivíduos agiriam preocupados com seus próprios interesses, em desacordo com o bem coletivo, como apontam Bell (1999) e Medearis (2004).

Considerando estas duas lógicas relacionadas ao processo deliberativo, as audiências públicas de Belo Monte apresentaram duas situações de enfrentamento. Na primeira, o uso da arena de debates como espaço de legitimação de interesses do governo federal acerca da matriz energética brasileira, com o silenciamento estratégico de atores opositores ao projeto de implementação da hidrelétrica. Na segunda, a ação de políticos das esferas municipal e estadual na tentativa de persuasão do público presente, uma prévia exposição às proximidades das eleições de 2010, em dois lados: os políticos da situação, que reiteram o posicionamento governamental; e os políticos que rebatem os argumentos de que o empreendimento seria benéfico à região do Xingu.

As audiências públicas deveriam ser o espaço de debate público e questionamento de práticas e conceitos estabelecidos – no caso de Belo Monte, a publicização e discussão dos resultados do EIA e do RIMA do empreendimento. Produzidos pela empresa Leme e divulgados no segundo semestre de 2009, os documentos têm sido extremamente criticados por grupos de pesquisadores e movimentos sociais contrários à construção da usina. A avaliação de impacto tem mais de 20 mil páginas, divididas em 36 volumes, e começou a ser disponibilizada no site do IBAMA somente algumas semanas antes das audiências públicas, em setembro de 2009. O RIMA apresenta considerações simplistas sobre o projeto e não esclarece as principais dúvidas dos moradores da região.

A empresa Leme estima que Belo Monte deva gerar 18.700 empregos diretos e 23 mil indiretos, além da atração de 54.300 famílias em busca de emprego (BRASIL, 2009). Esta demanda poderá superlotar a região do Xingu, historicamente desprovida de infraestrutura para transporte, educação e saúde. Representantes de ONGs e associações contrárias à barragem temem o aumento geométrico dos índices de violência, habitação e saúde precárias. Essas questões e, sobretudo, as

demandas sobre impactos ambientais previstas para a região com a construção da usina, não foram discutidas no formato de tomada coletiva de decisões.

Nas audiências públicas, as liberdades comunicativas dos indivíduos não foram respeitadas. Ocorreu troca de razões, mas de forma estrategicamente controlada pelos promotores das audiências, com destaque para o IBAMA. Atores de diversos campos da sociedade contrários à construção da usina foram submetidos à lógica coercitiva do evento. Críticas à mesa – formada por representantes do IBAMA, Eletrobras, Eletronorte, governos estadual e federal e pesquisadores da Leme – significavam, corriqueiramente, o desligamento dos microfones, retirada do indivíduo do local de fala por meio da repressão da Força Nacional ou respostas evasivas após réplicas, sem direito a trélicas. No entanto, políticos da base de apoio ao governo discursavam sem tempo pré-definido – oficialmente, cada participante do debate tinha três minutos para se expressar. As falas contemplavam a legitimação do empreendimento. Além disso, os discursos agregavam os possíveis benefícios da usina à atuação destes políticos na região, como uma prévia da propaganda eleitoral em período proibido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

5.5.2 Política hidrelétrica na arena de debates

As instituições políticas, organizações cidadãos e a mídia têm o papel de organizar o espaço público de debates, lugar de construção da opinião, resultado da busca por uma verdade mediana. O caráter social dessas representações transparece na função que elas desempenham. Nas audiências públicas de Belo Monte, organizadas pelo governo federal para o cumprimento da legislação ambiental, políticos transitaram de forma estratégica para influenciar a orientação das comunicações e reforçar o capital político a partir da possibilidade de maior visibilidade.

A estrutura das audiências públicas se assemelha à metáfora colocada por Miguel (2002) para o funcionamento da mídia e sua relação com a sociedade em geral: plateia, palco e bastidores. Por oferecer visibilidade, a mídia é central para o campo político. Desta forma, políticos em geral mudam o comportamento de acordo com a lógica dos meios de comunicação e de eventos midiáticos, em formato de arena pública de debates, como as audiências de Belo Monte – que reuniram

jornalistas dos principais conglomerados de comunicação do Brasil e algumas redes de TV e jornais de outros países.

Diante de uma plateia delimitada, mas com possibilidade de maior abrangência a partir da publicização das audiências, os políticos ingressaram no lugar de fala do evento com o mesmo comportamento apresentado no palco oferecido pela mídia – contando com um acordo tácito com os representantes dos bastidores, formados pela mesa diretora das audiências. A plateia, que abrangia a maioria dos movimentos e atores contrários à construção da usina, vez ou outra conseguiu intervir no palco, muito mais pela necessidade de a mesa diretora legitimar o processo democrático inerente aos objetivos das audiências públicas.

A estrutura das audiências apresentou características midiáticas ao organizar os lugares de fala por meio de representações da verdade, do real, que também podem apresentar “infiltrações”, como coloca Charaudeau (2007, p. 17-18):

[...] manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores [...]. É próprio de uma comunidade social produzir discursos para justificar seus atos, mas não está dito que tais discursos revelam o verdadeiro teor simbólico desses atos: muitas vezes os mascaram [...], por vezes pervertem, ou mesmo o revelam em parte.

Charaudeau (2007, p. 48-49, 52-53 - 61) enfatiza como uma das estratégias do discurso político os efeitos de verdade. É um processo que não tem como objetivo a verdade, mas, sim, a busca da “credibilidade”, o que concede aos atores de determinados campos sociais o “direito à palavra”. Neste caso, o “informador” é uma pessoa pública, tem notoriedade, desempenha o papel de “portador da verdade”. Quem tem direito à palavra carrega um discurso que varia entre o informativo (em seu sentido original, para transmitir saber e ancorado na ordem do que “já foi”, da prova) e o propagandista (da ordem do “há de ser”, da promessa. Portanto, sem nada a provar).

Nas audiências públicas, os portadores da palavra construíram um discurso uniforme para legitimar o caráter democrático do processo, como se fosse uma medida tomada exclusivamente pelo PT e os partidos da base aliada – e não uma obrigatoriedade com base na legislação ambiental. As declarações ao público presente às audiências seguiram o tom colocado pelo então chefe da Casa Civil

paraense no governo Ana Júlia, Cláudio Puty, na audiência pública do município de Vitória do Xingu:

O governo Ana Júlia reforça a posição do governo federal, de que Belo Monte é elemento crucial para a nova relação da região amazônica com novos empreendimentos, de internalização de renda. Qual postura é diferente agora? Belo Monte é um processo de mudança de postura do Estado, com audiências. Não estamos em uma ditadura. (Informação verbal)

O então deputado federal Paulo Rocha (PT) prosseguiu a linha argumentativa, na audiência de Altamira:

Como vamos pensar a Amazônia? Antes, impunham grandes projetos à região, mas o Brasil mudou. Temos políticas que levam desenvolvimento aos pequenos também. Não queremos a Amazônia como algo intocável. Aqui existem 20 milhões de pessoas que precisam comer, etc. Antes, o modelo era de um desenvolvimento baseado no autoritarismo. Agora, o governo vem aqui para consultá-los. Saber o que vocês pensam. (Informação verbal).

As administrações municipais também estavam integradas aos objetivos das coligações, como mostra a declaração do prefeito de Vitória do Xingu, Liberalino Neto (PTB), ao abrir a audiência pública no município:

Quero cumprimentar a Eletrobras, o IBAMA, a Eletronorte, o público de Vitória [do Xingu], Cláudio Puty [representante da governadora Ana Júlia]. Quero cumprimentar a imprensa, a Segurança Nacional, a Polícia Federal... Esse dia ficará marcado na história de Vitória, que tem 16 anos como município e já se tornará tão importante para o futuro do povo brasileiro e para o desenvolvimento da nação. A região da [rodovia] Transamazônica vai tirar o Brasil da escuridão. Vitória do Xingu vai ajudar o Brasil a se desenvolver. Vamos gerar mais de 11 mil quilowatts para o mundo. A hidrelétrica de Belo Monte vai trazer desenvolvimento e emprego. (Informação verbal).

A ação do poder Executivo paraense nas audiências públicas mostra a estratégia de articulação de grupos de pressão para a abrangência cada vez maior dos objetivos do executivo federal, e assim lucrar com a associação à onda de prestígio do presidente Luís Inácio Lula da Silva no cenário eleitoral de 2010, que já se aproximava. Contudo, desde o período dos primeiros racionamentos de energia elétrica, no governo Fernando Henrique, a maioria das políticas públicas

relacionadas à matriz energética originou-se no poder Executivo e não no Legislativo.

A arena política mostra uma lógica federalista que se impõe a cada governo subsequente, mas existe uma guerra de prerrogativas entre Estado e União no caso de legendas diferentes. Recentemente, diante da inserção do componente energia hidrelétrica no PAC do governo Lula, estados da Amazônia brasileira se comportaram de forma diferente em relação à aceitação das determinações para a construção em massa de novas usinas na região – uma política pública com viés estadista.

No Pará, o pacto federalista entre Lula e a então governadora petista Ana Júlia Carepa reforçou o interesse na implementação da hidrelétrica de Belo Monte. Em contrapartida, em Rondônia, no governo de Ivo Cassol (PP), houve embate acerca da construção – já iniciada – das hidrelétricas de São Francisco e Jirau, no rio Madeira. Enquanto Cassol reivindicava os direitos de se posicionar diante da interferência federal, Ana Júlia recorria ao Ministério de Minas e Energia para tentar garantir a destinação de 20% da energia de Belo Monte aos autoprodutores instalados no Pará.

Este ambiente de embate político também foi visualizado nas audiências de Belo Monte, inclusive com a carga de propaganda eleitoral antecipada por conta da visibilidade oferecida pela metodologia dos eventos. Apesar do acesso restrito ao palco, oferecido de forma aparentemente democrática pelo governo petista, os opositores encontraram brechas para contrapor discursos e garimpar benefícios ao capital político. A estratégia era conseguir sensibilizar os representantes da plateia favoráveis ou não à construção da usina, a exemplo da declaração do senador Flexa Ribeiro (PSDB), na audiência pública de Altamira, que contou com mais de 6 mil pessoas no ginásio municipal:

Belo Monte é importante para o Brasil, mas o Pará tem que ser importante para Belo Monte. Não é o que está sendo exposto [nos esclarecimentos da empresa Leme]. Os editais precisam listar todas as obras estruturantes. Tudo precisa estar especificado... Que os estados e municípios que fornecem energia elétrica sejam tratados da mesma forma que os petrolíferos. (Informação verbal)

O então deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB), também na audiência pública de Altamira, reforçou a estratégia discursiva da oposição:

O “Brasil de Brasília” precisa da hidrelétrica. Precisa de energia para aumentar o desenvolvimento. Mas o “Brasil do Xingu”, da Transamazônica, o que vai ganhar com isso? Com o que o ‘Brasil de Brasília’ vai contribuir? Os royalties só vão entrar quando a usina estiver instalada. Assim, como vamos disputar com a mão de obra qualificada. A cidade [Vitória do Xingu] vai ser a cidade do lixo, a boca do lixo, como ocorreu em Tucuruí. A hidrelétrica só vai ser boa para o Brasil, se for boa para nosso povo.

5.2.3 Visibilidade como capital eleitoral

A representação do Executivo do Pará nas audiências públicas de Belo Monte mostrou evidências de uma das estratégias do PT no Estado para conquistar espaço em municípios da região do Xingu, um tradicional reduto tucano, vislumbrando a disputa eleitoral de 2010. A então governadora Ana Júlia Carepa escolheu estrategicamente seus representantes nas audiências: o chefe da Casa Civil do governo, Cláudio Puty, que se tornaria candidato a deputado federal; o deputado estadual Zé Geraldo, que concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados; e o deputado federal Paulo Rocha, que disputou uma das duas cadeiras paraenses no Senado.

As evidências encontradas indicam que os executivos municipais e o Executivo estadual, no interior das trocas originadas da política de governadores, diminuem custos de transação para influenciar o eleitor a partir da transformação das demandas identificadas em audiências públicas em estratégias de campanha. Ao destacar três dos seus principais candidatos às eleições para compor o palco oferecido pelas audiências, o PT paraense associa a eles a aura de benefícios socioeconômicos prometidos à região do Xingu com a construção da hidrelétrica.

Quem comanda o palco oferece espaço para a construção do discurso de que a usina levará uma infinidade de benefícios aos municípios diretamente afetados pela construção, fruto da “parceria” entre os executivos municipais do Estado, influenciando, assim, a construção da opinião pública. Esta situação remete à colocação de Habermas (2003) sobre como a esfera pública “sobrevive” na modernidade: como simulacro, com funções específicas de propaganda e caráter plebiscitário, em busca de consensos “quase-públicos”, formados por pessoas públicas institucionalmente autorizadas, com caráter manipulativo.

A publicidade, segundo Habermas (2003), que tinha como função mediar a discussão e a transparência do Estado sobre os assuntos coletivos dentro da esfera pública, tornou-se, no século 20, propaganda. Desta forma, levantamos a hipótese de que a ação estratégica do executivo estadual paraense nas audiências públicas de 2009 tenha influenciado o resultado das eleições proporcionais do ano seguinte.

Nas eleições majoritárias, contudo, o cenário previsto para a área, com maior expectativa para votos favoráveis ao PSDB, foi confirmado nos municípios da região do Xingu que serão diretamente afetados com a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Na disputa para o governo do Estado e à presidência da República, o PSDB garantiu ampla vantagem em relação ao PT em relação aos votos válidos. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – acessados em fevereiro de 2011 –, nas eleições para o governo do Pará, Simão Jatene (PSDB) teve a maioria dos votos válidos em Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo – nos dois turnos. Em Altamira, Ana Júlia Carepa (PT) não conseguiu sequer manter a segunda colocação no primeiro turno. Foi superada pelo candidato Domingos Juvenil (PMDB), nascido no município. Na disputa presidencial, José Serra (PSDB) teve ampla vantagem sobre Dilma Rousseff (PT) nos três municípios – em ambos os turnos.

Na concorrência ao Senado, Paulo Rocha (PT) teve a candidatura indeferida com base na Lei Complementar número 135, de 4 de junho de 2010, popularmente conhecida como “Lei da Ficha Limpa”. O TSE não divulgou o número de votos do candidato por municípios. O petista conseguiu 1.733.376 votos. Ele ficaria em terceiro lugar na disputa caso sua participação não fosse considerada nula. No entanto, o então deputado federal, mesmo com o capital político manchado pelo envolvimento nos casos de corrupção e compra de influência com partidos da base petista, conhecido como “escândalo do Mensalão”, conseguiu número de votos suficiente para, de fato, disputar uma das duas vagas paraenses contra o senador reeleito Flexa Ribeiro (PSDB) e o ex-deputado federal Jader Barbalho (PMDB).

Mas o resultado das eleições proporcionais mostra que a exposição de Cláudio Puty e Zé Geraldo nas audiências públicas pode ter surtido o efeito esperado pelo PT paraense nos três municípios do interior onde representaram o executivo estadual. Na disputa para a Câmara dos Deputados, os petistas conseguiram quatro cadeiras, enquanto os tucanos ficaram com três. Eleitos, Puty e Zé Geraldo se destacaram em Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, derrubando a influência de políticos do PSDB, capitaneados pelo também eleito Wandelkolk

Gonçalves – que foi um dos representantes da oposição nas audiências públicas. Os três estiveram entre os mais votados nos municípios citados.

Cláudio Puty, que concorria pela primeira vez nas eleições, conseguiu porcentagens expressivas no número de votos válidos nos municípios onde ocorreram as audiências e em outros domicílios eleitorais da região do Xingu. De acordo com o TSE, a maior porcentagem de votos válidos alcançada pelo atual deputado federal foi em Faro, com 28%, mas ele conseguiu surpreendentes 17% em Vitória do Xingu (em Altamira alcançou 2,2%. Em Brasil Novo, 1,4%). Zé Geraldo, com maior experiência em processos eleitorais e detentor de visibilidade mais robusta que o companheiro de legenda, conquistou 20% dos votos válidos em Brasil Novo, 10% em Vitória do Xingu e 8% em Altamira. Wandenkolk Gonçalves, que também explorou o palco oferecido pelas audiências públicas conseguiu uma vaga na Câmara dos Deputados com 37% dos votos válidos em Altamira, 26% em Vitória do Xingu e 18% em Brasil Novo.

5.5.4 Representações das audiências públicas na mídia

Se nas audiências públicas os atores dos movimentos sociais e demais organizações contrárias à implementação de Belo Monte não conseguiram lugar de fala, na mídia, especificamente no *corpus* desta etapa do trabalho, eles puderam se expressar. No entanto, precisamos avaliar de que forma essa exposição foi conferida e de que maneira os discursos foram colocados. Para comparar a análise de conteúdo coletado empiricamente nas audiências com a representação dos eventos na mídia, além do conteúdo de O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, acrescentamos a avaliação de material coletado nos jornais O Liberal e Diário do Pará, os mais influentes no Pará, para identificar se eles reproduzem textos enviados pelas agências de notícias dos três maiores jornais do País. Selecionamos 20 textos jornalísticos que tratam diretamente das audiências nas duas semanas em que elas foram realizadas, de 11 a 20 de setembro de 2009.

Para verificar quais atores sociais tiveram lugar de fala, optamos por listar todos os que foram representados nos textos jornalísticos com citações diretas, em uma analogia à metodologia de concessão de falas, de acesso ao palco, desenvolvida nas audiências públicas, apesar das características coercitivas citadas anteriormente. Representantes de 24 instituições governamentais, federais, ONGS,

civis, universidades, movimentos sociais, entre outros, tiveram acesso à visibilidade oferecida pelos jornais e puderam argumentar no debate midiático sobre a construção da usina. Das 56 ocorrências de falas, 39 (69,6%) foram contrárias a Belo Monte. Registramos 17 falas favoráveis (30,4%). O número de ocorrências de falas de cada instituição e a respectiva porcentagem em relação ao total do *corpus* estão listados na tabela 6. Em relação ao número de textos jornalísticos selecionados, 10 foram retirados de O Liberal (50%), três do Diário do Pará (15%), seis da Folha de S. Paulo (30%) e um de O Estado de S. Paulo (5%).

Tabela 6 - Perfil quantitativo da discussão da mídia

PERFIL QUANTITATIVO DA DISCUSSÃO NA MÍDIA		
Total de ocorrências nos 20 textos analisados: 56		
Contrários à construção da usina: 39 (69,6%)		
MST	2 (3,5%)	
OAB-PA	2 (3,5%)	
SPDH	1(0,01%)	
FAOR	4 (7,1%)	
MPE	5 (8,9%)	
MPF	7(12,5%)	
GPEE/UNAMA	1(0,01%)	
Xingu Vivo para Sempre		1(0,01%)
Pesquisadores		1(0,01%)
Moradores das áreas alvo		5 (8,9%)
Promotoria de Justiça-Altamira		1(0,01%)
Painel de Especialistas		4 (7,1%)
Defensoria Pública-Altamira		1(0,01%)
Paróquia de Vitória do Xingu		1(0,01%)
Indígenas		3 (5,3%)
Favoráveis à construção da usina: 17 (30,4%)		
Força Nacional	2 (3,5%)	
Ibama	3 (5,3%)	
Funai	1(0,01%)	
Governo do Pará	3 (5,3%)	
Federação Nacional dos Urbanitários		1 (0,01%)
Eletrobras	4 (7,1%)	
Eletronorte	1(0,01%)	
Prefeitura de Vitória do Xingu		1(0,01%)
EPE	1(0,01%)	

Fonte: autoria do autor (2011) com base em dados coletados na pesquisa.

Os dados coletados nos jornais mostram que a mídia foi solicitada e deu visibilidade aos principais grupos de oposição à construção da usina e que reclamaram de maior espaço para discussão das ideias nas audiências públicas. Representantes dos ministérios públicos do Estado do Pará (MPE) e Federal (MPF),

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), moradores das áreas que serão atingidas pela barragem, grupos indígenas e Painel de Pesquisadores Especialistas, juntos, conseguiram 53,3% das ocorrências de fala nos textos jornalísticos analisados. No entanto, as instituições governamentais que compuseram a mesa das audiências – Eletrobras, Eletronorte, IBAMA e representantes do governo do Pará – não tiveram a mesma visibilidade: 17,8% do total de falas. Esta análise levanta hipóteses sobre como estas instituições tiveram acesso ou encontraram obstáculos à visibilidade oferecida pelos jornais e sobre o modo de relação entre fonte e jornalista – as principais audiências, em Altamira e Belém, receberam a cobertura da imprensa nacional e internacional. No entanto, nos restringimos à análise do produto final dessas relações, os textos selecionados.

Apesar de ganhar espaço na mídia, o movimento contrário à construção de Belo Monte foi representado de forma semelhante à construída pelos representantes do governo federal presentes à mesa das audiências: desorganizado, com tendência à violência, academicamente passional e intolerante à metodologia utilizada para a discussão do EIA e do RIMA e pontos mais polêmicos do projeto de aproveitamento hidrelétrico. Em relação à audiência de Belém, quando ocorreu uma manifestação por conta da mudança do espaço para as discussões – a escolha de um teatro que restringiria a participação a 300 pessoas –, foi reforçada a imagem de que os movimentos sociais ficaram de fora do evento por conta de atos intransigentes e pelo descarte ao diálogo, como nos exemplos a seguir:

A audiência prosseguiu apenas com os representantes dos governos federal e estadual, que apoiam a construção da hidrelétrica, e empresários e madeireiros da região [...]. Sem maiores explicações, os indígenas deixaram o encontro por volta das 19 horas e não retornaram ao teatro. (O LIBERAL, 2009a).

Com faixas e cartazes, os índios, com apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) dançavam pintado para a guerra enquanto 20 homens da Força Nacional formavam um cordão de isolamento para evitar a invasão do auditório [...]. Sem acordo, a audiência se iniciou em meio a tumultos, mas foi logo interrompida. (O ESTADO DE S. PAULO, 2009c).

Textos sobre a audiência pública de Altamira retomaram o incidente ocorrido em maio de 2008, quando lideranças indígenas caiapós feriram um engenheiro da Eletrobras Paulo Fernando Rezende com um facão durante reunião. Naquele ano, o

jornal O Estado de S. Paulo publicou em sua capa uma fotografia do engenheiro ensanguentado e outra de Tuíra, com o facão (imagem 1). O material reforça a ideia de que a segurança na audiência – que reuniu cerca de 6 mil pessoas em um ginásio poliesportivo – foi garantida pela Força Nacional, apesar dos protestos.

Para que cenas como essa não voltassem a acontecer, a segurança foi reforçada: quase 300 homens, entre policiais militares, agentes da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança foram convocados [...]. Apesar da gritaria e protestos, não houve violência desta vez. (O LIBERAL, 2009b).

Imagem 1: recorde de capa do jornal O Estado de S. Paulo, edição de 21 de maio de 2008.



Fonte: O Estado de São Paulo (2008).

Santos (1996, p. 691) comenta a questão dos protestos, com destaque para a manifestação de indígenas:

A concepção gerada no âmbito do setor elétrico quanto à subordinação do “social” ao ambiente, esvaziou-se quando os índios do Xingu se mobilizaram contra a pretensão do setor elétrico em implantar as Uhs de Cararaô e Babaquara [antiga denominação do complexo Belo Monte]. Na ocasião, a mídia eletrônica colocou nas casas da maioria dos brasileiros as imagens de uma índia [Tuíra, liderança da etnia Caiapó] que de facão em punho cobrava de um dos diretores da Eletronorte a desistência do projeto. Mesmo assim, não se pode dizer que para o setor elétrico, como um todo, prevalecem hoje os interesses sociais sobre as demandas econômicas e técnicas.

Apesar de os textos mostrarem uma versão estigmatizada dos movimentos contrários à construção de Belo Monte, os jornais deram visibilidade a críticas contra o *modus operandi* das audiências públicas, sobretudo com um embate ferrenho entre as instituições governamentais que representavam o legislativo e os ministérios públicos do Estado e Federal. Além de representantes do MPE e MPF, a OAB também reforçou o discurso de que a metodologia das audiências se apresentou contraditória e cerceou a participação da sociedade civil.

O coordenador do Núcleo de Meio Ambiente do MPE, promotor Raimundo Moraes, diz que desde a primeira audiência, em Altamira, percebeu-se uma estratégia para impedir as críticas ao EIA elaborado por Camargo Corrêa e Odebrecht, empresas que deverão se candidatar ao serviço de construção da hidrelétrica. Um dos mecanismos apontados foi a composição da mesa expositora sem representantes do MP e da sociedade civil. (O LIBERAL, 2009c).

O mesmo texto citado anteriormente ressalta a visão empírica da metodologia de concessão de falas utilizada nas audiências:

Outro problema foi a delimitação do tempo destinado ao debate. Os procuradores, promotores, índios e demais participantes que já manifestaram críticas ao estudo [EIA] só tiveram direito a três minutos, cada, enquanto os representantes das empresas tiveram tempo livre. Em Altamira, por exemplo, a organização priorizou os discursos de muitos políticos favoráveis ao projeto. O resultado foi o esvaziamento da audiência pela população [...]. Por conta disso, os representantes do MP se retiraram do local. (O LIBERAL, 2009c).

Diante da pressão dos movimentos sociais e das denúncias feitas a partir da mídia, as instituições responsáveis pelas audiências também solicitaram lugar de fala nos jornais para rebater as acusações, com o mesmo discurso colocado durante os eventos: “tiveram direito à palavra, desde o empreendedor até o mais radicalmente contrário ao projeto. Tudo comprova que não houve cerceamento” (DIÁRIO DO PARÁ, 2009), afirmou o presidente do IBAMA, Roberto Messias Franco, referindo-se ao cumprimento, em tese, de todos os preceitos legais diante dos interessados em manifestar opiniões nas audiências públicas.

6 CONCLUSÕES

Abordar a relação entre mídia e políticas públicas voltadas à matriz energética brasileira transcende a análise de conteúdo de um *corpus* formado por itens jornalísticos extraídos de três jornais impressos. Implica avaliar a posição social do campo da mídia em um País como o Brasil, no qual os produtos das empresas midiáticas são vistos como relevantes fontes de informação – apesar do crescente acesso à educação e às redes sociais criadas na internet –, e a dinâmica do sistema dominante que intervém no processo seletivo dos acontecimentos e determina as condições de fabrico deles em notícias, quase sempre com foco e fins determinados, sejam eles econômicos, políticos, entre outros. As colocações de Habermas sobre a mudança estrutural da esfera pública e sobre o cada vez menor papel da mídia como vigilante dos poderes em prol da sociedade se mostram atuais neste trabalho, sobretudo quando verificamos, ancorados em uma base quantitativa, a reduzida, se não ínfima, presença do Poder Judiciário, das instituições de pesquisa e universidades independentes e da sociedade civil organizada na arena de debates oferecida pela mídia. A partir do conceito de campo de Bourdieu, evidenciamos que os campos midiático, político e econômico interagem entre si, em vias de mão dupla, e, em determinados momentos, até se confundem: um ator social agora pode transitar nas três áreas, ser político, dono de meios de comunicação e grande acionista do capital ao mesmo tempo.

A mídia, como instituição capaz de oferecer fragmentos da realidade à opinião pública, mostra a lógica desta teia de relacionamentos e reitera seus discursos. Não evidencia exatamente o que acontece no seio da sociedade, mas espelha com excelência a ação de atores que pertencem a grupos de pressão. A identificação das instituições privadas e dos sujeitos representantes do governo responsáveis por atender às demandas dos grupos de pressão reforça que a concentração dos meios de comunicação interfere na democracia brasileira porque a sociedade não consegue alcançar um mínimo de diversificação de conteúdos postos em circulação. Assim, cria-se um mecanismo para que opiniões privadas sobre determinados temas se tornem opiniões públicas. Mas nesse sentido é avaliar o conjunto das instituições que tornam as coisas públicas e o produto final da ação, sobretudo, dos jornalistas – um exemplo desta problemática é a estreita relação entre a direção do jornal O Estado de S. Paulo e a empreiteira Odebrecht.

A poderosa empresa “apoia” o curso de formação de jornalistas do Estadão e, ao mesmo tempo, concede “benefícios” aos repórteres do jornal que se apresentam como interferência na produção do conteúdo de forma isenta. No período entre 2008 e 2009 é comum nos rodapés de reportagens sobre a construção da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, a citação: o jornalista viajou a convite da Odebretch – a empreiteira lidera o consórcio responsável pelo empreendimento.

Ao longo dos quatro anos englobados pelo *corpus* da pesquisa, instituições governamentais voltadas à questão energética e seus representantes acumularam um maior número de ocorrências nos itens jornalísticos, mas sempre sob a sombra dos grupos de pressão da iniciativa privada, cujos atores se pronunciavam de forma compassada, estratégica, como se inoculassem os seus discursos ao longo das reportagens, ao ponto de culminar em uníssono com os interesses do poder público: empreiteiras e governo caminham lado a lado para a implementação de políticas públicas que manterão o crescimento acelerado do País, com desenvolvimento sustentável e energia limpa. Na mídia, os “verdadeiros governantes” são sempre invisíveis e desconhecidos da grande população – diluídos estrategicamente no conteúdo –, porém estão sempre presentes e são sempre poucos. Este trabalho contribui para a discussão das políticas públicas relacionadas à matriz energética brasileira e ao desenvolvimento da Amazônia porque considera a mídia como parte do sistema que determina essas políticas, por ser instrumento dos grupos de pressão para aumentar e reforçar o consenso em torno de posições políticas e econômicas dominantes. A instrumentalização dos meios de comunicação como forma de influenciar a opinião pública é tão potente quanto outra tradicional forma de pressão utilizado pela iniciativa privada: o financiamento de políticos do Executivo, bancadas do Legislativo e até na corrupção dos membros do Judiciário.

O resultado da análise de conteúdo do *corpus* selecionado para este trabalho pode ser adaptado ao esquema de persuasão de Laswell: *Who says what, to whom, with what effect?* (Quem disse que coisa, para quem, com qual efeito?). Entre 2001 e 2002, o grupo de pressão formado por FIESP, FIRJAN, ABDAN, ALCOA, Vale, Camargo Corrêa, Votorantim construiu a opinião matriz de que a exploração do potencial hídrico da Amazônia foi negligenciada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, cobrando soluções imediatas contra a ameaça de blecautes e prejuízos econômicos. Antônio Ermírio de Moraes (presidente da Votorantim),

Roger Agnelli (presidente da Vale), Horácio Lafer Piva (presidente da FIESP) e Eduardo Gouveia Vieira (presidente da FIRJAN) foram os atores que mais pressionaram o governo a modificar as decisões políticas ao longo do período, quando a análise de conteúdo mostra uma rápida mudança de FHC no rumo do planejamento elétrico do País em direção à região amazônica. Entre 2008 e 2009, o grupo de pressão composto por Odebrecht, Suez, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, além dos consórcios responsáveis pela construção das hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, mantiveram a opinião matriz anterior, mas acresceram uma crítica à lentidão governamental diante da necessidade de energia para o crescimento econômico nunca antes visto no País. Os interesses de Marcelo Odebrecht (presidente da Odebrecht) e Maurício Bähr (presidente da Suez no Brasil) polarizam os discursos. A ação do governo Lula foi criar uma força-tarefa, capitaneada pelo trio IBAMA, MMA e EPE, para a aceleração da burocracia na liberação de licenças para construção de empreendimentos.

Estas colocações resumem a resposta a nosso problema: como as políticas públicas relacionadas à matriz energética brasileira e o comportamento de grupos políticos, econômicos e sociais são representados nos três principais jornais do País em períodos de acirramento da crise energética, com as seguintes ponderações – relacionadas aos objetivos específicos:

a) O conteúdo apresentado pelo *corpus* mostra a Amazônia como província energética, fonte de energia elétrica, fruto da vocação para a área, por conta dos rios caudalosos, e necessária para o desenvolvimento econômico do Brasil;

b) As políticas públicas para o setor energético retomam características dos grandes projetos na Amazônia porque, mesmo após três décadas de regime democrático, os empreendimentos ainda priorizam somente as dimensões econômica e política do desenvolvimento. As dimensões social e ambiental são tratadas como empecilhos ao crescimento do País e vozes dissonantes são silenciadas ou coagidas;

c) Os grupos de pressão identificados na iniciativa privada reiteram o discurso – também colocado pelo governo federal – de que a energia hidrelétrica é limpa e silenciam alternativas à matriz energética brasileira – já que lucram com a construção de grandes barragens.

As conclusões deste trabalho também reforçam as seguintes características relacionadas à mídia nacional:

- a) A análise da relação entre a mídia e política ou qualquer outro campo social depende de uma avaliação da importância da cultura da mídia no Brasil;
- b) A dinâmica do poder de grupos dominantes interfere na produção dos acontecimentos em notícias, no seu enquadramento e na comunicação inserida na informação jornalística;
- c) No século 21, do Quarto Jornalismo⁵ e da Idade Mídia, o domínio dos conceitos relacionados à matriz energética brasileira é disputado entre grupos de poder. Parte dessa luta é travada no campo da mídia;
- d) Ao reconhecer que suas notícias são mercadorias, as empresas jornalísticas consideram que as informações voltadas à matriz energética brasileira são produtos à venda – consequentemente dependentes do processo de produção;
- e) As indústrias e conglomerados de mídia estão inseridos no conjunto de interesses de um determinado grupo de poder, ou vários;
- f) Com o crescimento das mídias audiovisuais e da internet, as empresas que mantêm jornais impressos estão cada vez mais dependentes do número de anunciantes como principal fonte de renda. Isto aumenta o poder de influência dos anunciantes – espaço no qual podem estar inseridos os governos e grupos de pressão, com verbas publicitárias – em relação ao conteúdo jornalístico do produto final.

⁵ Etapa atual do jornalismo, que se estende desde aproximadamente a década de 1970, marcada pelo crescente uso da informação eletrônica e interativa. Tem como valores dominantes impactos visuais, velocidade e transparência. Momento em que se altera drasticamente as funções do jornalista. (MARCONDES FILHO, 2002).

REFERÊNCIAS

- ABELA, J. **Las técnicas de análisis de contenido**: una revisión actualizada, 2000. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7061197/Andreu-J-Las-tecnicas-de-Analisis-de-Contenido-Una-Revision-Actualizada>>. Acesso em: 15 nov. 2009.
- ACEVEDO, R. Amazônia: o custo ecológico das hidrelétricas. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; e CASTRO, E. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: UFPA; NUMA; MPEG; Unamaz; UFPA; NAEA, 1996. p. 945. 2 v.
- ADORNO, T. **A Indústria Cultural**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALMEIDA, P. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma síntese histórica. Brasília, DF, [S. n.], 2004.
- ALTHEIDE, D. **Creating Reality**: How TV News Distorts Events. Beverly Hills: Sage, 1976.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.
- ANDRÉU, J. **Los españoles: opinión sobre si mismo, España y el mundo**. Análisis longitudinal escala de Cantril. Granada: Universidad de Granada, 1998.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Circulação de jornais impressos no Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://www.divinews.com/cidade/politica/8620-crise-reduz-tiragem-dos-grandes-jornais-a-velocidade-das-informacoes-e-a-gratuidade-matam-as-assinaturas.html>>. Acesso em: 22 mar. 2010.
- ARRETCHE, M. A agenda institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (S.I.), v. 22, n. 64, p. 143-151, 2006.
- BAILEY, E. Integração de tendências políticas na vantagem dinâmica. In: DAY, G.; REIBSTEIN, D. **A dinâmica de estratégia competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, F. Comunicação, uma luz no apagão. In: ROSA, M. **A era do escândalo**: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises da imagem (4. ed.). São Paulo: Geração Editorial, 2007, p. 152-185.
- BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **A efetividade do direito à informação ambiental**. Universidade de Brasília - Desenvolvimento Sustentável. 2004. 230 f. Dissertação (Mestrado em Centro de Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.
- BARROSO, P. Grupos de pressão no Brasil. **Revista Jurídica UNIJUS**, Uberaba, v. 3, n. 1, p. 115-124.nov. 2000,

BARROW, C. The environmental impacts of the Tucuruí dam on the middle and lower Tocantins river basin, Brazil. **Regulated Rivers**, v.1, p. 49-60, 1987.

BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BECKER, B. *et al.* Padrões de desenvolvimento, hidrelétricas e reordenação do território na Amazônia. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: UFPA; NUMA; MPEG; UNAMAZ; NAEA, 1996. p. 788. 2 v.

BECKER, B. O papel da Amazônia nos cenários para o planejamento ambiental. In: **Atlas dos ecossistemas brasileiros e os principais macrovetores de desenvolvimento**. Brasília, DF: MMA, 1995.

_____. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. (Org.). **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1996.

BELL, Daniel A. Democratic Deliberation: the problem of implementation. In: MACEDO, Stephen (ed.). **Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1999, p. 70 a 87.

BERMANN, C. A perspectiva da sociedade brasileira sobre a definição e implementação de uma política energética sustentável: uma avaliação da política oficial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: OPÇÃO PARA UMA POLÍTICA ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL NO BRASIL. 2002. Brasília, DF, **Anais...**Brasília, DF: Câmara dos Deputados, jun. 2002.

_____. Impasses and controversies of hydroelectricity. **Estudos Avançados** (S.I.), v. 21, n. 59, 2007.

BERQUÓ, E. **Bioestatística**. São Paulo: EPU, 1981.

BERTOL, S. In: Saúde em Zero Hora: Uma análise dos conteúdos publicados. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, XXVII edição, Belo Horizonte, 2003. **Anais...**Belo Horizonte, INTERCOM, 2003. 1 CD-ROM.

BONAVIDES, P. **Do estado liberal ao estado social**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

BOFF, L. Jornalismo Ambiental. In: NETHER, J. **Ecojornalismo impresso: análise do jornalismo ambiental em Porto Alegre**. 1998. 84 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Centro de Educação, Ciências Humanas e Letras, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 1998, mimeo.

BOURDIEU, P. L'emprise du journalisme. **Actes de La Recherches en Sciences Sociales**, Paris, Seuil, n. 101-102, p. 3-9, mar. 1994.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Matriz energética nacional 2030**. Brasília, DF: MME; EPE, 2007a.

_____. **Plano nacional de energia 2030**. Brasília, DF: MME; EPE, 2007b.

_____. **Relatório de impacto ambiental**. Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Brasília, DF: MME; ELETROBRÁS, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Brasil em Ação**, PPA 1996-1999. Governo Federal, Brasília, DF 1996.

_____. **Plano Avança Brasil**, PPA 2000-2003. Governo Federal, Brasília, DF, 2000.

_____. **Plano Brasil de Todos**, PPA 2004-2007. Governo Federal, Brasília, DF 2004.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUENO, W. **Os novos desafios do jornalismo científico**. Disponível em: <<http://www.jornalismocientifico.com.br/artigojornacientificowbuenodesafios.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2006.

BUSCH, A. **Brasil, país do presente**. O poder econômico do "gigante verde". São Paulo: Editora Cultrix, 2010.

CAL, Danila. Deliberação, mídia e o "politicamente correto": considerações sobre o caso do trabalho infantil doméstico no Pará. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: COMPOLÍTICA, 1., **Anais...** 2006. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2010/11/Cal_2006.pdf. Acesso em: 5 fev. 2011.

CAMARGOS, R. **Estado e empreiteiros no Brasil**: uma análise setorial. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, Campinas, SP, 1993.

CANO, W. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 6., 1988, Olinda. **Anais...** Olinda. 1988, p. 67-100.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Análise integrada do desenvolvimento. In: CARDOSO, F.H; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARVALHO, G. Histórico e impacto das políticas públicas na Amazônia. In: BARROS, A. (Org.). **Sustentabilidade e democracia para as políticas públicas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASR; IPAM, 2001.

CARVALHO, J. A construção e desconstrução do sistema hidrelétrico brasileiro. In: BRANCO, A. (Org.). **Política energética e crise de desenvolvimento**: a antevisão de Castelo Branco. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 97-116.

CARVALHO, N. De Estocolmo à ECO 92. In: RESENDE, P. (Org.). **Ecologia, Sociedade e Estado**. São Paulo: Educ, 1995.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**. O novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARADEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARON, J. M. **Cartes de Presse**. Enquête sur lesjournalistes. S.I., Stock, 1993.

CHAUÍ, M. Simulacro e poder. **Uma análise da mídia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COHN, R. Learning from crisis: as the curtain rises. **The public relations strategist**, Nova Yorke, PRSA, v. 2, n. 2, p. 26-30, 1996.

COSTA, C. **Modernidade líquida, comunicação concentrada**, 2006. Observatório da Imprensa. Disponível em: <[Http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=351IPB012](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=351IPB012)>. Acesso em: 10 mar. 2010.

COSTA, F. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 53, p. 131-156, jan./abr. 2005.

DEACON, D.; GOLDING, P. **Taxation and representation**. Londres: John Libbey, 1994.

DENKER, A.; KUNSCH, M. **Comunicação e meio ambiente**. (Org. Col. Intercom n. 5). São Bernardo do Campo: INTERCOM-IMS, 1996.

DIÁRIO DO PARÁ. **IBAMA contesta acusações em audiência**. Belém, set. 2009, Seção Primeiro Caderno, p. A7.

DRYZEK, John S. **Deliberative democracy and beyond**: liberals, critics, contestations. Nova Iorque: Oxford, 2000.

DUTRA, M. **A natureza da TV**: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta. Belém: NAEA; UFPA, 2005.

DYE, T. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

EASTON, D. **A framework for political analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964.

ELETROBRÁS. **Sistema de Informação do Potencial Hidrelétrico, (SIPOT)** jul. 2009.

ELETRONORTE. **Cenários Socioenergéticos da Amazônia (2000- 2020)**. [S.l: s.n], 2000.

ENZENSBERGER, H. **Culture ou mise en question?** Paris, Union Générale [S.l: s.n],1973.

EPSTEIN, I. **Divulgação científica**: 96 verbetes. Campinas, SP: Pontes, [S.l: s.n], 2002.

EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; e SKOPOL, T. **Bringing thr state back**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FARIA, C. Idéias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (S.l.), v. 18, n. 51, fev 2003, p. 21-29.

FEARNSIDE, P. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases do efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v 12, n. 2, dez 2009, p. 5-56.

_____. Migração, colonização e meio ambiente: o potencial dos ecossistemas amazônicos. In: FERREIRA, E. et al (Ed.). **Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia**. Manaus, v. 2, p. 247-267, 1993.

FERNANDES, F; SOUZA, C. **Mídia e meio ambiente**: limites e possibilidades. Disponível em: <<http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/midiaemeioambiente-N2-2002.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2005.

FERNANDES, F. **O papel da mídia na defesa do meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/opapelmidia-N2-2001.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

FIGUEIREDO, Isabella Lira. **Comunicação como instrumento de gestão ambiental**: a participação social nos processos de licenciamento ambiental do setor elétrico. 2002 215 f. Dissertação (Mestrado em. Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

FLEISCHER, D. Reforma política e financiamento das campanhas eleitorais. In: SPECK, B. et al. **Cadernos Adenauer 10: os custos da corrupção**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

FRANK, A. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. Brasília, DF: Brasiliense, 1980.

_____. **Reflexões sobre a crise econômica mundial**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GALTUNG, J; RUGE, M.H. The Structure of foreign news. **Journal of International Peace Research**, [S.l: s.n],1965.

GARCIA, M. **Ocupação do território e impactos ambientais: o papel dos grandes projetos de eletrificação da Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Niterói : [s.n.], 2006. mimeo.

GOMES, W. Opinião pública política hoje: uma investigação preliminar. In: FAUSTO NETO et al. **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 61-82.

GONÇALVES, C. Impacto ambiental e regime político. In: COSTA, A. et al. **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

GOLDING, P. The missing dimensions. News media and management of social change. In: KATZ, E; SZECSKÖ, T. (Ed.). **Mass Media and Social Change**. Beverly Hills: Sage, 1981.

GUICHENEY, Hellen. **Deliberação e problematização socioambiental em torno da PCH-Aiuruoca: A constituição política da categoria de atingidos**. 2008 195 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)-Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais: UFMG, 2008.

HABERMAS, J. **Era das transições**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

_____. O Espaço Público 30 anos depois. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, ano 7, n. 12, Rio de Janeiro, 1999.

_____. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: **Direito e Democracia: entre faticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v.2, p. 57 - 123.

_____. **Strukturwandel der Öffentlichkeit.** Untersuchung zu einer Kategorie der bürgerlichen Öffentlichkeit. Neuwied, 1965.

_____. **The Structural Transformation of Public Sphere.** Cambridge: Polity Press, 1962.

HALL, A. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HANSEN, A (Ed.). **The mass media and environmental issues.** Studies in communication and society. 2. ed. Leicester: Leicester University Press, 1994.

HILGARTNER, S.; BOSK, C. The rise and the fall of social problems: a public arenas model. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 1, p. 53-78, 1988.

IBGE. **Anuário Estatístico.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1991.

JOHN, L. Imprensa, Meio Ambiente e Cidadania. **Revista Ciência & Ambiente – Divulgação Científica.** v.1, n. 1, p. 87-94, jul. 1990.

KEPPLINGER, H. M. (ed.). **Angepasste Aussenseiter.** Freiburg, 1973.

KHEL, M.; BUCCI, E. **Videologia.** São Paulo: Boitempo, 2005.

KOSICKI, G. Problems and Opportunities in Agenda-Setting Research. **Journal of Communication**, v. 43, n.2, 1993.

KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo:** Norte e Sul: manual de comunicação. Rafael Vieira, (Trad.). 2. ed. São Paulo: EDUPA, 2002.

KUNSCH, M. A comunicação para o desenvolvimento sustentável na sociedade globalizada. In: DENKER, A.; KUNSCH, M. **Comunicação e meio ambiente.** (Org.). São Bernardo do Campo: INTERCOM-IMS, 1996, p. 113-123.

LANG, K; LANG, G. Los mass media y las elecciones, 1966. In: MORAGAS, M. (ed). **Sociologia de la Comunicación de Masas: propaganda política y opinión pública.** Barcelona: Gustavo Gili, 1985. v. 3, p. 89-90.

LASCH, C. **Cultura do narcisismo.** Rio de Janeiro: imago, 1983.

LASWELL, H. **Politics: who gets what, when, how.** Cleveland: Meridian Books, 1958.

LIMA, V. **Mídia, crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LINDBLOM, C. The science of mudding through. **Public Administration Review**, v 19, p. 78-88, 1959.

LOCATELLI, Carlos. A comunicação do estado, do mercado e da sociedade civil em torno da usina hidrelétrica Foz do Chapecó. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO

BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: COMPOLÍTICA, 3., 2010. **Anais...** Disponível em: http://www.compolitica.org/internas/pdfs/3Congresso/carlos_locattelli.pdf. Acesso em: 5 fev. 2011.

LOWI, T. American business, public policy, case studies and political theory. **World Politics**, vol 16, 1964, p. 677-715.

_____. Four systems of policy, politics and choice. **Public Administration Review**, v 32, p. 298-310, 1972.

LYNN, L. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis**. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MACQUAIL, D. **Introducción a la teoría de la comunicación de masas**. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1991.

MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; e CASTRO, E. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: UFPA; NUMA; MPEG; UNAMAZ; UFPA; NAEA, 1996. 2 v.

MAHAR, D. Políticas de desenvolvimento para a Amazônia: passado e presente. In: MAHAR, D. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1978, p. 7-48.

MARCHETTI, D. Les révélations du "journalisme d'investigation". **Actes de La Recherches en Sciences Sociales**, Paris, Seuil, n. 131-132, p. 30-40, mar. 2000.

MARCH, J.; e OLSEN, J. **Democratic governance**. New York: The Free Press, 1995.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Haker Editores, 2002.

MARQUES, E. Estado e empreiteiras na comunidade de políticas urbanas no Rio de Janeiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 mar. 2010.

MARTIN, N. A estratégia empresarial de captura do poder público. In: ENCONTRO DA ANPAD, 27., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo, set. 2003.

MATTELART, A. **Comunicação-mundo: história das idéias e estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 246-297.

MATUS, C. **Adeus senhor presidente**. Recife: Litteris, 1989.

MAYRING, P. Qualitative Content Analysis. **Forum: qualitative social research**. v. 1, n. 2, 2000. Disponível em: em <<http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-00/2-00mayring-e.htm>>. Acesso em 11 mar. 2009.

McCOMBS, M. Explores and Surveyors: Expanding Strategies for Agenda-Setting Research. **Journalism Quarterly**, v.36, 1992.

McCOMBS, M.; SHAW, D. The Agenda-Setting Function of the Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, 1972.

MCGRATH, D. Biosfera ou biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: XIMENES, T (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: NAEA, 1997.

MEAD, L. Public policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, fev. 1995, p. 1-4.

MEDEARIS, John. Social Movements and Deliberative Democratic Theory. **British Journal of Political Science**, Cambridge University Press, n. 35, p. 53 – 75, 2004.

MIGUEL, L. "Os meios de comunicação e a prática política". Lua Nova, n.55-56: p.155-184. São Paulo, 2002.

MILANEZ, F. Movimento Ambientalista e Jornalismo Ambiental. In: NETHER, J. **Ecojornalismo impresso: análise do jornalismo ambiental em Porto Alegre**. 1998. 84 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo)- Centro de Educação, Ciências Humanas e Letras, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 1998. Mimeo.

MILLER, D.; WILLIAMS, K. Negotiating HIV/AIDS Information: Agendas, Media Strategies and the News. In: Glasgow University Media Group. **Getting The Message: News, Truth and Power**. London & New York: Routledge, 1993.

MIRANDA, L. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação**. Por uma teoria da comunicação praxiológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. (Coleção comunicação, 34).

MONTERO, M. D. **La información periodística y su influencia social**. Barcelona: Labor, 1993.

MONTICELI, J. Usinas hidrelétricas: impactos sociais e ambientais e a elaboração dos projetos. In: COSTA, A. et al. **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

MORAGAS, M. (Ed). **Sociologia de la comunicación de masas: propaganda política y opinión pública**. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.

MORET, A. Planejamento elétrico para o Estado de Rondônia. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: UFPA; NUMA; MPEG; UNAMAZ; UFPA; NAEA, 1996. 2 v. p. 3.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MYERS, N. **The primary source: tropical forests and our future.** Nova York: Norton, 1985.

NASCIMENTO, R. **A problemática da esfera pública no pensamento de Jürgen Habermas,** 2010. Disponível em: <<http://www.politicohoje.com/ojs/include/getdoc.php?id=348...pdf>>. Acesso em 9 mar. 2010.

NOGUEIRA, N. O megatrend vira negócio. **Mercado Global.** São Paulo, Rede Globo, Central Globo de Marketing. ano 19, n. 86, 2. trimestre de 1992, p. 30.

O ESTADO DE S. PAULO **Argumentos imprecisos.** São Paulo, out., 2009^a. Seção Economia, p. B2.

_____. **Debate contra hidrelétrica vira neura.** São Paulo, dez. 2009b. Seção Economia, p. B8.

_____. **Índios protestam contra Belo Monte.** São Paulo, set. 2009c. Seção Economia, p. B10.

_____. Racionamento ameaça o Brasil. São Paulo, jul. 2008. Seção Economia, p. B7.

O LIBERAL (jornal). **Audiência pública acaba em tumulto.** Belém, set. 2009^a. Seção Atualidades, p. 5.

_____. **Audiência sobre Belo Monte lota ginásio.** Belém, set. 2009b. Seção Poder, p. 3.

_____. **MP quer anular audiências sobre usina.** Belém, set. 2009c. Seção Atualidades, p. 9.

O GLOBO. **Panorama político.** Rio de Janeiro, nov. p. 2, 2006a.

_____. **Panorama político.** Rio de Janeiro, nov. p. 5, 2006b.

PASQUINO, G. Grupos de pressão. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 6. ed. Brasília, DF: UnB, 1994. v 1.

PATRÍCIO, D. **Poder, grupos de pressão e meios de comunicação.** Blumenau: EDFURB, 1998.

PETERS, B. **American public policy.** Chatham: Chatham House, 1986.

PINTO, L. **Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo?.** Belém: Jornal Pessoal, 2002.

PINGUELLI ROSA, L. Hidrelétricas e meio ambiente na Amazônia. Análise crítica do Plano 2010. **Revista Brasileira de Energia,** 1989, p. 7-24.

RAMONET, I. **La tyrannie de la communication**. Paris: Galilée, 1999.

RAMOS, F. A. **Meio Ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: ANNABLUME; FAPESP, 1995.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 5. ed.. São Paulo: Cortez, 2002.

RITSERT, J. **Inhaltsanalyse und Ideologiekritik: ein versuch über kritische sozialforschung**. Frankfurt: Athenäum, 1972.

RODRIGUES, A. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

RUBIO, D. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos *versus* fundos privados. **Novos estud. (CEBRAP)**, n.73, p. 6-16, 2005,

RUDZIO, W. **Das politische system der bundesrepublik deutschland**. Opladen: Leske e Budrich, 1983.

RYGAARD, C. **Ascensão e queda do verde na mídia**. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ofjor/ofc210820024p.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2003.

SAMUELS, D. Financiamento de campanhas no Brasil e proposta de reforma. In: SOARES, G; RENNO, L. (Org.). **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 133-153.

SANTOS, S. Notas sobre o deslocamento compulsório de populações indígenas em consequencia da implantação de hidrelétricas na Amazônia. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: UFPA; NUMA; MPEG; UNAMAZ; UFPA/NAEA, 1996. 2 v. p. 689.

SCHUCK, R. **O PAC e o abastecimento de energia no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGENTES DO SETOR ELÉTRICO (ENASE), 4., **Anais...**, set. 2007). Disponível em: <www.zonaeletrica.com.br/downloads/.../MME_Ronaldo_Schuck.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2009.

SEVÁ FILHO, A. Quem inventa o pânico, que se explique, que sofre a ameaça, que se organize. In: COSTA, A. et al. **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

_____. (Org.). **Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SILVA E SILVA, M. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA E SILVA, M (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática**. São Paulo: Veras, 2001, p. 37-93.

SILVA, F. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia**. n. 35, p.117-138, abr. 2001,. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2010.

SODRÉ, M. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 74.

_____. **A comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. 12. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1992.

_____. A televisão é a voz do mercado. **A Tarde**, Salvador, 10 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.abert.org.br>>. Acesso em: 5 abr. 2003.

SOLNIK, A. **A guerra do apagão**: a crise de energia elétrica no Brasil. São Paulo: SENAC, 2001.

SOUSA, J. P. **As notícias e os seus efeitos**: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos média jornalísticos, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

_____. **Elementos de jornalismo impresso**, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2006.

SOUZA, C. **Para pensar a relação mídia**: meio ambiente. Disponível em: <http://www.abjc.org.br/artigos/art_180404.htm>. Acesso em: 23 mar. 2004.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STEINBERGER, M. **Discursos geopolíticos da mídia**: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: EDUC; FAPESP; Cortez, 2005.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. 2. ed.. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

TRIGUEIRO, A. Meio ambiente na idade mídia. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio Ambiente no Século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 75-89.

TUATHAIL, G. **Critical geopolitics**. London: Routledge, 1996.

_____. Postmodern Geopolitics. In: TUATHAIL, G ; DALBY, S. (Org.). **Rethinking geopolitics**. New York: Routledges, 1998.

WEBER, M. Zu einer Soziologie des Zeitungwesens. In: SILBERMANN, A. (Ed.). **Reader Massenkommunikation**. Bielefeld, 1969 1. ed. 1910.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

_____. **Teorias da Comunicação**. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

VAINER, C. Os grandes projetos e organização territorial: os avatares do Planejamento Regional. In: MARGULLIS, S. (Ed.). **Meio Ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

VAN DIJK, T.A. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990.

VERÓN, E. Les médias en reception: les enjeux de la complexité. **Mediaspouvoir**, Paris: Bayard Presse, n. 21, janvie-fevrier-mars, 1991.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed.. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANCHETTA, I. **A polêmica da usina de Belo Monte**, 2008. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>>. Acesso em: 15 set. 2008.

ZYLBERSZTAJIN, D. **O contexto regional e o planejamento energético para a Amazônia**. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; e CASTRO, E. (Org.). Energia na Amazônia. Belém: UFPA; NUMA; MPEG; UNAMAZ; UFPA; NAEA, 1996. 2 v. p. 27.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - Tabelas Com Número de Ocorrências de Instituições e Atores
(Divididas Por Jornal e Ano)**

ANÁLISE QUANTITATIVA - O GLOBO (2001)
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 29
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES
Poder Executivo/Federal 14 (29,78%)
ONS 6 (12,76%)
ANEEL 4 (8,51%)
BNDES 3 (6,38%)
Poder Executivo/Estadual-Pará 3 (6,38%)
COPPE/UFRJ 2 (4,25%)
FIESP 2 (4,25%)
MME 2 (4,25%)
ABDAN 1 (2,12%)
ALCOA 1 (2,12%)
ANP 1 (2,12%)
Eletrobras 1 (2,12%)
FIRJAN 1 (2,12%)
Iberdrola 1 (2,12%)
O Globo/Editorial 1 (2,12%)
Oposição a FHC 1 (2,12%)
Pesquisadores autônomos 1 (2,12%)
Poder Legislativo/Senado 1 (2,12%)
Votoranim 1 (2,12%)
Total: 47 (100%)
OCORRÊNCIAS - ATORES
Pedro Parente – ministro-chefe da Casa Civil 7 (20%)
FHC – presidente da República 5 (14,28%)
Francisco Gros – presidente do BNDES 4 (11,42%)
Almir Gabriel – governador do Pará 3 (8,57%)
Mario Santos - presidente do ONS 3 (8,57%)
José Mario Abdo – diretor-geral da ANEEL 2 (5,71%)
Maurício Tolmasquim – pesquisador do COPPE/UFRJ 2 (5,71%)
Adilson Oliveria – coord. grupo crise energética FIRJAN 1 (2,85%)
David Zylbersztain – diretor-geral da ANP 1 (2,85%)
Firmino Sampaio – presidente da Eletrobras 1 (2,85%)
Jader Barbalho – presidente do Senado 1 (2,85%)
Lula – oposição a FHC 1 (2,85%)
Mauro Arce – diretor do CGCE 1 (2,85%)
Ministro José Jorge – MME 1 (2,85%)
Ronaldo Fabrício – presidente da ABDAN 1 (2,85%)
Sandra Cavalcante – pesquisadora autônoma 1 (2,85%)
Total: 35 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - FOLHA DE S.PAULO (2001)	
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 26	
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES	
ONS	7 (14,58%)
FIESP	5 (10,41%)
COPPE/UFRJ	4 (8,33%)
Eletronorte	4 (8,33%)
Poder Executivo/Federal	4 (8,33%)
BNDES	3 (6,25%)
Eletrobras	2 (4,16%)
MAE	2 (4,16%)
Pesquisadores autônomos	2 (4,16%)
Poder Executivo/Estadual-Pará	2 (4,16%)
Poder Executivo/Municipal-Belém	2 (4,16%)
ABDIB	1 (2,08%)
ALBRAS	1 (2,08%)
ALUMAR	1 (2,08%)
ANEEL	1 (2,08%)
Camargo Corrêa	1 (2,08%)
CESP	1 (2,08%)
CHESF	1 (2,08%)
MME	1 (2,08%)
Poder Legislativo/Senado	1 (2,08%)
Unicamp	1 (2,08%)
Votorantim	1 (2,08%)
Total:	48 (100%)
OCORRÊNCIAS - ATORES	
Luiz Pinguelli Rosa – pesquisador do COPPE/UFRJ	3 (16,66%)
Almir Gabriel – governador do Pará	2 (11,11%)
Edmilson Rodrigues – prefeito de Belém	2 (11,11%)
FHC – presidente da República	2 (11,11%)
José Antônio Muniz – presidente da Eletrobras	2 (11,11%)
Antônio Ermírio de Moraes – presidente da Votorantim	1 (5,55%)
Horácio Lafer Piva – presidente da Fiesp	1 (5,55%)
Jader Barbalho – presidente do Senado	1 (5,55%)
Luiz Carlos M. de Barros - pesquisador autônomo	1 (5,55%)
Maurício Tolmasquim – pesquisador do COPPE/UFRJ	1 (5,55%)
Ministro José Jorge – MME	1 (5,55%)
Pedro Parente – ministro-chefe da Casa Civil	1 (5,55%)
Total:	18 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - O ESTADO DE S. PAULO (2001)	
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 79	
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES	
MME	10 (9,09%)
O Estado de S. Paulo/Editorial	10 (9,09%)
Poder Executivo/Federal:	10 (9,09%)
ANEEL	8 (7,27%)
Eletronorte	6 (5,45%)
USP	6 (5,45%)
COPPE/UFRJ	5 (4,54%)
Pesquisadores autônomos	4 (3,63%)
FIESP	3 (2,72%)
Poder Legislativo/Senado	3 (2,72%)
ABDIB	2 (1,81%)
BNDES	2 (1,81%)
Eletrobras	2 (1,81%)
FIPE	2 (1,81%)
Poder Legislativo/Câmara Federal	2 (1,81%)
ABAL	1 (0,90%)
ABDAN	1 (0,90%)
ABIFA	1 (0,90%)
ABIVIDRO	1 (0,90%)
ABRACE	1 (0,90%)
ABRADEE	1 (0,90%)
ABRATE	1 (0,90%)
ALCOA	1 (0,90%)
ASMAE	1 (0,90%)
Associação Brasileira de Embalagem	1 (0,90%)
Billinton	1 (0,90%)
BID	1 (0,90%)
CESP	1 (0,90%)
CNPE	1 (0,90%)
Consultoria Tendências	1 (0,90%)
EDP Brasil	1 (0,90%)
Enenconsult	1 (0,90%)
FGV	1 (0,90%)
FIIPA	1 (0,90%)
Grupo Rede	1 (0,90%)
INMET	1 (0,90%)
Instituto Ilumina	1 (0,90%)
ISA	1 (0,90%)
Ministério do Planejamento	1 (0,90%)
MMA	1 (0,90%)
MPF-PA	1 (0,90%)
ONS	1 (0,90%)
Poder Executivo/Estadual-Minas Gerais	1 (0,90%)
Poder Executivo/Estadual-Pará	1 (0,90%)
PUC-RIO	1 (0,90%)
STJ	1 (0,90%)
Tendência Consultoria	1 (0,90%)
Tendências Consultoria Integrada	1 (0,90%)
UFRJ	1 (0,90%)
Vale	1 (0,90%)
Total:	110 (100%)

OCORRENCIAS – ATORES
Ministro José Jorge – MME 7 (9,72%)
José Goldemberg – consultor do CENPE 4 (5,55%)
FHC – presidente da República 3 (4,16%)
Maurício Tolmasquim – pesquisador do COPPE/UFRJ 3 (4,16%)
Antônio Ermírio de Moraes – presidente da Votorantim 2 (2,77%)
Heron do Carmo – coordenador da FIPE 2 (2,77%)
Ildo Sauer – pesquisador da USP 2 (2,77%)
José Mario Abdo – diretor-geral da ANEEL 2 (2,77%)
Luiz Gonzaga Belerti – diretor de infraest. da FIESP 2 (2,77%)
Pedro Parente – ministro-chefe da Casa Civil 2 (2,77%)
Almir Gabriel – governador do Pará 1 (1,38%)
Armando Franco – economista Consultoria Tendências 1 (1,38%)
Arthur Virgílio – deputado federal (PSDB-AM) 1 (1,38%)
Augusto Athayde – presidente do INMET 1 (1,38%)
Augusto Dias Leite – pesquisador da UFRJ 1 (1,38%)
Cláudio Considera – consultor econômico de FHC 1 (1,38%)
Danilo Remor – presidente da FIEPA 1 (1,38%)
Eduardo Bernini – diretor-presidente da EDP Brasil 1 (1,38%)
Fábio Silveira – economista da Tendência Consultorias 1 (1,38%)
Fanny Ricardo – antropóloga do ISA 1 (1,38%)
Fernando Quartiza – presidente do Grupo Rede 1 (1,38%)
Fernando Rufatto – gerente de expansão - Eletronorte 1 (1,38%)
Firmino Sampaio – secretário-executivo da Eletrobras 1 (1,38%)
Gio Gravazzi – diretor de infraestrutura da FIESP 1 (1,38%)
Henrique Iglesias – presidente do BID 1 (1,38%)
Itamar Franco – governador de Minas Gerais 1 (1,38%)
Jader Barbalho – senador (PMDB-PA) 1 (1,38%)
Jório Dauster – presidente da Vale 1 (1,38%)
José Antônio Muniz – presidente da Eletronorte 1 (1,38%)
José Augusto Adib – presidente da ABDIB 1 (1,38%)
José Genoíno – deputado federal (PT-SP) 1 (1,38%)
José Raya – presidente da ABIFA 1 (1,38%)
Louise Land Lomardo – pesquisadora do COPPE/UFRJ 1 (1,38%)
Luigi Gavna-Bianchi – presidente da Enenconsult 1 (1,38%)
Luiz Carlos Guimarães – diretor da ABRADÉE 1 (1,38%)
Luiz Gonzaga – secretário-executivo do MME 1 (1,38%)
Mailson da Nóbrega – Tendências Consult. Integrada 1 (1,38%)
Mariângela Conrado – diretoria da Simonsen Asses. 1 (1,38%)
Mário Santos – diretor-presidente do ONS 1 (1,38%)
Ministro Sarney Filho – MMA 1 (1,38%)
Mitsumori Sodeyama – presidente da ASMAE 1 (1,38%)
Omorio Kitayama – assessor da Única Consultoria 1 (1,38%)
Osmar Vieira – ações energéticas da Eletronorte 1 (1,38%)
Paulo Costa Leite – presidente do STJ 1 (1,38%)
Renan Calheiros – senador (PMDB-AL) 1 (1,38%)
Roberto Macedo – pesquisador da FIPE 1 (1,38%)
Rodolpho Tourinho – ministro de Minas e Energia 1 (1,38%)
Rogério Werneck – pesquisador da PUC-RIO 1 (1,38%)
Romulo Pereira D'Araújo – diretor do Instituto Ilumina 1 (1,38%)
Ronaldo Fabrício – conselheiro da ABDAN 1 (1,38%)
Rubens Rollo – juiz do MPF-PA 1 (1,38%)
Sandra Cavalcanti – pesquisadora autônoma 1 (1,38%)
Sérgio Haberfeld – presidente da A B Embalagem 1 (1,38%)
Total: 72 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - O GLOBO - 2002
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 14
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES
FIRJAN 3 (27,07%)
MME 2 (15,38%)
Poder Executivo/Federal 2 (15,38%)
ABDIB 1 (7,69%)
ANEEL 1 (7,69%)
BNDES 1 (7,69%)
COPPE/UFRJ 1 (7,69%)
Eletrobras 1 (7,69%)
PT 1 (7,69%)
Total: 13 (100%)
OCORRÊNCIAS - ATORES
Eduardo Gouveia Vieira - presidente da FIRJAN 3 (27,27%)
Cláudio Ávila – presidente da Eletrobras 1 (9,09%)
Eleuzar de Carvalho Filho – presidente do BNDES 1 (9,09%)
FHC – presidente da República 1 (9,09%)
José Augusto Mayer – presidente da ABDIB 1 (9,09%)
Luiz Pinguelli Rosa – comitê de energia do PT 1 (9,09%)
Maurício Tolmasquim – pesquisador do COPPE/UFRJ 1 (9,09%)
Ministro Francisco Gomide – MME 1 (9,09%)
Ministro José Jorge – MME 1 (9,09%)
Total: 11 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - FOLHA DE S. PAULO (2002)
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 18
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES
FIESP 4 (14,28%)
ONS 3 (10,71%)
Poder Executivo/Federal 3 (10,71%)
ANEEL 2 (7,14%)
COPPE/UFRJ 2 (7,14%)
Inter Expansión 2 (7,14%)
PT 2 (7,14%)
Albergoa 1 (3,57%)
ALCOA 1 (3,57%)
CEEE 1 (3,57%)
CPFL 1 (3,57%)
Elecnor-Isolux 1 (3,57%)
Hot Line 1 (3,57%)
IBAMA 1 (3,57%)
MMA 1 (3,57%)
Schahim 1 (3,57%)
Votorantim 1 (3,57%)
Total: 28 (100%)
OCORRÊNCIAS - ATORES
Horário Lafer Piva – presidente da FIESP 4 (30,76%)
FHC –presidente da República 2 (15,38%)
Luiz Pinguelli Rosa - comitê de energia do PT 2 (15,38%)
Antônio Ermírio de Moraes – presidente da Votorantim 1 (7,69%)
Luiz Pinguelli Rosa - pesquisador do COPPE/UFRJ 1 (7,69%)
Mário Santos – diretor-presidente do ONS 1 (7,69%)
Maurício Tolmasquim – pesquisador do COPPE/UFRJ 1 (7,69%)
Pedro Parente – ministro-chefe da Casa Civil 1 (7,69%)
Total: 13 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - O ESTADO DE S. PAULO (2002)	
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 37	
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES	
Poder Executivo/Federal	8 (24,24%)
ANEEL	5 (15,15%)
MME	5 (15,15%)
Vale	3 (9,09%)
ALCOA	2 (6,06%)
BNDES	2 (6,06%)
ABDIB	1 (3,03%)
ALCAN	1 (3,03%)
Billinton	1 (3,03%)
Eletrobras	1 (3,03%)
Eletronorte	1 (3,03%)
ONS	1 (3,03%)
USP	1 (3,03%)
Votorantim	1 (3,03%)
Total:	33 (100%)
OCORRÊNCIAS - ATORES	
FHC-presidente da República	6 (31,57%)
Ministro José Jorge – MME	4 (21,05%)
Pedro Parente – ministro-chefe da Casa Civil	2 (10,52%)
Roger Agnelli – presidente da Vale	2 (10,52%)
Antônio Ermírio de Moraes – presidente da Votorantim	1 (5,26%)
José Augusto Marques – presidente da ABDIB	1 (5,26%)
José Goldemberg – pesquisador da USP	1 (5,26%)
José Mário Abdo – diretor-geral da ANEEL	1 (5,26%)
Mário Santos – diretor-presidente do ONS	1 (5,26%)
Total:	19 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - O GLOBO (2008)	
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 43	
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES	
Poder Executivo/Federal	10 (11,11%)
EPE	8 (8,88%)
ANEEL	7 (7,77%)
MMA	6 (6,66%)
MME	6 (6,66%)
Odebrecht	6 (6,66%)
Camargo Corrêa	5 (5,55%)
IBAMA	5 (5,55%)
Suez	4 (4,44%)
FIRJAN	3 (3,33%)
Madeira Energia	3 (3,33%)
UFRJ	3 (3,33%)
Vale	3 (3,33%)
BNDES	2 (2,22%)
COPPE/UFRJ	2 (2,22%)
Enersus	2 (2,22%)
FUNAI	2 (2,22%)
Furnas	2 (2,22%)
Jirau Energia	2 (2,22%)
ONS	2 (2,22%)
Chesf	1 (1,11%)
Eletronorte	1 (1,11%)
Eletrosul	1 (1,11%)
Gerdau	1 (1,11%)
MPE-RO	1 (1,11%)
MPF-RO	1 (1,11%)
Votorantim	1 (1,11%)
Total:	90 (100%)
OCORRÊNCIAS - ATORES	
Maurício Tolmasquim – presidente da EPE	7 (13,72%)
Jerson Kelman – diretor-presidente da ANEEL	6 (11,76%)
Ministro Carlos Minc – MMA	6 (11,76%)
Ministro Edison Lobão – MME	6 (11,76%)
Dilma Rousseff – ministra-chefe da Casa Civil	5 (9,80%)
Lula – presidente da República	5 (9,80%)
Roberto Messias Franco – presidente do IBAMA	5 (9,80%)
Eduardo Gouvêa Vieira - presidente da FIRJAN	2 (3,92%)
Marcelo Odebrecht – presidente da Odebrecht	2 (3,92%)
Maurício Bähr – presidente da Suez no Brasil	2 (3,92%)
Nivalde Castro – pesquisador da UFRJ	2 (3,92%)
Hermes Chipp – presidente do ONS	1 (1,96%)
José Carlos Meirelles – presidente da Funai	1 (1,96%)
Luiz Pinguelli Rosa – pesquisador do COPPE/UFRJ	1 (1,96%)
Márcio Meira – presidente da FUNAI	1 (1,96%)
Total:	51 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - FOLHA DE S. PAULO (2008)	
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 60	
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES	
Odebrecht	27 (10,88%)
ANEEL	25 (10,08%)
Suez	22 (8,87%)
Energus	19 (7,66%)
MME	19 (7,66%)
IBAMA	15 (6,04%)
Furnas	12 (4,83%)
Camargo Corrêa	10 (4,03%)
Chesf	10 (4,03%)
MMA	10 (4,03%)
Poder Executivo/Federal	9 (3,62%)
Eletrosul	8 (3,22%)
Madeira Energia	7 (2,82%)
BNDES	6 (2,41%)
MPF-RO	6 (2,41%)
ANA	3 (1,20%)
Eletronorte	3 (1,20%)
Pesquisadores autônomos	3 (1,20%)
Santander	3 (1,20%)
ABRACE	2 (0,80%)
Banif	2 (0,80%)
CEMIG	2 (0,80%)
COPPE/UFRJ	2 (0,80%)
Jirau Energia	2 (0,80%)
ONS	2 (0,80%)
Amigos da Terra	1 (0,40%)
AGU	1 (0,40%)
BASA	1 (0,40%)
BIRD	1 (0,40%)
Delta Energia	1 (0,40%)
Fator Corretora	1 (0,40%)
FBOMS	1 (0,40%)
Funai	1 (0,40%)
Greenpeace	1 (0,40%)
Instituto Acende Brasil	1 (0,40%)
IPEA	1 (0,40%)
Itaú	1 (0,40%)
MPE-RO	1 (0,40%)
MPF-PA	1 (0,40%)
Poder Executivo/Estadual-Rondônia	1 (0,40%)
Sindicato dos Eletricitários	1 (0,40%)
TCU	1 (0,40%)
Unibanco	1 (0,40%)
Vale	1 (0,40%)
Votorantim	1 (0,40%)
Total:	248 (100%)

OCORRÊNCIAS - ATORES	
Ministro Edison Lobão – MME	14 (15,55%)
Jerson Kelman – diretor-presidente da ANEEL	9 (10%)
Ministro Carlos Minc – MMA	7 (7,77%)
Roberto Messias Franco – presidente do IBAMA	7 (7,77%)
Victor Paranhos – presidente da Enersus	7 (7,77%)
Dilma Rousseff – ministra-chefe da Casa Civil	5 (5,55%)
Lula – presidente da República	4 (4,44%)
Heitor Alves Soares – procurador do MPE-RO	3 (3,33%)
Nelson Hubner – secretário-executivo do MME	3 (3,33%)
Marcelo Odebrecht – presidente da Odebrecht	2 (2,22%)
Maurício Bähr – presidente da Suez no Brasil	2 (2,22%)
Roberto Simões – diretor-presidente Madeira Energia	2 (2,22%)
Aidee Maria Moser Torquato procuradora do MPE-RO	1 (1,11%)
Alexandre Szklo – pesquisador do COPPE/UFRJ	1 (1,11%)
Antônio Ermírio de Moraes - presidente da Votorantim	1 (1,11%)
Carlos Alberto dos Reis – presid. Sind. Eletricitários	1 (1,11%)
Cássio Schmitt – executivo do Santander	1 (1,11%)
Cláudio Sales – diretor do Instituto Acende Brasil	1 (1,11%)
Cristiane Ronza – especialista do Santander	1 (1,11%)
Felipe Cunha – analista da Fator Corretora	1 (1,11%)
Gustavo Pimentel – gerente da Amigos da Terra	1 (1,11%)
Hermes Chipp – presidente do ONS	1 (1,11%)
Irineu Meireles – diretor-presidente do Madeira Energia	1 (1,11%)
Ivan Macedo – secretário-executivo da FBOMS	1 (1,11%)
João Canelas de Melo – diretor da Camargo Corrêa	1 (1,11%)
João Carlos Ribeiro – secretário planej. de Rondônia	1 (1,11%)
José Carlos Meirelles – presidente da Funai	1 (1,11%)
José Machado – presidente da ANA	1 (1,11%)
Luiz Paulo Conde – diretor de Furnas	1 (1,11%)
Luiz Pinguelli Rosa – pesquisador do COPPE/UFRJ	1 (1,11%)
Marcelo Furtado – diretor-executivo do Greenpeace	1 (1,11%)
Mateus Andrade – superintendente da Delta Energia	1 (1,11%)
Ricardo Lima – presidente-executivo da Abrace	1 (1,11%)
Roberto Setúbal – presidente do Itaú	1 (1,11%)
Telma Monteiro – pesquisadora autônoma	1 (1,11%)
Vinícius Freire – pesquisador autônomo	1 (1,11%)
Wagner Bittencourt – diretor de infraest. do BNDES	1 (1,11%)
Total:	90 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - O ESTADO DE S. PAULO (2008)**ITENS JORNALISTICOS SELECIONADOS: 69****OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES**

Odebrecht 27 (10,18%)
Suez 17 (6,41%)
ANEEL 16 (6,03%)
Furnas 16 (6,03%)
Camargo Corrêa 15 (5,66%)
Eletrobras 15 (5,66%)
MME 15 (5,66%)
Enersus 14 (5,28%)
EPE 12 (4,52%)
MMA 12 (4,52%)
IBAMA 8 (3,01%)
Poder Executivo/Federal 8 (3,01%)
CHESF 7 (2,64%)
Andrade Guitierrez 6 (2,26%)
CEMIG 6 (2,26%)
Eletrosul 6 (2,26%)
Banif 5 (1,88%)
Santander 5 (1,88%)
BNDES 4 (1,50%)
Indígenas 4 (1,50%)
O Estado de S. Paulo/Editorial 4 (1,50%)
USP 4 (1,50%)
ABIAPE 2 (0,75%)
CSN 2 (0,75%)
Eletronorte 2 (0,75%)
FUNAI 2 (0,75%)
Madeira Energia 2 (0,75%)
TCU 2 (0,75%)
UFRJ 2 (0,75%)
ABCE 1 (0,37%)
ABDIB 1 (0,37%)
ABRACE 1 (0,37%)
AEB 1 (0,37%)
ANACE 1 (0,37%)
ANCMConstrução 1 (0,37%)
Alston 1 (0,37%)
CBIE 1 (0,37%)
CIMI 1 (0,37%)
CNI 1 (0,37%)
Comercializadora de Energia 1 (0,37%)
COPPE/UFRJ 1 (0,37%)
FIRJAN 1 (0,37%)
Gerdau 1 (0,37%)
ICMBIO 1 (0,37%)
Instituto de Engenharia 1 (0,37%)
MMX 1 (0,37%)
MPF-PA 1 (0,37%)
ONS 1 (0,37%)
Oposição 1 (0,37%)
Poder Legislativo/Câmara Federal 1 (0,37%)

Unicamp 1 (0,37%)
Vale 1 (0,37%)
Votorantim 1 (0,37%)
Xingu Vivo Para Sempre 1 (0,37%)
Total: 265 (100%)
OCORRÊNCIAS – ATORES
Maurício Tolmasquim – presidente da EPE 14 (11,47%)
Ministro Carlos Minc – MMA 13 (10,65%)
Ministro Edison Lobão – MME 13 (10,65%)
Victor Paranhos – diretor-presidente da Enersus 10 (8,19%)
Roberto Messias Franco – presidente do IBAMA 7 (5,73%)
Dilma Rousseff – ministra-chefe da Casa Civil 4 (3,27%)
Jerson Kelman - diretor-geral da ANEEL 4 (3,27%)
Lula – presidente da República 4 (3,27%)
Maurício Bähr – presidente da Suez 4 (3,27%)
Paulo Fernando Rezende – engenheiro da Eletrobras 4 (3,27%)
Antônio José Muniz – presidente da Eletrobrás 3 (2,45%)
José Goldemberg – pesquisador da USP 3 (2,45%)
Luiz Pinguelli Rosa – pesquisador do COPPE/UFRJ 3 (2,45%)
Adriano Pires – diretor do CBIE 2 (1,63%)
FHC – ex-presidente da República/oposição 2 (1,63%)
Marcelo Odebrecht – presidente da Odebrecht 2 (1,63%)
Márcio Bucco – coord. projetos da Camargo Corrêa 2 (1,63%)
Márcio Meira – presidente da FUNAI 2 (1,63%)
Mário Menel – presidente da ABIAPE 2 (1,63%)
Nivalde Castro – pesquisador da UFRJ 2 (1,63%)
Tuíra – liderança da etnia indígena Caiapó 2 (1,63%)
Benjamim Zymler – ministro do TCU 1 (0,81%)
Cacique Tembê – liderança da etnia indígena Tembê 1 (0,81%)
Dom Erwin Krautler – presid. do CIMI e bispo do Xingu 1 (0,81%)
Edelmar de Souza Amorim – dir. Instituto de Energia 1 (0,81%)
Edvaldo Santana – relator de licitação da ANEEL 1 (0,81%)
Elena Landau – presidente da ABCE 1 (0,81%)
Felicio Pontes Junior – procurador do MPF-PA 1 (0,81%)
Gil Maranhão – dir. desenv. de negócios da Eletrobras 1 (0,81%)
Humberto Rodrigues Gama – gerente da Eletronorte 1 (0,81%)
Irineu Meireles – diretor-presidente da Madeira Energia 1 (0,81%)
João Capobianco – secretário-executivo do MMA 1 (0,81%)
José Augusto de Castro – presidente da AEB 1 (0,81%)
José Carlos Aleluia – deputado federal/DEM-BA 1 (0,81%)
José Freitas Mascarenhas – diretor do CNI 1 (0,81%)
Luiz Paulo Conde – presidente de FURNAS 1 (0,81%)
Marcel Parodi – presid. Comercializadora de Energia 1 (0,81%)
Maurício Canelas – diretor do MME 1 (0,81%)
Oswaldo Sevá – pesquisador da Unicamp 1 (0,81%)
Paulo Mayon – presidente da ANACE 1 (0,81%)
Philippe Jouvert – gerente da Alston 1 (0,81%)
Ricardo Lima – presidente da ABRACE 1 (0,81%)
Silvana Canuto – diretora do ICMBIO 1 (0,81%)
Total: 122 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - O GLOBO (2009)	
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 37	
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES	
IBAMA	8 (10%)
MME	7 (8,75%)
Poder Executivo/Federal	7 (8,75%)
Eletrobras	6 (7,5%)
MMA	6 (7,5%)
ANEEL	5 (6,25%)
EPE	5 (6,25%)
Camargo Corrêa	4 (5%)
Suez	4 (5%)
UFRJ	4 (5%)
Indigenas	3 (3,75%)
Odebrecht	3 (3,75%)
COPPE/UFRJ	2 (2,5%)
Energus	2 (2,5%)
Funai	2 (2,5%)
Neoenergia	2 (2,5%)
Vale	2 (2,5%)
Andrade Gutierrez	1 (1,25%)
BNDES	1 (1,25%)
CSN	1 (1,25%)
Eletronorte	1 (1,25%)
MPF-PA	1 (1,25%)
PUC-RIO	1 (1,25%)
TCU	1 (1,25%)
USP	1 (1,25%)
Total:	80 (100%)
OCORRÊNCIAS - ATORES	
Roberto Messias Franco – presidente do IBAMA	7 (18,42%)
Ministro Edison Lobão – MME	6 (15,78%)
Ministro Carlos Minc – MMA	5 (13,15%)
Lula – presidente da República	4 (10,52%)
Maurício Tolmasquim - presidente da EPE	4 (10,52%)
Antônio José Muniz Lopes – presidente da Eletrobras	3 (7,89%)
Dilma Rousseff – ministra-chefe da Casa Civil	3 (7,89%)
Cacique Raoni – liderança da etnia indígena Caiapó	2 (5,26%)
Nelson Hubner – diretor-geral da ANEEL	2 (5,26%)
Luiz Pinguelli Rosa – pesquisador do COPPE/UFRJ	1 (2,63 %)
Márcio Meira – presidente da Funai	1 (2,63 %)
Total:	38 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - FOLHA DE S. PAULO (2009)	
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 45	
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES	
IBAMA	9 (8,41%)
ANEEL	7 (6,54%)
MMA	7 (6,54%)
MME	6 (5,60%)
Camargo Corrêa	5 (4,67%)
EPE	5 (4,67%)
Odebrecht	5 (4,67%)
Eletrobras	4 (3,73%)
Poder Executivo/Federal	4 (3,73%)
Suez	4 (3,73%)
Vale	4 (3,73%)
Andrade Gutierrez	3 (2,80%)
BNDES	3 (2,80%)
Eletronorte	3 (2,80%)
MPF-PA	3 (2,80%)
ABIAPE	2 (1,86%)
Enersus	2 (1,86%)
ALCOA	1 (0,93%)
Banco do Brasil	1 (0,93%)
Banco do Nordeste	1 (0,93%)
Banif	1 (0,93%)
Bradesco	1 (0,93%)
CEF	1 (0,93%)
CEMIG	1 (0,93%)
CHESF	1 (0,93%)
COPPE/UFRJ	1 (0,93%)
CPFL	1 (0,93%)
CSN	1 (0,93%)
Eletrosul	1 (0,93%)
FI-FGTS	1 (0,93%)
Folha de S. Paulo/Editorial	1 (0,93%)
FUNCEF	1 (0,93%)
FURNAS	1 (0,93%)
Greenpeace	1 (0,93%)
INPA	1 (0,93%)
International Rivers	1 (0,93%)
ITA	1 (0,93%)
Madeira Energia	1 (0,93%)
Neoenergia	1 (0,93%)
Oposição	1 (0,93%)
Poder Executivo/Estadual-RO	1 (0,93%)
Unibanco	1 (0,93%)
Unicamp	1 (0,93%)
UFPA	1 (0,93%)
UFRJ	1 (0,93%)
USP	1 (0,93%)
Votorantim	1 (0,93%)
Xingu Socioambiental	1 (0,93%)
Total:	107 (100%)

OCORRÊNCIAS - ATORES
Maurício Tolmasquim - presidente da EPE 4 (11,76%)
Ministro Carlos Minc – MMA 4 (11,76%)
Ministro Edison Lobão – MME 4 (11,76%)
Roberto Messias Franco – presidente do IBAMA 4 (11,76%)
Dilma Rousseff – ministra-chefe da Casa Civil 3 (8,82%)
Nelson Hubner – diretor-geral da ANEEL 3 (8,82%)
Rodrigo Timóteo – procurador do MPF-PA 2 (5,88%)
Sônia Magalhães – antropóloga e prof. da UFPA 1 (2,94%)
Francisco Del Moral – pesquisador da USP 1 (2,94%)
Geraldo Mendes Santos – ictiólogo do INPA 1 (2,94%)
Ivo Cassol – governador de Rondônia 1 (2,94%)
Lula – presidente da República 1 (2,94%)
Márcio Zimmermann – secretário-executivo do MME 1 (2,94%)
Marina Silva – ex-ministra MMA 1 (2,94%)
Mário Menel – presidente da ABIAPE 1 (2,94%)
Nelson Simões – diretor-presidente Madeira Energia 1 (2,94%)
Nivalde Castro - pesquisador da UFRJ 1 (2,94%)
Total: 34 (100%)

ANÁLISE QUANTITATIVA - O ESTADO DE S. PAULO (2009)	
ITENS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS: 84	
OCORRÊNCIAS - INSTITUIÇÕES	
IBAMA	17 (7,69%)
Camargo Corrêa	13 (5,88%)
MME	13 (5,88%)
Odebrecht	13 (5,88%)
EPE	10 (4,52%)
MMA	10 (4,52%)
Suez	10 (4,52%)
Eletrobras	8 (3,61%)
Enersus	8 (3,61%)
Poder Executivo/Federal	8 (3,61%)
Andrade Gutierrez	6 (2,71%)
ANEEL	6 (2,71%)
CPFL	6 (2,71%)
Pesquisadores autônomos	5 (2,26%)
Eletrosul	5 (2,26%)
CHESF	4 (1,80%)
Indigenas	4 (1,80%)
Moradores atingidos	4 (1,80%)
Neoenergia	4 (1,80%)
Poder Executivo/Estadual-Rondônia	4 (1,80%)
USP	4 (1,80%)
BNDES	3 (1,35%)
CEMIG	3 (1,35%)
FUNCEP	3 (1,35%)
MPF-PA	3 (1,35%)
PREVI	3 (1,35%)
Vale	3 (1,35%)
ABDIB	2 (0,90%)
CIMI	2 (0,90%)
COPPE/UFRJ	2 (0,90%)
Eletronorte	2 (0,90%)
Funai	2 (0,90%)
Santander	2 (0,90%)
Votorantim	2 (0,90%)
ABRATE	1 (0,45%)
Amazônia Energia	1 (0,45%)
Banif	1 (0,45%)
CENEC Energia	1 (0,45%)
Consórcio Belo Monte	1 (0,45%)
CSN	1 (0,45%)
CUT	1 (0,45%)
FAOR	1 (0,45%)
FIERO	1 (0,45%)
FORT XINGU	1 (0,45%)
Funai	2 (0,90%)
FURNAS	1 (0,45%)
Instituto Acende Brasil	1 (0,45%)
ISA	1 (0,45%)
MPF	1 (0,45%)
Oposição	1 (0,45%)

PETROS 1 (0,45%)
Poder Executivo/Estadual-Minas Gerais 1 (0,45%)
Poder Executivo/Estadual-Pará 1 (0,45%)
Poder Executivo/Municipal-Altamira 1 (0,45%)
Poder Executivo/Municipal-Anapu 1 (0,45%)
Poder Legislativo/Câmara Federal 1 (0,45%)
Rainforest Foundation 1 (0,45%)
PUC-RIO 1 (0,45%)
TCU 1 (0,45%)
Tractebel 1 (0,45%)
VBC Energia 1 (0,45%)
Total: 221 (100%)
OCORRÊNCIAS – ATORES
Ministro Edison Lobão – MME 9 (9,67%)
Ministro Carlos Minc – MMA 8 (8,60%)
Maurício Tolmasquim – presidente da EPE 6 (6,45%)
Roberto Messias Franco – presidente do IBAMA 6 (6,45%)
Antônio José Muniz Lopes – presidente da Eletrobras 5 (5,37%)
José Goldemberg – pesquisador da USP 4 (4,30%)
Lula – presidente da República 4 (4,30%)
Victor Paranhos – diretor-presidente da Enersus 4 (4,30%)
Cacique Raoni – liderança da etnia indígena Caiapó 3 (3,22%)
Cacique Arara – líder da etnia indígena Arara 2 (2,15%)
Cacique Megaron – líder da etnia indígena Caiapó 2 (2,15%)
Dilma Rousseff – ministra-chefe da Casa Civil 2 (2,15%)
Ivo Cassol – governador de Rondônia 2 (2,15%)
Luiz Pinguelli Rosa – pesquisador do COPPE/UFRJ 2 (2,15%)
Nelson Hubner - diretor-geral da ANEEL 2 (2,15%)
Tuíra - liderança da etnia indígena Caiapó 2 (2,15%)
Washington Novaes – pesquisador autônomo 2 (2,15%)
Aécio Neves – governador de Minas Gerais 1 (1,07%)
Cantor Sting – presidente da Rainforest Foundation 1 (1,07%)
Celso Ming – pesquisador autônomo 1 (1,07%)
Claudio Salles – diretor do Instituto Acende Brasil 1 (1,07%)
Denis Roberto Baú – presidente da FIERO 1 (1,07%)
Dom Erwin Krautler – dir. do CIMI e bispo do Xingu 1 (1,07%)
Economista Juciana Ribeiro – pesquisadora autônoma 1 (1,07%)
Felipe Jens – presidente da Odebrecht Invest. em Infr. 1 (1,07%)
Fernando Puga – economista de planej. do BNDES 1 (1,07%)
Francisco Assis – prefeito de Anapu-Pará 1 (1,07%)
Gil Maranhão – diretor de negócios da Suez 1 (1,07%)
Itamar Corrêa – presidente da CUT 1 (1,07%)
Jerson Kelmman – pesquisador do COPPE/UFRJ 1 (1,07%)
Jorge Palmeira – presidente da Eletronorte 1 (1,07%)
Leozildo Tabajara Silva – coordenador do IBAMA 1 (1,07%)
Marcelo Bisoldi – diretor da Camargo Corrêa 1 (1,07%)
Marcelo Salazar – analista do ISA 1 (1,07%)
Márcio Meira – presidente da Funai 1 (1,07%)
Márcio Prado – analista do Santander 1 (1,07%)
Matheus Waterloo – diretor da FAOR 1 (1,07%)
Odileia Sampaio – prefeita de Altamira-Pará 1 (1,07%)
Paulo Godoy – presidente da ABDIB 1 (1,07%)
Pedro Bionelli – diretor de licenciamento do IBAMA 1 (1,07%)
Rodrigo Timóteo – procurador do MPF-PA 1 (1,07%)

Sérgio Leão – diretor de meio ambiente da Odebrecht 1 (1,07%)
Sociólogo Vinicius Martinez – pesquisador autônomo 1 (1,07%)
Suely Caldas – pesquisadora da PUC-RIO 1 (1,07%)
Ubiratan Cazetta – procurador do MPF-PA 1 (1,07%)
Valdir Raupp – senador/PMDB-RO 1 (1,07%)
Vilmar José Soares – diretor do FORT XINGU 1 (1,07%)
Total: 93 (100%)